

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Ano XVI — Outubro/Dezembro de 1955 — N.º 64

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística
da Sociedade Brasileira de Estatística, editado trimestralmente
pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Diretor responsável: WALDEMAR LOPES

Secretário: VALDEMAR CAVALCANTI

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 186 — TELEFONES { Redação - 52-3695
Assinaturas - 42-7142

Assinatura anual: Cr\$ 80,00

S U M Á R I O

GIORGIO MORTARA

INFLUÊNCIAS DA MORTALIDADE E DO NÚMERO DOS NASCIMENTOS SOBRE A COMPOSIÇÃO PROPORCIONAL POR IDADE DE UMA POPULAÇÃO	325
---	-----

HALBERT L. DUNN

O PAPEL DA ESTATÍSTICA NA ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR	333
--	-----

DE ONTEM E DE HOJE

Os censos do século XVIII — THALES DE AZEVEDO	339
---	-----

INFORMAÇÕES GERAIS

Estatística demográfica e demografia nas Reuniões Internacio- nais de Estatística (G.M.)	347
---	-----

ESTUDOS E SUGESTÕES

Apuração mecânica — VALDECIR FREIRE LOPES	351
---	-----

NOÇÕES DE METODOLOGIA

Interpretação gráfica das tábuas de morbidade, de redução e de série — GASTÃO MARTIN PINTO DE MOURA	357
--	-----

LEGISLAÇÃO	361
------------------	-----

BIBLIOGRAFIA	376
--------------------	-----

ATRAVÉS DA IMPRENSA

Problemas da Estatística; Remendando lacunas das estatísticas britânicas	377
---	-----

REPORTAGEM

Seminário Latino-Americano sobre Estudos Demográficos	379
---	-----

RESENHA

Na presidência do IBGE o Embaixador José Carlos de Macedo Soares; Concurso Giorgio Mortara; Atividades da JEC; "Anuário Estatístico do Brasil-1955"; Concurso Bulhões Carvalho; Pequenas Notícias	387
--	-----

ÍNDICE GERAL	401
--------------------	-----

GIORGIO MORTARA

Influência da mortalidade e do número dos nascimentos sôbre a composição proporcional por idade de uma população

SUMARIO: 1 Introdução — 2 A composição proporcional por idade da população, como função dos números iniciais de componentes e das taxas de sobrevivência das diversas gerações. — 3 Análise e aplicação dessa relação — 4 e 5. Discriminação das influências dos dois fatores — 6 Influência das variações da mortalidade sôbre o número dos nascimentos — 7 Considerações finais

1. OS PROBLEMAS de organização econômica e de política social suscitados pelo aumento da proporção dos velhos nos países mais adiantados na evolução demográfica foram recentemente objeto de discussão na Conferência mundial da população, reunida em Roma em 1954¹

Como era natural, dados os objetivos dessa conferência, um importante assunto preliminar de estudo foi o dos fatores que contribuem para determinar êsse “envelhecimento” das populações. E ressurgiu, sem achar definitiva solução, a antiga controvérsia entre os que atribuem tal fenômeno à diminuição da mortalidade, que faz aumentar o número dos velhos, e os que o encaram como consequência da diminuição da natalidade, que tende a reduzir a proporção das crianças e dos adolescentes, não faltando, entretanto, opiniões em que se retificam e se conciliam essas concepções unilaterais

Sem objetivos polêmicos, visa o presente estudo a levar alguma contribuição de método e de fatos à discussão dessa questão

2. A PROPORÇÃO v_i , entre o número V_i dos vivos no $(i+1)^{\text{mo}}$ ano de idade e o número total dos vivos em dado instante numa população, é representada pela fórmula:

$$v_i = \frac{V_i}{V_0 + V_1 + \dots + V_{x-1} + V_x} \quad (1)$$

onde V_x é o número dos vivos no $(x+1)^{\text{mo}}$ ano de idade e x é o último aniversário alcançado pelo mais longo dos vivos. Designando-se pelo têmo “geração” o conjunto dos vivos em cada determinado ano de idade, pode-se dizer que em geral uma população compreende cêrca de uma centena de gerações

Numa população fechada — ou seja, que não recebe imigrantes nem dá emigrantes — representando-se por N_x o número originário de componentes da geração dos V_x vivos, pode-se calcular a taxa de sobrevivência s_x desta geração no instante da observação, pela fórmula

$$\frac{V_x}{N_x} = s_x \quad (2)$$

¹ Entre as comunicações sôbre êsse assunto apresentadas na Conferência de Roma, cumpre lembrar a do Laboratório do Conselho Nacional de Estatística, publicada na RBE, n.º 59, 1954, págs. 193 a 198. Uma discussão sistemática do mesmo assunto, mais completa, foi realizada no estudo do autor, *Sulla dipendenza della composizione per età della popolazione dalla mortalità*, publicado no “Giornale degli Economisti” de janeiro-fevereiro de 1955

da qual se deduz:

$$V_x = N_x s_x \quad (3)$$

Substituindo-se na expressão (1) os V_x pelos produtos correspondentes $N_x s_x$, obtém-se:

$$v_i = \frac{N_i s_i}{N_0 s_0 + N_1 s_1 + \dots + N_{x-1} s_{x-1} + N_x s_x} \quad (4)$$

Verifica-se, pela fórmula acima, que a composição proporcional de uma população segundo a idade depende simultaneamente dos números iniciais N_x de componentes das diversas gerações que constituem essa população e das taxas de sobrevivência s_x destas gerações, isto é, da mortalidade à qual elas foram expostas até o instante da observação.

Segundo o lugar e o tempo da observação, pode prevalecer a influência de um ou de outro desses fatores. Se o número anual dos nascidos, N_x , se mantiver constante, a composição por idade dependerá exclusivamente da mortalidade, ficando, então:

$$v_i = \frac{s_i}{s_0 + s_1 + \dots + s_{x-1} + s_x} \quad (5)$$

No caso particular em que também a mortalidade em cada ano de idade se mantém constante, de modo que fica $s_x = \text{constante}$ (para cada determinado valor de x), a fórmula (5) representa a proporção de um grupo anual de idade na "população estacionária", tornando-se claro, portanto, que essa proporção depende exclusivamente da mortalidade.

Mostra a fórmula (4) que a discriminação da influência da mortalidade sobre a proporção de dado grupo de idade pode ser feita supondo-se constante o número anual dos nascidos. Com efeito, mediante essa hipótese, fica a fórmula (4) reduzida à forma (5), onde só figuram as taxas de sobrevivência das diversas gerações que compõem a população.

3. O EXAME da fórmula (4) torna evidente que o aumento do número anual dos nascidos, através do tempo (isto é, a diminuição de N_x ao subir de x , que varia no sentido oposto ao do tempo), tende a elevar as proporções v_x referentes às idades infantis e adolescentes e a reduzir as referentes às idades senis.

E, vice-versa, a diminuição do número anual dos nascidos tende a reduzir as proporções das idades infantis e adolescentes e a aumentar as das idades senis.

Suposto constante dado tipo de mortalidade, isto é, suposta constante dada sucessão das taxas s_x , a proporção das idades senis é, portanto, maior na população onde o número anual dos nascidos vai aumentando do que na população em que esse número se mantém constante, e maior nesta do que na população onde o número anual dos nascidos vai diminuindo.

Na maior parte dos países de civilização ocidental, os progressos da higiene e da medicina, o aperfeiçoamento da organização sanitária e o melhoramento do padrão de vida contribuíram para reduzir gradativamente a frequência dos óbitos, no curso dos últimos cem anos. Somente com atraso manifestou-se a tendência para a redução da frequência dos nascimentos, em parte suscitada pelas próprias repercussões demográficas, econômicas e sociais da diminuição da mortalidade. Aumentou, assim, o excedente anual dos nascimentos sobre os óbitos, acelerou-se o crescimento das populações, subiu fortemente o número anual dos nascimentos.

Na Suécia, por exemplo, do período 1801-10 ao período 1871-80, a taxa de mortalidade caiu de 27,92 para 18,27 por 1 000 habitantes, enquanto a taxa de natalidade diminuiu apenas de 30,86 para 30,48 por 1 000. O número médio anual dos nascidos vivos, entretanto, passou de 74 083 no primeiro período para 133 730 no segundo, em virtude do forte aumento da população, enquanto o número dos falecidos subiu apenas de 67 767 para 80 140, de modo que o excedente dos nascimentos sobre os óbitos passou de 6 316 para 53 590.

Mais tarde, a natalidade diminuiu em muitos países, em alguns casos a limitação voluntária da prole agiu com tanta intensidade que o próprio número absoluto dos nascimentos se reduziu, apesar do crescimento da população.

Na Suécia, por exemplo, no decênio 1931-40, a taxa de mortalidade desceu para 11,67 por 1 000 habitantes e a taxa de natalidade caiu para 14,45. O número médio anual dos nascidos vivos caiu para 90 329, enquanto o dos falecidos diminuiu moderadamente, para 72 947, reduzindo-se, assim, a 17 382 o excedente de nascimentos.

Em ambos os intervalos considerados acima a diminuição da mortalidade tendeu a elevar a proporção dos grupos de idade senis, mas no primeiro intervalo essa influência foi completamente neutralizada pela influência do aumento do número dos nascimentos, que agiu no sentido oposto, de modo que a proporção das idades de 60 anos e mais no conjunto da população em 1875 atingiu apenas 8,59%, quase coincidindo com a de 8,61% verificada em 1805. No segundo intervalo, pelo contrário, diminuindo tanto a mortalidade como o número dos nascimentos, as duas influências agiram no mesmo sentido, fazendo subir para 13,22% em 1935 a proporção das idades de 60 anos e mais².

Comparações como a que foi feita acima podem ser efetuadas para outros países, com resultados análogos. Surge, portanto, o desejo de discriminar, na variação da proporção dos grupos senis, a parte que depende da variação da mortalidade e a que depende da variação do número dos nascimentos.

4. As ESTATÍSTICAS da população da Suécia, que abrangem dois séculos de história demográfica daquele país, e as admiráveis elaborações das mesmas efetuadas por P. J. Delaporte³ tornam possível medir com precisão a influência comparativa das variações ocorridas, através do tempo, na mortalidade e no número dos nascidos vivos, sobre a composição por idade da população.

Para aproveitar da maneira mais conveniente os elementos disponíveis, escolheram-se as duas datas de 1875 e de 1925. Os cálculos que serão expostos foram feitos separadamente para os dois sexos.

Os números dos nascidos vivos que figuram nas colunas (b) e (f) da tabela I (Homens e Mulheres) foram tirados das estatísticas oficiais, e as taxas de sobrevivência constantes das colunas (c) e (g) foram calculadas com base nas tábuas de mortalidade por gerações de Delaporte⁴.

As taxas de sobrevivência de 1925 apresentam notáveis melhorias em comparação com as de 1875. O aumento relativo dessas taxas, que se deduz dos números índices da coluna (i) da tabela I, é moderado nos seis primeiros decênios de idade, variando entre o mínimo de 14,5% no primeiro decênio e o máximo de 25,5% no sexto, para o sexo masculino, e entre o mínimo de 12,8% no quinto decênio e o máximo de 18,4% no segundo, para o sexo feminino, mas se torna bem elevado nas idades senis, atingindo 43,0% para o sexo masculino e 30,2% para o feminino no sétimo decênio e, respectivamente, 89,4% e 64,8% no oitavo, 183,9% e 121,3% no nono. No decênio de idade seguinte o aumento relativo é ainda maior; todavia parece prudente não atribuir plena confiança aos dados referentes a estas idades extremas.

Se o número dos nascidos vivos de cada sexo se tivesse mantido constante em 100 000 em cada ano do período secular 1776-1875, o número dos sobreviventes em 31-XII-1875 teria ascendido a 4 182 520 homens e 4 538 600 mulheres, dos quais, respectivamente, 456 280, ou 10,91% e 582 350, ou 12,83%, em idades de 60 anos e mais.

Se o número dos nascidos vivos de cada sexo se tivesse mantido constante em 100 000 em cada ano do período secular 1826-1925, o número dos sobreviventes em 31-XII-1925 teria ascendido a 5 167 750 homens e 5 426 320 mulheres, dos quais, respectivamente, 753 770, ou 14,59%, e 863 230, ou 15,91%, em idades de 60 anos e mais.

É claro, portanto, que as variações da mortalidade do primeiro ao segundo desses períodos seculares, se não tivessem sido acompanhadas por variações do número dos nascidos vivos e por movimentos migratórios, teriam determinado um aumento de 33,7% na proporção do grupo senil na população masculina da Suécia e de 24,0% na feminina.

² A população da Suécia não é "fechada", e sim aberta às imigrações e às emigrações; portanto, as variações da sua composição por idade não dependem somente do movimento natural, mas também do movimento migratório. Este contribuiu, embora em medida secundária, para determinar as variações da proporção dos velhos, que acima — em via de primeira aproximação — são atribuídas somente ao movimento natural.

Acêrca da influência efetiva das migrações, veja-se, mais adiante, a nota 5.

³ *Tables de mortalité de générations*, Paris, Statistique Générale de la France, 1941.

⁴ *Op. cit.*, págs. 75 a 79.

TABELA I

Cálculo dos sobreviventes no fim de 1875 e de 1925 dos nascidos na Suécia nos períodos seculares anteriores a essas datas

DECÊNIO DE NASCIMENTO	Nascidos vivos	Taxa de sobrevivência por 100 000	Sobreviventes calculados em 31-XII-1875	DECÊNIO DE NASCIMENTO	Nascidos vivos	Taxa de sobrevivência por 100 000	Sobreviventes calculados em 31-XII-1925	100 (g)/(e)
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)
1. Homens								
1866-75	653 039	79 368	518 304	1916-25	611 176	90 909	555 614	114,5
1856-65	660 383	70 752	467 234	1906-15	687 594	84 926	583 946	120,0
1846-55	558 338	66 026	368 648	1896-905	696 988	78 147	544 675	118,4
1836-45	498 011	60 183	299 718	1886-95	689 817	70 636	487 259	117,4
1826-35	486 782	52 952	257 761	1876-85	697 230	62 398	435 058	117,8
1816-25	462 634	43 343	200 519	1866-75	653 039	54 382	355 136	125,5
1806-15	391 613	29 643	116 086	1856-65	660 383	42 392	279 950	143,0
1796-805	386 380	13 364	51 636	1846-55	558 338	25 306	141 293	189,4
1786-95	373 269	2 548	9 511	1836-45	498 011	7 235	36 031	283,9
1776-85	356 247	73	260	1826-35	486 782	444	2 161	608,8
TOTAL	4 826 696	418 252	2 289 677	TOTAL	6 239 358	516 775	3 421 123	123,6
2. Mulheres								
1866-75	620 418	81 754	507 217	1916-25	576 710	93 143	537 165	113,9
1856-65	630 636	73 660	464 526	1906-15	648 323	87 247	565 642	118,4
1846-55	531 727	69 370	368 859	1896-905	659 854	80 420	530 655	115,9
1836-45	477 767	64 159	306 531	1886-95	655 226	73 014	478 407	113,8
1826-35	464 748	57 484	267 156	1876-85	660 937	64 860	428 684	112,8
1816-25	442 168	49 190	217 542	1866-75	620 418	57 625	357 516	117,1
1806-15	375 027	35 933	134 758	1856-65	630 636	46 783	295 030	130,2
1796-805	368 09	17 912	65 933	1846-55	531 727	29 519	166 955	164,8
1786-95	355 935	4 216	15 006	1836-45	477 767	9 331	44 552	221,3
1776-85	341 414	173	591	1826-35	464 748	690	3 207	398,6
TOTAL	4 607 933	453 860	2 348 119	TOTAL	5 926 346	542 632	3 397 813	119,9¹

Vejamos, agora, como influíram as variações do número dos nascidos.

A tabela I dá, nas nas colunas (b) e (f), os números dos nascidos vivos nos dez períodos decenais anteriores às duas datas consideradas, e, nas colunas (d) e (h), os números dos sobreviventes que se teriam nessas datas segundo as taxas das colunas (c) e (g), na ausência de movimentos migratórios.

O número calculado dos sobreviventes em 31-XII-1875 ascende a 2 289 677 homens e 2 348 119 mulheres⁵, dos quais, respectivamente, 177 493, ou 7,75%, e 216 288, ou 9,21%, em idades de 60 anos e mais⁶.

O número calculado dos sobreviventes em 31-XII-1925 ascende a 3 421 123 homens e 3 397 813 mulheres⁵, dos quais, respectivamente, 459 435, ou 13,43%, e 499 744, ou 14,71%, em idades de 60 anos e mais⁶.

⁵ O número efetivo dos habitantes da Suécia em 31-XII-1875 ascendia a 2 127 138 homens e 2 256 153 mulheres, dados inferiores, respectivamente, de 7,10% e de 3,92% aos calculados na tabela I

Em 31-XII-1925 o número dos habitantes ascendia a 2 972 554 homens e 3 081 008 mulheres, dados inferiores, respectivamente, de 13,11% e de 9,32% aos calculados na tabela I

A inferioridade dos números efetivos em comparação com os calculados depende principalmente do excedente das emigrações sobre as imigrações, maior para o sexo masculino do que para o feminino, e maior para ambos os sexos no segundo período secular considerado do que no primeiro

⁶ As proporções das idades de 60 anos e mais, de 7,75% para os homens e de 9,21% para as mulheres, calculadas para 1875, ficam fortemente inferiores às de 10,91% e de 12,83%, calculadas para essa data na hipótese de constância do número anual dos nascidos vivos no período secular anterior à mesma, em virtude da forte tendência ascendente deste número através do tempo.

As proporções de 13,43% para os homens e de 14,71% para as mulheres, calculadas para 1925, ficam também inferiores — mas em proporção muito menor, em consequência do retardamento e da interrupção da tendência ascendente do número dos nascidos vivos — às de 14,59% e de 15,91%, calculadas para essa data na hipótese de constância do número anual dos nascidos vivos no período secular anterior.

A influência combinada das variações da mortalidade e do número dos nascidos vivos determinaria o aumento de 73,3% na proporção do grupo senil na população masculina, e de 59,7% na feminina.

As razões $173,3/133,7 = 1,296$ e $159,7/124,0 = 1,288$, entre os números índices do aumento da proporção do grupo senil devido à influência combinada dos dois fatores e os do aumento dessa proporção que se teria pela influência isolada da mortalidade, dão as medidas do aumento relativo da referida proporção que se teria pela influência isolada do número dos nascidos vivos, isto é, 29,6% para o sexo masculino e 28,8% para o feminino.

Vê-se que as influências dos dois fatores — mortalidade e números dos nascidos vivos — são medidas por números da mesma ordem (28,9% uma e 29,2% a outra, médias para os dois sexos).

5. O PROCESSO que foi aplicado no parágrafo anterior pode ser considerado como a expressão sintética de dois processos diferentes que podiam ser empregados para discriminar as influências dos dois fatores, mortalidade e número dos nascidos vivos.

Não é, todavia, inútil examinar os resultados da aplicação desses dois processos

O primeiro deles visa a isolar a influência da mortalidade.

Se aos nascidos no período 1776-1875 forem aplicadas as taxas de sobrevivência de 1875, a proporção das idades de 60 anos e mais atinge 7,75% no sexo masculino e 9,21% no feminino. Se forem aplicadas as taxas de 1925, essa proporção sobe para 10,48% no sexo masculino e para 11,50% no feminino, aumentando, respectivamente, de 35,2% e de 24,9% em virtude da diminuição da mortalidade⁷.

Se aos nascidos no período 1826-1925 forem aplicadas as taxas de sobrevivência de 1875, a proporção das idades de 60 anos e mais atinge 10,19% no sexo masculino e 12,01% no feminino⁸. Se forem aplicadas as taxas de 1925, essa proporção sobe para 13,43% no sexo masculino e para 14,71% no feminino, aumentando, respectivamente, de 31,8% e de 22,5% em virtude da diminuição da mortalidade.

No processo agora aplicado, foram supostos iguais os números dos nascidos vivos nos decênios correspondentes dos dois períodos seculares, a fim de se discriminar a influência da mortalidade

Querendo-se discriminar a influência do número dos nascidos vivos, deve-se, pelo contrário, supor que fiquem iguais as taxas de sobrevivência para os decênios correspondentes dos dois períodos

Mede-se essa influência comparando entre si as proporções de velhos de 7,75% e 10,19% para o sexo masculino, ou as de 9,21% e 12,01% para o feminino, que correspondem, respectivamente, à aplicação das taxas de sobrevivência de 1875 aos nascidos vivos do primeiro e aos do segundo período; ou comparando entre si as proporções de 10,48% e 13,43% para o sexo masculino, ou as de 11,50% e de 14,71% para o feminino, que correspondem, respectivamente, à aplicação das taxas de sobrevivência de 1925 aos nascidos vivos do primeiro e aos do segundo período. O aumento da proporção dos velhos fica determinado em 31,5% para o sexo masculino e em 30,4% para o feminino pela primeira comparação e, respectivamente, em 28,1% e 27,9% pela segunda.

Fica, portanto, evidenciado que, no caso considerado, a influência da mortalidade, longe de ser desprezível, é forte e da mesma ordem de grandeza daquela do número dos nascimentos (sendo 28,6% a média das quatro determinações da influência isolada do primeiro fator, e 29,5% a do segundo).

6. ALÉM da influência direta, as variações da mortalidade exercem uma influência indireta sobre a composição proporcional da população, determinando variações dos números de habitantes em idade fecunda, e, na constância das taxas de fecundidade, variações dos números de nascimentos.

⁷ Resultados da aplicação das taxas de sobrevivência de 1925 aos nascidos vivos no primeiro período secular: total dos sobreviventes calculados: 2 790 317 homens e 2 780 440 mulheres, dos quais, respectivamente, 292 378 e 319 674 em idades de 60 anos e mais.

⁸ Resultados da aplicação das taxas de sobrevivência de 1875 aos nascidos vivos no segundo período secular: total dos sobreviventes calculados: 2 782 572 homens e 2 855 151 mulheres, dos quais, respectivamente, 283 417 e 342 796 em idades de 60 anos e mais.

Logo, os números N_x de nascidos que figuram na expressão (4) variam, em parte, em dependência da mortalidade. Representando-se por M_x o número médio das mulheres em idade fecunda e por f_x a sua taxa média de fecundidade no ano a que correspondem os N_x nascimentos, tem-se:

$$N_x = M_x f_x \quad (6)$$

Na fase da evolução demográfica em que a mortalidade diminui rapidamente enquanto a fecundidade varia só lentamente, o número das mulheres em idade fecunda cresce rapidamente através do tempo e este aumento se reflete no número dos nascimentos. A tabela II mostra como se processou esse desenvolvimento na Suécia durante o primeiro dos períodos seculares discriminados nos parágrafos anteriores.

Mas na fase sucessiva — em que se reduz rapidamente a fecundidade —, embora continuando o aumento da população feminina em idade fecunda, cessa o aumento do número dos nascimentos, e até se verifica diminuição, como consta, para a Suécia, da tabela II.

TABELA II

Médias anuais, por períodos decenais, de 1776 a 1925, do número das mulheres em idade fecunda, da respectiva taxa de fecundidade e do número dos nascidos vivos, na Suécia

DECÊNIO	Mulheres de 15 a 49 anos	Taxa de fecundidade por 1 000	Nascidos vivos
1776-85	559 218	124,76	69 766
1786-95	577 273	126,32	72 921
1796-805	615 184	122,64	75 447
1806-15	639 660	119,85	76 664
1816-25	676 672	133,71	90 480
1826-35	719 911	132,17	95 153
1836-45	815 816	119,61	97 578
1846-55	907 360	120,14	109 007
1856-65	1 003 955	128,59	129 102
1866-75	1 060 464	120,09	127 346
1876-85	1 144 191	118,70	135 817
1886-95	1 150 081	116,95	134 505
1896-905	1 235 940	109,78	135 684
1906-15	1 338 700	99,79	133 592
1916-25	1 487 045	79,88	118 789

É importante manter nitidamente distinta a influência direta da mortalidade sobre a composição por idade da população, discriminada nos parágrafos anteriores, da influência indireta, que foi salientada e ilustrada neste parágrafo.

A influência direta, que no caso da diminuição da mortalidade tende a elevar a proporção das idades senis, é necessária e permanente.

A influência indireta, que age no sentido oposto, é contingente e temporária, só se manifestando se e enquanto os níveis da fecundidade não se adequarem aos novos níveis da mortalidade.

A confusão entre essas duas influências foi justamente uma das causas de controvérsia na análise dos fatores da composição por idade da população, e o reconhecimento dessa confusão poderá facilitar a conciliação entre pontos de vista aparentemente opostos.

7. São poucos os países para os quais se dispõe de estatísticas fidedignas dos nascimentos e dos óbitos estendidas a um período suficiente para tornar possíveis análises como a que foi feita acima para a Suécia.

Será todavia interessante efetuar esse trabalho para os referidos países, em busca de confirmação ou de retificação dos resultados obtidos no presente estudo.

No Brasil, a falta de estatísticas dos nascimentos e dos óbitos constitui um obstáculo insuperável a qualquer pesquisa desse tipo. De outro lado, os graves erros que afetam as declarações de idade dos recenseados tornam duvidosos até os resultados da comparação das composições proporcionais por idade apuradas pelos sucessivos censos⁹.

Entre estas são relativamente fidedignas as apuradas em 1940 e em 1950, que indicam, respectivamente, as proporções de 4,07% e 4,25% para as idades de 60 anos e mais. Proporções muito baixas, em consequência tanto do nível ainda elevado da mortalidade como do rápido aumento ocorrido no número anual dos nascidos no curso dos últimos cem anos.

⁹ Aparentemente, a proporção das idades de 60 anos e mais diminuiu de 6,01% em 1872 para 4,25% em 1950. É possível que, apesar da diminuição da mortalidade, essa proporção tenha efetivamente diminuído de 1872 a 1950 pela influência do rápido e contínuo aumento do número anual dos nascidos vivos, mas é provável que na maior parte, senão totalmente, a diminuição seja aparente, sendo no passado muito mais frequentes do que atualmente os exageros na declaração de idades senis ("erros de envelhecimento").

HALBERT L. DUNN

O PAPEL DA ESTATÍSTICA NA ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR

DESEJO em primeiro lugar apresentar meus agradecimentos ao I Congresso Nacional de Hospitais e à I Conferência Nacional de Diretores dos Serviços de Assistência Médica do Brasil, pelo convite que me foi feito para falar perante tão ilustre assistência. Há um certo espírito de aventura e emoção em torno de um primeiro congresso que muito se assemelha ao nascimento de um primeiro filho — sentimento êsse jamais igualado nos congressos subseqüentes. Além disso, despertastes em mim a lembrança de aventuras passadas quando, jovem de 36 anos (sempre se é jovem quando se tem dez anos menos que a idade atual), fui inesperadamente investido nas funções de diretor de um hospital universitário de 500 leitos, sem que possuísse qualquer experiência ou treinamento prévio acêcia de serviços hospitalares. Meus cargos anteriores compreenderam 4 anos como professor assistente em biometria na Universidade de John Hopkins, e 3 anos como Chefe do Departamento de Estatística da Clínica Mayo. Sem dúvida, foi a experiência acumulada no campo da estatística que me auxiliou a enfrentar as dificuldades encontradas nesse setor, novo para mim, da administração hospitalar.

Recordo-me das grandes dúvidas surgidas na Universidade a que pertence o hospital a respeito da designação de um membro tão jovem e carecente de experiência no setor hospitalar, para um pôsto de tantas e tão complexas responsabilidades. Todavia, o Reitor da Faculdade de Medicina permaneceu inflexível na sua decisão, assegurando que tais desvantagens de modo algum influiriam.

Dois meses após a minha posse no cargo, encontrei-me acidentalmente com o Presidente da Universidade nos terrenos desta. Disse-me em ar de brincadeira: “Bem, Dr. Dunn, suponho que a esta hora já terá resolvido todos os problemas do hospital.” Ao que retruquei: “Não, Sr. Presidente, mas resumi todos êles em três perguntas — Qual o papel da enfermeira? Qual o papel do médico? Qual o papel do hospital?”

Decorridos tantos anos, essas perguntas conservam ainda o seu mesmo caráter básico e a resposta a elas compete a nós, administradores hospitalares.

Qual o papel da enfermeira? É ela unicamente uma profisisonal? Que parcela de seu tempo deverá dedicar às funções administrativas? À parte dietética? À assistência social? Às tarefas domésticas? Do que deve consistir sua educação? Deverá haver tipos diferentes de enfermeiras com graus diversos de treinamento?

Qual o papel do médico? Deverá sua responsabilidade restringir-se à cura do doente? Ou será êle responsável pela preservação da saúde do individuo são? Incluirão suas atribuições a vigilância pela saúde física e mental do individuo? Deverá êle interessar-se pela condição social que tantas vêzes se oculta por trás dos fatores que determinam a doença física e mental?

Qual o papel do hospital? Constitui êste uma espécie de hotel especializado? Ou representa algo mais do que isso? Abrangerá funções sociais mais amplas na comunidade, no país e no mundo?

DURANTE sua permanência no Brasil, como membro da delegação americana às Reuniões Internacionais de Estatística, o dr. Halbert L. Dunn, chefe do Departamento Nacional de Bioestatística do Governo Americano, foi convidado pelo I Congresso Nacional de Hospitais a pronunciar, perante seu plenário, uma conferência sobre a utilização da estatística na administração hospitalar. É esta conferência que, data venia, reproduzimos nestas páginas da RBE, dadas a sua importância e atualidade

Ao procurar respostas para tais perguntas, o administrador hospitalar encontrará seu estímulo e seu objetivo profissional. Um conhecimento a respeito dos métodos estatísticos auxiliá-lo-á a encontrar as respostas, pois o uso judicioso da estatística e a sua adaptação adequada a determinadas situações abrirão caminho para as respostas corretas. Do mesmo modo, para melhor realizar sua missão, ser-lhe-á necessário estudar e compreender aqueles com quem trabalha. As boas relações humanas são a essência de uma instituição dinâmica, e o administrador hospitalar deverá ser um tanto ou quanto filósofo, para se desempenhar dessa parte de sua tarefa.

É estranho, embora verdadeiro, que o conceito de acaso e probabilidade em que se apóia o método estatístico concorra de forma marcante para a compreensão dos valores humanos. Assim acontece porque tende a fazer com que se substitua uma certa rigidez no modo de pensar, por pontos de vista mais flexíveis, suscetíveis de ajustamento e modificações.

Pelos motivos acima, sou de opinião que o conhecimento dos elementos da estatística resultará em inegáveis benefícios para todos que desejam desempenhar as funções de administrador hospitalar.

Fichas adequadas são importantes em tôdas as fases da administração hospitalar, e modelos satisfatórios não podem ser projetados descuidadamente. Ao planejar uma nova ficha, o fim para a qual se destina deve ser anotado e discutido por todos aqueles que dela farão uso. Cada modelo deverá ter espaço para anotação dos dados a serem coligidos, procurando evitar entretanto o registro de informações desnecessárias que, embora interessantes, não são essenciais. Destinar espaço a êsse tipo de informação constitui um desperdício, e êste seria repetido 10 000 vêzes quando tais fichas fôsem postas em uso diário nos hospitais. Fatos de interesse, porém não fundamentais para a rotina diária, devem ser obtidos por meio de estudos especiais, e não fazer parte do serviço rotineiro. As fichas de uso diário devem ser limitadas ao estritamente necessário, o que requer um trabalho interminável de planejamento e controle. Os novos formulários devem ser submetidos a testes após os quais serão freqüentemente modificados.

As necessidades de ordem estatística devem ser levadas em conta ao se projetarem os formulários. Caso se vise também a um resultado estatístico, as fichas que permitem assinalar as respostas em espaço próprio freqüentemente eliminam ou facilitam o custoso processo de codificação.

O custo por unidade constituirá o objetivo dêsses resultados estatísticos suplementares, visto que o conhecimento atualizado do custo por unidade em um hospital torna possível um controle administrativo rigoroso sobre as funções "hoteleiras" da administração hospitalar. O consumo e o desperdício de alimentos, o preço dêstes, o trabalho do pessoal, os serviços de reparo e manutenção, além de outros itens, representam informações essenciais com as quais é preciso estar constantemente familiarizado.

As fichas clínicas exigem atenção especial para que se consigam os melhores resultados. O critério para a elaboração de uma ficha clínica ideal, que se planeja usar futuramente para análise estatística, deve tomar em consideração as exigências da medicina estatística tanto quanto as do clínico.

A pesquisa estatística utilizando fichas clínicas requer em primeiro lugar a anotação de dados completos nas fichas. É necessário que se registrem os dados positivos e negativos, para que seja possível estabelecer as probabilidades dos fatos em questão. Geralmente, os formulários dêsse tipo não gozam de muita popularidade entre os clínicos, porém, no interesse da ciência médica, convém que sejam utilizados a título de experiência nos hospitais de ensino.

A questão de padronização e melhoramento dos formulários de hospitais bem poderia ser colocada sob a responsabilidade de uma comissão permanente dêste Congresso. Vários países realizam êsse tipo de trabalho, incentivando e auxiliando a elaboração de fichas. Tereis interesse em saber que o Instituto Interamericano de Estatística, em cooperação com técnicos nacionais, está realizando uma experiência dessa natureza nos grandes hospitais gerais da cidade de Guatemala.

Um dos obstáculos ao desenvolvimento de melhores estatísticas hospitalares tem sido a falta de definição uniforme dos termos comumente usados nos hospitais. A III Sessão da Comissão de Especialistas em Estatística Sanitária da Organização Mundial de Saúde, realizada em Genebra em novembro de 1951, salientou que até mesmo os termos habitualmente empregados, como: hospital, casa de saúde, e clínica; admissão, alta, readmissão e transferência; tempo de hospitalização, doente-dia, anamese, visita, consulta, etc., não têm definições padronizadas. As Comissões Nacionais de Estatística da Saúde, de várias nações, começaram a agir, a fim de cristalizar os conceitos nacionais sobre as definições de tais termos. Quando os resultados dêsses estudos se tornarem disponíveis, a

OMS tenciona empreender a tarefa de padronizar os termos mais importantes em uma base universal. Os membros deste Congresso talvez desejem estabelecer bases de trabalho cooperativo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no intuito de participarem dessas atividades.

Eventualmente, à medida que os hospitais se tornarem mais amplos e dispuserem de equipes de profissionais que demonstrem interesse em utilizar os casos mantidos nos arquivos dos hospitais para fins de pesquisa, será necessário que as unidades hospitalares adotem um tipo qualquer de classificação e codificação para registro do tipo de doença mencionada nas fichas dos casos. E' nesse ponto que o administrador hospitalar e a equipe de clínicos têm que decidir se isso será feito por meio de uma nomenclatura, de uma classificação estatística ou de um índice de diagnóstico. Chego às vezes a pensar que esse assunto despertou maior emoção no meu país do que a política ou os problemas sentimentais. Não obstante a complexidade do assunto, tentarei apresentar o problema em sua essência, e para isso utilizarei os termos empregados pela comissão que se encarrega do estudo desse assunto nos EE UU.

Um índice de diagnóstico é um tipo especial de classificação de doença. Seu objetivo, entretanto, difere da finalidade da nomenclatura ou da classificação estatística

A introdução da Sexta Revisão da Lista Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Morte contém uma excelente discussão a respeito da diferença entre uma classificação estatística e uma nomenclatura. Passarei a citar:

"O objetivo da classificação estatística é freqüentemente confundido com o da nomenclatura. Basicamente, uma nomenclatura médica consiste de uma lista ou catálogo de termos aprovados para descrever e registrar as observações clínicas e patológicas. A fim de atingir integralmente sua finalidade, deve ser extensa, de modo a registrar com exatidão todas as condições patológicas. A medida que a ciência médica progride, a nomenclatura deve ser ampliada para abranger os novos termos destinados a registrar as observações recentes. Qualquer condição mórbida que precise ser especificamente descrita necessitará de uma designação específica em uma nomenclatura.

"Essa absoluta precisão de uma nomenclatura impede que sirva adequadamente como classificação estatística. Quando se fala em estatística, pressupõe-se interesse em um grupo de casos, e não em uma ocorrência individual. A finalidade de uma compilação estatística de dados mórbidos consiste principalmente em fornecer dados quantitativos que respondam a perguntas sobre grupos de casos".

O objetivo de um índice de diagnóstico é permitir à equipe de profissionais de um hospital obter todos os casos de um mesmo tipo para estudo. A classificação de termos no índice de diagnóstico situa-se entre a precisão absoluta de uma nomenclatura e os amplos agrupamentos estatísticos da Lista Internacional

A pormenorização de uma nomenclatura não é aconselhável para uso em um índice de diagnóstico porque, mesmo se o médico desejar informação sobre todos os casos de um determinado diagnóstico na nomenclatura, as diferenças na interpretação dos sintomas, treinamento dos médicos, etc., poderão levar outro médico a adotar um diagnóstico diferente para o mesmo caso. Se ao primeiro deles forem entregues apenas os registros de casos com a anotação exata que deseja, há probabilidade de que não tome conhecimento de muitos casos pelos quais se interessa. Recomenda-se, portanto, um agrupamento no índice de diagnóstico, a fim de reunir os diagnósticos cuja sintomatologia, etiologia ou terapia (medical ou cirúrgica) apresentem semelhança

Por outro lado, os agrupamentos de uma classificação estatística para fins de saúde pública são demasiadamente amplos para servirem como índice de diagnóstico. Seu objetivo é pôr em relêvo as condições de saúde pública que afetam grupos extensos da população. Todavia, o número de pessoas envolvidas poderá ser de interesse apenas secundário para o clínico de hospital, cujo empenho é reconhecer os sintomas de determinadas condições mórbidas, a patogênese dessas condições e a eficácia da terapia. Este deseja obter essas informações mais para conhecer as condições específicas do que para estudar as extensas categorias de doenças. Por conseguinte, os agrupamentos como os que são apresentados na Lista Internacional não preenchem seu objetivo sem que sejam modificados.

Nos Estados Unidos verificou-se um considerável aumento na procura de dados de diagnósticos feitos em hospitais. Esse aumento é um reflexo do volume crescente de pesquisas que se vêm realizando nos hospitais, do interesse em melhorar a assistência hospitalar, e das crescentes necessidades estatísticas de organizações inteiramente diversas, como companhias de seguros, hospitais, serviços médicos militares, repartições de saúde, etc. Essa maior procura de dados de diagnósticos torna imperativo planejar um índice de diagnóstico no hospital que satisfaça tanto as necessidades da equipe médica, como as solicitações para fins

estatísticos por parte da administração ou repartições externas. Um índice de diagnóstico bem planejado é fácil de manter atualizado e não requer, para isso, pessoal altamente especializado.

No intuito de determinar onde seriam necessários subagrupamentos da Classificação Estatística Internacional para inclusão no índice de diagnóstico, estudou-se uma série de pedidos de dados recebidos pelos funcionários incumbidos dos fichários em vários hospitais norte-americanos. Em consequência, planejou-se um certo número de modificações provisórias. Esse índice de diagnóstico provisório está sendo usado em caráter experimental em diversas instituições selecionadas, e, caso apresente bons resultados, será impresso e colocado à disposição do público em geral.

A questão da classificação está estreitamente ligada ao problema básico de melhoramento dos registros de causas de morte nos atestados de óbito. É um problema permanente, para o qual ainda não se encontrou uma resposta satisfatória. No entanto, quer se trate de um clínico ou de um administrador hospitalar, quer de um sanitarista ou de um modesto bioestatístico, todos precisam conhecer as condições que determinam a morte, a fim de poderem desincumbir-se de sua tarefa. Todos nós temos interesse, naturalmente, nas doenças não letais, porém, a morte que pode ser evitada é de modo tão evidente uma falha da saúde pública e da medicina privada, que o nosso maior empenho é salvar vidas, para o que necessitamos de dispor de estatísticas fidedignas da mortalidade.

Em áreas relativamente primitivas, onde há poucos médicos, a solução recomendada é encontrar meios para que o médico preencha o atestado de óbito. Todavia, mesmo depois de alcançado esse objetivo, o problema ainda permanece. Em 1948, na Conferência de Paris, realizada para a Sexta Revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Causas de Morte, foi aprovado o modelo de um certificado médico no atestado de óbito, o qual é correntemente adotado em todo o mundo. Embora esse tenha sido um resultado muito significativo, não resolveu ainda o problema de melhorar o certificado médico. A OMS estimula atualmente os países "a promoverem a educação de médicos no uso adequado do modelo internacional de certificado médico da causa de morte, a) preparando e lançando em circulação panfletos e manuais, e b) organizando programas e materiais para ensino de médicos e alunos de medicina." (Comissão de Peritos em Estatística Sanitária, Relatório da II Sessão, outubro de 1950)

Ignoro a resposta a esse problema. Sendo eu médico, como muitos dentre vós, reconheço que somos individualistas em nossas atitudes e inclinados a julgar que uma questão como essa não merece tanta atenção, a não ser que compreendamos a sua razão e convençamo-nos da necessidade de agir.

Aventuro a hipótese de que a resposta a esse difícil problema será encontrada ao se explicar ao aluno de medicina o porquê e o como do certificado médico, e da discussão desse problema nas conferências médico-patológicas semanais tão populares entre o corpo médico dos hospitais de ensino. De qualquer maneira, são imprescindíveis a cooperação e o interesse do administrador hospitalar para a solução desse problema.

A Saúde Pública recorre também ao hospital como fonte principal dos dados de morbidade essenciais aos seus programas.

Em sua III Sessão, a Comissão de Peritos em Estatística Sanitária da OMS recomendou que o problema relativo à utilização de estatísticas hospitalares para definição e análise dos diferentes tipos de doenças na comunidade fôsse estudado, analisando-se especialmente os seguintes pontos:

- 1) Os meios mais econômicos, incluindo métodos de amostragem, para coleta, registro e análise dos dados registrados como rotina nos hospitais;
- 2) Subamostras especiais de fichas hospitalares tomadas ao acaso com referência à população geral, a fim de determinar a distorção dos dados estatísticos hospitalares na avaliação do nível de doença na comunidade;
- 3) Definição das doenças que, em virtude de longa hospitalização ou da frequência nos ambulatórios, oferecem um campo de estudo propício relativamente à sua distribuição na comunidade."

Há muitos anos os técnicos de estatística consideram os hospitais como possíveis fontes de excelente informação para determinar a incidência e prevalência de doenças na comunidade. A questão, porém, é que a população hospitalizada não apresenta as mesmas características da população da comunidade da qual procede. Embora existam vários meios capazes de solucionar esse dilema, o trabalho é árduo e dispendioso.

Até agora, foi pequeno o progresso alcançado nesse sentido.

Há certamente, outras finalidades para as estatísticas hospitalares, tais como:

a) — *Fornecer informação a respeito da quantidade e tipos de recursos hospitalares disponíveis* — O país, de modo geral, os estados isoladamente, e algumas das grandes cidades, têm necessidade desse tipo de dados para planejarem a assistência hospitalar. Entretanto, os detalhes de diagnóstico raramente são necessários em base rotineira para esse fim. Dados referentes ao número e tipo de leitos (médicos, cirúrgicos, obstétricos, etc.), admissões, altas, tempo de hospitalização, laboratório e demais recursos são indispensáveis. Todavia, há necessidade de esclarecer os tipos de classificação desses dados que melhor se prestam aos objetivos da comunidade. Deve-se notar que a unidade de coleta de tais dados é o hospital e não o doente, o que simplifica grandemente o processo de coleta. Caso já exista um sistema de registro que permita obter dados sobre os recursos e o paciente, poderá ser utilizado, quando necessário, para coligir os dados de diagnóstico desejados.

b) — *Avaliar os métodos terapêuticos* — Tem sido algumas vezes sugerido que, se os dados de diagnóstico dos hospitais pudessem ser rotineiramente obtidos, seria possível avaliar a eficácia das diversas formas de terapia. Tal avaliação, entretanto, é efetuada do modo mais adequado por meio de estudos especiais planejados de modo a levar em conta o objetivo do tipo especial de tratamento.

c) — *Estabelecer relação entre as entidades diagnósticas* — Conquanto seja possível demonstrar a relação entre duas entidades diagnósticas, conforme observadas no hospital, são necessários estudos analíticos para interpretar a significação de tais relações com respeito à comunidade.

Há outros elementos de valor estatístico disponíveis nos copiosos arquivos e fichas diárias dos hospitais. Os que foram mencionados são provavelmente os principais. Entretanto, convém acrescentar que os grandes hospitais e os hospitais médios serão beneficiados com a realização contínua de estudos especiais sobre uma grande variedade de assuntos. As respostas às perguntas do tipo das que foram apresentadas no começo deste trabalho são geralmente encontradas através de estudos especiais visando a problemas específicos.

Meu conselho ao atarefado, porém progressista administrador hospitalar, que indaga e deseja respostas, é que procure um bom estatístico e o nomeie consultor de confiança do hospital, a fim de que participe da organização e discussão do programa hospitalar. Quando as perguntas exigirem estudos especiais para serem respondidas, recorra ao estatístico e peça-lhe que encontre meios de solucionar o problema. Se for realmente competente, fará muitas vezes jus ao salário que recebe, medido em termos de maior rendimento do serviço e maior padrão de eficiência.

Ao encerrar desejo salientar que considero o método estatístico um elemento indispensável ao administrador hospitalar, tanto para a produção dos dados essenciais referentes à administração de hospitais, como para a formação de uma base sólida sobre a qual se construirá uma filosofia de administração hospitalar. As leis de experiência e erro, teste e controle, geram a receptividade, a faculdade de encarar todos os ângulos de um problema, e oferecem meios de compreender os demais indivíduos e conseguir o ajustamento recíproco. Essa faculdade de aferição e equilíbrio é indispensável ao administrador hospitalar que, na qualidade de líder, carrega pesadas responsabilidades. Uma filosofia desse tipo coordenará, por fim, os vários elementos do hospital para formar uma organização que funcionará como um todo — uma organização com objetivos perfeitamente definidos e propósito firme de empreender um trabalho de equipe para alcançar o alvo comum.

OS CENSOS DO SÉCULO XVIII

THALES DE AZEVEDO

Os cálculos das populações coloniais não passaram de vagas estimativas até os fins do séc XVII. Com o séc XVIII iniciam-se os censos demográficos no Brasil.

Em Portugal esses recenseamentos eram tão antigos quanto os mais antigos que se fizeram na Europa, quíçá anteriores. Pearl situa em 1532 o mais antigo trabalho de bio-estatística europeia, — um boletim semanal de mortalidade compilado em Londres¹. E somente em pleno seiscentos os primeiros censos de adultos para fins militares. Entretanto em 1527 os portugueses conheciam o número exato de fogos e de almas existentes em sua metrópole e em 35 contavam a população das suas 34 vilas e cidades²; em 1580 faziam um recenseamento rigoroso, procurando conhecer o número de pessoas das diversas classes sociais, entre 18 e 50 anos de idade, isto é, daquelas capazes de trabalho e serviço militar³. No séc XVII já se publicavam em Lisboa importantes estudos demográficos de Manoel Severim de Faria, seguidos das outras monografias do mesmo gênero.

É de crer que os rois de desobriga em que os vigários anotavam as quantidades de fiéis que comungavam e confessavam pela quaresma se fizesse na Bahia ao começar o setecentos, pois que em 1702 o insigne arcebispo D Sebastião Monteiro da Vide fazia uma avaliação da população de sua diocese e quatro anos depois havia, em livros da Mitra, um registro dos fogos e pessoas em idade de confissão⁴. A Santa Casa de Misericórdia também registrava em 1703 os enterramentos que se realizavam na cidade⁵. O sínodo arquidiocesano de 1707, fazendo cumprir legislação canônica já vigente em Portugal, obrigou os párocos a fazer anualmente, por si e não por outrem, entre a do-

O presente trabalho — reproduzido do livro Povoamento da Cidade do Salvador, 2ª edição revista, volume 281 da coleção "Brasiliana", Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1955, — constitui um estudo minucioso dos levantamentos censitários realizados na Bahia no século XVIII. Valiosa contribuição para a história dos recenseamentos brasileiros, justifica-se, pois, a sua divulgação pela RBE.

minga da Septuagésima e a Quinquagésima, rol pelas ruas e casas, e fazendas de seus fregueses, anotando os seus nomes, sobrenomes, local de residência, e indicando separadamente cada pessoa; por meio de uma convenção em letras, deviam indicar as pessoas que não chegavam à puberdade, isto é os quatorze anos nos homens e os doze nas mulheres, e os maiores, obrigados a confissão e comunhão⁶. Um ano depois,

para atender a uma ordem vinda do reino, o governador Luiz Cesar de Menezes pedia aos vigários que lhe fornecessem, pelo rol da desobriga, a relação dos pais de família que houvessem em suas freguesias, com o número de filhos machos e suas idades, e ainda o número de fogos, ou lares⁷.

"O fazer um mapa desta natureza neste país não é tão fácil como talvez se suponha", dizia Vilhena em 1799, "porque os pais de família, receosos de que lhes peçam filhos para soldados, não só ocultam muitos, como nem dão os nomes nos rois de confissão e o mesmo praticam com os escravos, receosos de alguma capitação ou tributo, segundo o número de escravos que constar possuem"⁸. No exame de tais censos é necessário ainda levar em consideração que dos mesmos eram excluídos todos os que não haviam atingido a idade de confissão, como *inocentes, párvulos* e *pagãos*; e para efeito de discriminação dos grupos sociais, também, se deve atentar na observação de Lucila Heirmann¹⁰ sobre o fato de que na era colonial distinguiam-se os indivíduos que não possuíam terras e lavravam terras alheias, e os agregados; os primeiros não faziam parte dos *fogos* do proprietário e eram, por isso, computados separadamente com seus

¹ Pearl, Raymond, *Introduction to medical biometry and statistics*, Philadelphia and London 1940, pág. 22.

² Oliveira Martins, *História de Portugal*, t. V, pág. 25, 72, 9ª ed., 1917.

³ *Ibid.*, pág. 73.

⁴ Accioli de Cerqueira e Silva, *Memórias históricas e políticas da Bahia*, V, pág. 277 ed. 1919; Docs do Arquivo de Marinha e Ultramar, Lisboa, n.º 2010, vol. I, pág. 130.

⁵ Accioli, *ibid.*

⁶ Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia, art. 144, pág. 61, ed. 1853.

⁷ Documentos históricos, in *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 41, pág. 224.

⁸ *Op. cit.*, II, pág. 481.

⁹ *Ibid.*

¹⁰ "O ciclo do café em Guaratinguetá, 1805-1930", *Sociologia*, VII, n.º 3, S. Paulo 1945, pág. 131, e "Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos", *Revista de Administração*, II, n.ºs 5-6, S. Paulo 1948, pág. 66.

escravos e familiares; os últimos eram contados no fogo da família-chefe. Num censo de 1775, o organizador do mapa geral das freguesias fez uma indicação que confirma aquela distinção, quando declarou que a cidade do Salvador tinha tantos fogos e tantas almas, "a maior parte pretos e pardos cativos, porém os fogos a maior parte são brancos"¹¹

Estatísticas realmente completas e detalhadas, classificando a população por grupos de idades, cor e estado civil, e incluindo os números de nascimentos e falecimentos, datam do último quartel do século. É de 20 de junho de 1775 o grande mapa, reproduzido neste trabalho, com minuciosa análise da população da cidade. Entretanto datam somente de 21 de maio do ano seguinte as instruções do Ministro da Marinha e Secretário de Estado sobre o recenseamento que se mandou organizar nas ilhas e nas capitanias do Brasil. De acordo com essas instruções, a população deveria ser computada em 10 classes:

1ª classe — Todas as crianças do sexo masculino até a idade de 7 anos

2ª classe — Todos os rapazes de 7 a 15 anos

3ª classe — Todos os homens de 15 até 60 anos

4ª classe — Todos os velhos de 60 anos para cima com especificação particular dos que passarem dos 90 anos

5ª classe — Todas as crianças do sexo feminino até a idade de 7 anos completos

6ª classe — Todas as raparigas de 7 até 14 anos

7ª classe — Todas as mulheres de 14 até 40 anos

8ª classe — Todas as adultas e velhas de 40 anos para cima, com especificação particular de todas que passarem de 90

9ª classe — Todos os nascimentos ocorridos no ano em que se fizer o recenseamento

10ª classe — Todas as mortes ocorridas no mesmo ano¹²

O censo do ano anterior fôra, todavia, muito mais minucioso. Em 5 de dezembro de 1780 o governador remetia da Bahia para Lisboa, em anexo a uma sua carta, um "Mapa de enumeração da gente e povo desta Capitania da Bahia, pelas freguesias das suas comarcas com a distinção em 4 classes das idades, pueril, juvenil, varonil e avançada, em cada sexo, com o número dos velhos de mais de 90 anos, dos nascidos, dos mortos, e dos fogos, confoime o permitiram as listas que se tiraram do ano pretérito, no que é de notar que aqui não se incluem as 11 freguesias das Minas e Sertão do Sul que passaram à jurisdição secular da Bahia"¹³

¹¹ Docs Arq Marinha e Ultramar, doc n.º 8 750, vol I, pág. 289

¹² Docs Arq. Marinha e Ultramar, doc n.º 10 219, vol II, pág. 445

¹³ No livro de Correspondência dos governadores, relativo àquela época, consta a cópia do ofício remetendo em anexo o mapa, mas dêste não ficou, ao menos no mesmo código, segunda via. Em nota de Braz, in Accioli, op cit., III, pág. 83, e em Docs Arq. Marinha e Ultramar, vol II, pág. 480, existe um resumo dêsse mapa

Havia o desejo de fazer o trabalho de análise demográfica, rigoroso, mas não se encontrara um critério seguro para tabulação dos dados. As instruções de 76 preenchiam uma grande lacuna, mandando incluir as crianças impúberes, até então ausentes dos cálculos, dividindo-as em duas categorias que correspondem aproximadamente aos grupos atuais de pré-escolares e escolares; entretanto classificam de modo diverso os púberes e adultos dos dois sexos, atendendo às diferentes idades da puberdade e às médias de duração de vida e de aptidão para o trabalho em cada sexo. No quadro de 75, porém, as classes etárias estão separadas por intervalos irregulares, de 8, 5, 7 e 10 anos¹⁴. Apesar disso, êsses censos já permitem uma avaliação mais ou menos segura das características e tendências dos índices vitais, sobretudo quando completados com os dados, por vêzes bastante minuciosos, dos registros de óbitos, batizados e casamentos que se faziam nas igrejas paroquiais. Tira-lhes muito o valor a circunstância de que provavelmente os vigários não se davam ao trabalho de fazê-los pessoalmente, o que transparece, por exemplo, em certos elementos do quadro de 1775, que adiante examinaremos. O ministro Martinho de Melo e Castro, numas instruções que deu ao marquês de Valença, quando êste em 1779 veio governar a Bahia, compara as cifras demográficas relativas aos anos de 59, 75 e 78 e afirma, com razão, que as diferenças entre as mesmas, especialmente entre as últimas, estão a mostrar "a pouca exatidão com que foram tiradas"¹⁵

Ao começar o século o recôncavo da Bahia já estava bastante povoado¹⁶, calculando o arcebispo que haveria em sua diocese mais de 90 mil almas, das quais uns 50 mil escravos, o que não seria exagero, na sua opinião, uma vez que um ano por outro entravam, da Costa da Mina e de Angola, mais de 2 mil negros nas embarcações que os iam buscar àquelas partes. É ainda um prelado ilustre, d. Romualdo de Seixas, quem informa que em 1703 o esquife dos pretos da Casa da Misericórdia enterrou 544 pretos escravos, e a tumba da mesma instituição para pessoas livres e escravas fez 265 sepultamentos. Em 1711 enterrou aquele 600 e esta 300, sem mencionar os que, por não serem batizados, sepultaram-se no campo¹⁷

Tinha a cidade em 1706, de acordo com os assentamentos constantes de livros eclesiásticos, 4 296 fogos e 21 601 almas de confissão. As minas atraíam cada dia maior número de pessoas, ávidas de enriquecer. De Portugal che-

¹⁴ Sobre as dificuldades em estabelecer grupos de idades para fins bio-estatísticos, cfr Hall, M. F., *Public Health Statistics*, N. York — London (1942), pág. 99, e Freitas Filho, Lincoln de, *Noções de Bio-Estatística*, Rio 1946, pág. 38

¹⁵ Accioli, op cit., V, pág. 343; Varnhagen, *História Geral do Brasil*, IV, pág. 376, 3ª ed.

¹⁶ O rei, numa carta ao governador d. Rodrigo da Costa, sobre criação de um Tercço de Auxiliares, manda que se recrutem homens não só entre a gente que vivia "na cidade, de portas a dentro", mas entre "a gente do recôncavo, que é inumerável". O governador respondeu-lhe que isso seria fácil "pela muita gente que em si tem" o dito recôncavo, in Accioli, op cit., II, pág. 299

¹⁷ *ibid*, V, pág. 277.

gavam numerosas pessoas, em cada navio, e como não traziam documentos de identificação, as autoridades da colônia encontravam enorme dificuldade em sujeitar os moços em idade de serviço militar à obrigação de assentar praça de soldado, razão por que, em atenção a um pedido do governador da capitania, a Secretaria de Estado, em Lisboa, passou a exigir que todos os que viajassem para o Brasil procurassem munir-se de passaporte, medida que se reforçou no fim do mesmo século, por isso que era burlada freqüentemente pelos capitães nas naus.¹⁸ Nos livros de *Ordens régias*, do Arquivo Público Estadual da Bahia, encontramos as listas de passaportes fornecidos por aquele ministério durante alguns anos. Para a viagem na monção de abril de 1714 concederam-se documentos a 111 pessoas que se destinavam à Bahia, devendo-se notar que 105 eram do sexo masculino, inclusive 2 frades; na mesma ocasião viajou, sem necessidade de passaporte, a família do marquês de Angeja, que vinha como vice-rei. Para a monção de maio de 1715 foram autozizadas 27 pessoas, todas do sexo masculino, o mesmo ocorrendo com as 15 que vieram em fevereiro de 16, entre as quais estavam 4 religiosos; no mesmo ano, em dezembro, embarcaram mais 15, igualmente homens. Em abril de 17 receberam passaporte 121 do sexo masculino, entre os quais alguns religiosos, e 9 mulheres.¹⁹ Essas cifras certamente não traduzem toda a verdade, porquanto na ocasião assinalava-se verdadeiro êxodo para o Brasil, tanto que em 1732 o Conselho Ultramarino, diligindo-se ao rei a respeito dessa evasão, dizia: "A fama dessas riquezas convida os vassallos do reino a se passarem para o Brasil a procurá-las; e ainda que por uma lei se quis dar providências a esta deserção, por mil modos se vê frustrado o efeito dela, e passam para aquele estado muitas pessoas assim do reino como das ilhas, fazendo esta passagem ou ocultamente, negociando este transporte com comandantes dos navios e seus oficiais, assim nos de guerra como nos mercantes, ou com fraudes que se fazem à lei, procurando passaportes com pretextos e calunias falsas. Por este modo se despovoará o reino e em poucos anos virá a ter o Brasil tantos vassallos brancos como tem o mesmo reino".²⁰ Enquanto tantos solteiros entravam no país, seduzidos pela miragem do ouro, encaminhando-se para o sertão, verificava-se um movimento de mulheres em sentido contrário, obrigando a coroa a proibir, em 1732, a volta daquelas a Portugal a não ser com os maridos quando estivessem estes devidamente autorizados a regressar ao reino.²¹ De outra maneira o desequilíbrio entre o número

de mulheres e de homens só tenderia a agravar os problemas de moralidade e de povoamento da colônia.

A capitania, por esses anos, enfrentava uma grave crise. A exportação geral caía, a produção do açúcar, com a saída dos escravos para as minas e a concorrência de outras nações produtoras, baixava continuamente, as rendas públicas decresciam e a dificuldade em obter novos escravos era extraordinária em vista dos holandeses ocuparem a Costa da Mina.²² A população da cidade crescia apesar de tudo, com a sua elevada natalidade e os acréscimos resultantes dos que abandonavam as lavouras atraídos pelos negócios, pelos divertimentos e pelo luxo que ainda lavrava na Bahia. Até meados do século, os dados existentes não parecem fidedignos. Assim é que Afonso Ruy afirma²³ que em 1718 o número de habitantes era de 39 209 na zona urbana e de 2 676 na suburbana, e o de fogos, na primeira, 6 617. Entretanto Rocha Pitta diz que, antes de 1724, havia 6 mil fogos, e no recôncavo, que continuava a ser a morada da maior parte da nobreza, dos trabalhadores e escravos, havia mais de 100 mil almas de confissão, "além dos que não são capazes dos Sacramentos".²⁴ Esses algarismos parecem excessivos em face dos cálculos para 1755, em que, ainda de acordo com o Romualdo de Seixas²⁵, existiam 6 719 fogos e 37 543 almas de confissão, a menos que as cifras de 1718 incluam os párvulos e impúberes, o que não parece provável. Pelo censo de 1757, nas 9 freguesias urbanas, viviam 34 170 moradores púberes em 4 814 fogos; Braz do Amaral corrige esse cálculo, elevando o total de habitantes para 34 422.²⁶ Entretanto, o medidor das obras da cidade, Manoel de Oliveira Mendes, no mesmo ano, contava 6 821 fogos com 37 323 pessoas.²⁷ Os dados do medidor baseavam-se nos registros paroquiais, embora corrigidos, como se pode verificar num quadro comparativo:

²² Simonsen, Roberto C., *História Econômica do Brasil*, II, pág. 220, ed. 1944. Parecei de Wenceslau Pereira da Silva, Bahia 12-II-1738, sobre a ruína dos três principais gêneros do comércio do Brasil, in Docs Arq. Mainha e Ultramar doc. n.º 347. Tomavam-se as mais rigorosas medidas para impedir a abertura de novos caminhos da Bahia para as minas e S. Paulo e para coibir a saída de brancos e escravos, que deixavam as lavouras e engenhos sem que se conseguisse evitá-lo, Braz in Accioli, op. cit., VI, pág. 199.

²³ Documentos históricos, *Anais da Biblioteca Nacional*, pág. 315, sem indicação de fonte.

²⁴ *História da América Portuguesa*, págs. 51 e 61, ed. Liv. Garnier.

²⁵ Accioli, op. cit., IV, pág. 277.

²⁶ Braz do Amaral, *Recordações Históricas*, Pórtó 1921, pág. 256, diz que no censo de 1757 houve três vigários que deixaram de mencionar o número de fogos das suas paróquias e que, dando para essas paróquias um total de 2 400 habitantes, o total da cidade seria 34 422. Todavia no vol. I dos Docs do Arq. Mainha e Ultramar, docs. n.ºs 2 667 a 2 675, embora falem as cifras relativas aos fogos da Conceição da Praia, S. Antônio além do Carmo e Brotas, constam os totais de "almas de confissão" de todas as 9 freguesias, seja 34 170. A razão todavia está com Braz do Amaral, por se ter baseado no doc. n.º 2 666, vol. I, Docs Arq. Mainha e Ultramar.

²⁷ Cartas do Senado a S. M., MSS, 1742-1822, Arq. Pub. Estadual, Bahia, pág. 105 v e ss.

¹⁸ Docs Arq. Mainha e Ultramar, doc. n.º 3 384, vol. VI, pág. 343, decreto de 25-11-1790. O doc. n.º 3 384 refere-se a um soldado que saiu de Lisboa sem passaporte.

¹⁹ Livros n.º 9, doc. n.º 73; n.º 10, doc. n.º 52; n.º 11, doc. n.ºs 12 e 86; n.º 12, doc. n.º 59. Koster observava que "quase todos os homens que fizeram parte das expedições coloniais dos portugueses eram sem família".

²⁰ Carvalho, Augusto, *Estudo Sobre a Colonização e Emigração Para o Brasil*, Pórtó 1874, pág. 73.

²¹ Vainhagen, op. cit., IV, pág. 23.

FREGUESIAS DA CIDADE	Nº de fogos	Número de Almas (A)		Total	Nº de fogos	(B) Almas
		Confissão	Comunhão			
Sé, Catedral	1436	—	8 190	8 442	1 436	8 422
C. da Praia			4 000	4 000	868	5 464
Pilar	450	150		3 200	416	4 119
S. Antônio, a Carmo			3 968	3 968	949	4 460
R. do Passo	408	42		2 028	408	2 028
Sant'Ana	1 020			4 313	1 020	4 313
S. Pedro Velho	1 200	150		5 926	1 200	5 926
Brotas		25		1 045	189	1 069
Vitória	300		1 440	1 500	335	1 522
TOTAL	4 814			34 422	6 821	37 323

A) Informação dos Vigários, docs. 2 667-2 675, combinada com doc. 2 666, Relação das freguesias da Cidade, com o número de fogos e de almas, segundo lista enviada pela frota de 1757.

B) Mendes, M. Oliveira, *Relação Topográfica da C do Salvador*, loc cit

Provavelmente Oliveira Mendes, percorrendo a cidade para fazer a sua descrição, verificou melhor o número de fogos e de habitantes, motivo pelo qual devem ser mais exatos os seus algarismos²⁸

O número de pessoas púberes, a julgar por tais dados, oscilava em torno de 5,5 por *fogo*, em média nas duas áreas urbana e suburbana, mas provavelmente na última a média era mais elevada

Em 59 o conde dos Arcos mandou fazer outro censo, cujos resultados foram, para a cidade, 6 782 fogos com 40 263 habitantes, e para o recôncavo 8 315 fogos e 62 833 habitantes; em toda a capitania assinalaram-se 28 612 fogos e 250 142 habitantes, não entrando nesse cômputo os menores até 7 anos de idade, nem os índios das aldeias administradas pelos religiosos, nem as ordens religiosas de ambos os sexos e as pessoas ocupadas no serviço das ditas ordens²⁹. De conformidade com essa estatística, o número de pessoas por fogo era, em média, de 5,9 na cidade e de 7,5 no recôncavo. Convém reparar, entretanto, que, embora a população se apresente aumentada de cerca de 3 000 habitantes, o número de fogos é mais reduzido, o que de novo põe em dúvida esses censos, não obstante a maior coerência dos resultados do último³⁰

José Antonio Caldas, conquanto atribua à cidade, em 1774, mais de 7 mil fogos e quarenta e cinco mil almas, transcreve na íntegra o censo ordenado pelo conde dos Arcos sem lhe

²⁸ Constam ainda da Relação topográfica as freguesias suburbanas:

	Fogos	Almas
S. Amaro de Ipitanga	622	4 722
S. Bartolomeu de Pirajá	156	897
S. Tomé de Paripe	127	644
S. Miguel de Cotegipe	120	1 316
N. S.ª Piedade de Matoim	194	1 695
N. S.ª Encarnação de Passé	298	2 497
Ilha de Itaparica { Vera Cruz	387	2 897
{ S. Amaro	187	1 425
	2 091	16 093

Em toda a área da cidade (zonas urbana e suburbana), havia portanto 8 912 fogos e 53 416 habitantes

²⁹ Accioli, op cit., V, pág 343.

³⁰ A população do interior da capitania distribuiu-se assim:

	Fogos	Almas
Comarca do Sul	3 782	24 982
Sertão de baixo	4 893	28 514
Sertão de cima	4 870	38 550

alterar os totais³¹. A cidade, na ocasião, estendia-se, pela parte do poente, na marinha desde a Preguiça até a Jequitaita em uma rua continuada de soberbas casas com mais de 8 mil pés portugueses de comprimento; esta comunicava-se para o alto da montanha, buscando a campanha para a parte do nascente, por dez ladeiras, em cujo sítio estava eminente a dilatada cidade com capacíssimas ruas, grandes edifícios, templos e casas públicas. Das Portas de São Bento até as do Carmo estavam muitos edifícios e conventos. Havia duas praças, a de Palácio, com 26 244 pés quadrados, na qual estava fronteiro o Palácio onde residiam os senhores Vice-reis, e na parte oposta a Casa da Moeda; no lado direito a Casa da Câmara e Cadeia, e ao esquerdo a Casa da Relação. Essa Praça comunicava-se com toda a cidade por seis ruas. Existia ainda a Praça do Terreiro, retângulo com 79 800 pés quadrados, tendo no seu princípio a igreja do Colégio dos Padres da Companhia, e fronteira a ela a capela dos Terceiros de S. Domingos. Toda essa praça era cercada de muitos edifícios e comunicava-se a todos os bairros por sete ruas. Mas a grandeza da cidade, diz Caldas, de quem tomamos quase à letra esta descrição, não consistia no corpo dela, mas em seis famosos bairros que circundavam o seu âmbito, a saber: o bairro de S. Bento, que entre todos era o maior e mais aprazível, sentado sobre uma planície, com largas ruas, famosos templos e asseadas casas, os de S. Antônio Além do Carmo, da Praia, da Palma, do Destêrro e da Saúde.

Em janeiro de 1775 o governador Manuel da Cunha Menezes remetia para Lisboa um mapa censitário de "todas as freguesias que pertencem

Freguesias	Fogos	Almas
1 São Salvador na Sé	1 483	8 946
2 N. S.ª da Conceição da Praia	913	8 017
3 SS Sacramento do Pilar	416	4 119
4 S. Antônio além do Carmo	949	4 060
5 N. S.ª das Brotas	189	1 063
6 SS Sacramento e Santana	933	4 070
7 São Pedro	1 132	6 462
8 SS Sacramento do Rosário	402	2 004
9 N. S.ª da Vitória	335	1 522
Somas dos fogos e almas desta cidade	6 752	40 263

Nota — Nas transcrições das instruções ao marquês de Valença, tanto em Accioli, loc cit., como em Varnhagen, op cit., V, pág 377, constam 6 782 fogos em vez de 6 752.

cem ao arcebispado da Bahia e sujeitos os seus habitantes no temporal ao governo da mesma Bahia, com a distinção das comarcas e vilas a que pertencem, com o número de fogos e almas, para se saber a gente que se pode tirar de cada uma delas para o serviço de S M, sem opressão dos povos" Por esse censo a cidade tinha 7 080 fogos e 40 922 almas, e os subúrbios 2 091 fogos e 16 093 almas; em todas as 4 comarcas da capitania contavam-se 12 vilas, 87 freguesias e 221 756 almas³²

É fácil verificar tão somente pelo cotejo dos respectivos totais, e ainda dos dados parciais, que o governador não se deu ao trabalho de levar a efeito novo recenseamento Quando muito, ignorando os resultados da indagação feita no tempo do conde dos Arcos, quinze anos antes, encaminhou para a Secretaria de Estado as cifras que os seus funcionários lhe apresentaram como de um recente censo³³

Dêsse mesmo ano de 75 existe um mapa, datado de 20 de junho, que aqui vai reproduzido,

³² Nas instruções ao marquês de Valença, loc cit, consta que a população de toda a capitania era de 220 665 almas em 31 844 fogos

Freguesias	Fogos	Almas
São Salvador na Sé	1 483	8 946
N. S. ^a da Conceição da Praia	903	8 017
SS Sacramento do Pilar	461	4 119
S. Antônio além do Carmo	800	3 000
N. S. ^a da Penha em Itapagipe	249	1 260
N. S. ^a das Brotas	189	1 063
SS Sacramento e Santana	1 232	6 680
SS Sacramento na rua do Passo	402	2 075
N. S. ^a da Vitória	355	1 592
	6 074	36 752

Nota — Falta, nessa relação, a freguesia de S. Pedro, que no censo de 1759 tinha 1 132 fogos e 6 462 almas A soma destas cifras áquelas dá: 7 206 fogos e 43 214 almas

As freguesias suburbanas tinham:

Freguesias	Fogos	Almas
S. Bartolomeu em Pirajá	156	897
N. S. ^a do O em Paripe	127	644
S. Miguel de Cotegipe	120	1 316
N. S. ^a da Piedade em Matoim	194	1 695
S. Amaro de Ipitanga	400	3 036
S. Pedro da Torre	110	835
N. S. ^a do Bonfim na Mata	112	851
Santa Vera Cruz em Itaparica	387	2 897
S. Amaro de Itaparica	187	1 425
N. S. ^a da Encarnação em Passé	298	2 497
	2 091	16 093

No resto da capitania: vila de S. Francisco, 5 freguesias com 11 735 almas; vila de S. Amaro, 4 freguesias com 14 310 almas; Vila de Cachoeira, 8 freguesias com 26 980 almas; vila de Maragogipe, 2 freguesias com 8 314 almas; vila de Jacoaripe, 4 freguesias com 8 159 almas; vila de Água Fria, 2 freguesias com 3 845 almas; vila de Itapicuru, 3 freguesias com 5 284 almas; vila de Abadia, 3 freguesias com 5 916 almas; Vila Nova Real, 2 freguesias com 2 031 almas; Comarca de Ilhéus, 7 freguesias, com 13 501 almas; C. de Porto Seguro, 3 freguesias com 2 210; C. de Jacobina, 10 freguesias com 21 972 almas; C. do Norte ou Sergipe, 7 freguesias com 13 994 almas; C. do Sertão de Cima pertencentes a Minas, 7 freguesias com 18 766 almas; capitania e comarca do Espírito Santo com 7 733 almas

Docs. Arq. Marinha e Ultramar, doc n.º 8 750, vol. I, pág. 289; Freire, Felsbelo, *História Territorial do Brasil*, vol. I, Rio 1906, pág. 197 ss.; Lemos Brito, *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*, pág. 379, ed. 1939

No Arquivo de Marinha e Ultramar existe ainda um documento, de n.º 7 748, anexo ao de n.º 8 745, em que o total de fogos para a cidade é de 11 080 e o de almas 40 992 Conquanto o número de habitantes púberes seja o mesmo de 1759, o número de fogos parece mais admissível, ainda que no mapa de 20 de junho de 1775 figurem apenas 7 345 lares, como veremos

fora do texto, duma fotocópia do doc n.º 8 813 do inventário dos Documentos do Arquivo de Marinha e Ultramar, de Lisboa, relativos ao Brasil³⁴ Trata-se duma análise detalhada da população total da cidade, por sexo, segundo o estado conjugal e a idade, para fins de recrutamento militar No primeiro quadro dêsse mapa indica-se o número de casas, que eram 6 322, e de lares ou fogos, num total de 7 345, o número de clérigos, de escravos e de pessoas, dos dois sexos, solteiras, casadas e viúvas, existentes em cada freguesia, e, noutro quadro, classificadas por grupos de idade, totalizando 33 635 habitantes Na primeira classe etária parecem estar incluídas todas as crianças de menos de 1 ano de idade Tanto isso, quanto a inclusão das de menos de 8 anos, constitui um progresso sobre as estatísticas anteriores; a discriminação da população por classes etárias permite, por outro lado, avaliar as tendências de crescimento populacional da Bahia de então

O fato de se tratar duma análise tão detalhada inclina os que estudam aquêle documento a depositar uma grande confiança no mesmo Convém, no entanto, atentar no seguinte: a menos que o êxodo de habitantes, que na ocasião se verificava em direção ao sertão e ao Rio de Janeiro, e ao qual o papel se refere expressamente, — fôsse realmente muito grande, nada explicaria a exigua população atribuída à cidade senão a circunstância de que não houve um censo rigoroso mas uma estimativa Como crer que uma cidade que tinha no começo do século cerca de 20 mil habitantes, e que prosperava bastante, estivesse àquela altura com apenas 33 mil moradores? Ainda admitindo ter havido exagêro nos cálculos de 55, 57 e 59, que já falavam em 40 mil habitantes, é pouco provável o total constante dêsse quadro Outra coisa que merece reparo é que o número de pessoas casadas de um sexo e outro são os mesmos em cada grupo étnico: para 1 697 homens brancos casados há outras tantas mulheres brancas casadas, e o mesmo quanto a pardos e pretos, como se os homens de determinada cor fôsem todos casados com mulheres do mesmo tipo racial, o que absolutamente não ocorria Ao contrário, casavam muitos brancos com mamelucas e mulatas, e certamente pardos com brancas da camada plebéia, do que, observou Koster, resultavam "singulares arranjos"³⁵

³⁴ Agradeço ao Rev. Cônego Dr. Eugênio Veiga a espontânea oferta dessa fotocópia, tomada a seu pedido quando preparava a sua tese de doutoramento, em cânones, na Pontifícia Universidade Gregoriana, sobre os vigários do Brasil colonial (N da R — Não é aqui reproduzido)

³⁵ Dellon, *Voyages de Mr*, reparou que "les Portugais les plus qualifiés ne font aucune difficulté d'épouser des femmes du pays après qu'elles se sont converties L'on remarque que quoique ces femmes soient blanches, belles & bien faites, elles ont néanmoins & transmettent à leurs descendants, l'air sauvage de leur nation, qui les fait aisément distinguer de ceux qui sont nés de père & mère Portugais", II, pág. 183, ed. 1711 Le Gentil de la Barbinais notou a preferência dos portugueses naturais do Brasil pela mulher negra ou mulata "à la plus belle femme", e perguntava-lhes a razão mas não sabiam explicar-lhe, cit por Freyre, Gilberto, *Casa-Grande*, pág. 671

Não obstante, esse mapa permite algumas deduções quanto ao grupo de pessoas livres, que é o que está detalhado na parte inferior. Essa população apresenta uma tendência estacionária, com leve inclinação progressiva, apesar de ter um grupo em idade de procriação um pouco acima do normal³⁶; a última condição deveria assegurar-lhe uma elevada fertilidade, isto é uma taxa de reprodução alta³⁷. Sucede, porém, que os homens eram muito menos numerosos do que as mulheres e o número de mulheres casadas correspondia a menos de metade do total de mulheres em idade de casar. Os índices de fertilidade eram baixos, uma vez que, embora a natalidade fôsse provavelmente muito alta, a mortalidade infantil ceifava grande parte dos que nasciam³⁸. O excesso de mulheres resultava do êxodo dos homens em direção às minas e da permanência de muitos nos engenhos e fazendas. Mais de metade dos habitantes da cidade eram livres e a grande maioria, de cor, sinal de que a mestiçagem fazia-se em larga escala, principalmente à margem do casamento, como é sabido. Para isso não concorria nenhuma escassez de mulheres mas, com certeza, a soltura com que se vivia, as franquias abertas ao homem pela escravatura e a diferença de padrões que regulava a vida moral dos sexos. "A deficiência de mulheres brancas não é a causa justificadora dos capichos assimiladores dos portugueses. A grande assimilação do contingente negro, diz autorizada socióloga, não teve como causa a falta de mulheres brancas, já então em excesso em relação ao número de

homens. Provém da condescendência social, imposta pela estrutura patriarcal, às relações assimiladoras"³⁹.

A população da capitania em 1778, de acordo com uma estatística enviada para Lisboa pelo arcebispo, era de 270 356 almas, cifra que o ministro Martinho Melo e Castro, nas instruções ao marquês de Valença, acha exagerada em vista de três anos antes só se atribuírem ao mesmo território 220 mil moradores. Está-se a ver, novamente, que esses algarismos eram mais ou menos conjeturais pois no censo de 1780 fala-se em 287 850 almas, ao passo que Silva Lisboa na mesma ocasião não admite mais de 240 mil⁴⁰. Em 1799 havia quem falasse em 247 mil, mas Vilhena, que dá essa informação, acreditava ser de 347 mil o número de habitantes⁴¹.

A cidade no último quartel do século perdera muito da sua importância com a mudança da capital da colônia, em 1763, para o Rio de Janeiro. O eixo da vida econômica também se deslocara para o Sul, com as rendas do ouro. O censo de 1780 atribui-lhe 39 209 almas distribuídas por 6 617 fogos, e aos subúrbios 26 076 almas e 3 689 fogos⁴². O futuro visconde Cairu,

³⁶ Afirmativa de Lucila Hermann, op cit, pág 41, em relação a Guaiatingueta, mas perfeitamente ajustada à situação da Bahia do sec XVII.

Do ponto de vista do tipo étnico, a população livre distribuía-se do seguinte modo: brancos 12 720; pardos 4 207 e pretos 3 630; pardos e pretos escravos 14 696; total 35 253 (58,3% livres e 41,7% escravos); os brancos eram 36% e os de cor 64%.

⁴⁰ Docs Arq Mar e Ultr, vol II, pág 503.

⁴¹ *Cartas de Vilhena*, Bahia, 1922, II, pág 481.

⁴² O marquês de Valença, a 5 de dezembro de 1780, remeteu ao Secretário de Estado, em Lisboa, um "mapa da enumeração da gente e povo desta Capitania da Bahia, pelas freguesias das suas comarcas com a distinção em 4 classes das idades, pueril, juvenil, varonil e avançada, em cada sexo, com o número dos velhos de mais de 90 anos, dos nascidos, dos mortos, e dos fogos, conforme o permitiram as listas que se tiraram do ano pretérito, no que é de notar que aqui não se incluem 11 freguesias das Minas e Sertão do Sul que passaram à jurisdição secular da Bahia". No livro de Correspondência dos governadores, relativo à época, que existe no Arq Público Estadual da Bahia, encontra-se a cópia desse ofício mas não o anexo com o mapa. Entretanto no invent. dos Docs do Arq Marinha e Ultramar, vol II, pág 480, há um resumo sob n° 10 701, transcrito por Braz do Amaral, in Accioli, op cit, III, pág 83:

Cidade da Bahia: população 39 208 almas; nascimentos 602; óbitos 366; freguesias 10; fogos 6 617.

Subúrbios da cidade: população, 26 076 almas; nascimentos 543; óbitos 447; freguesias 11; fogos 3 689.

Vila de S Francisco: população 13 511 almas; nascimentos 397; óbitos 279; freguesias 5; fogos 893.

Vila de S. Amaro: população 18 227 almas; nascimentos 441; óbitos 312; freguesias 4.

Vila da Cachoeira: população 28 428 almas; nascimentos 1 086; óbitos 718; freguesias 8; fogos 3 642.

Vila de Maragogipe: população 12 822 almas; nascimentos 364; óbitos 244; freguesias 4; fogos 659.

Vila do Itapicuru: população 9 060 almas; nascimentos 162; óbitos 81; freguesias 2; fogos 1 035.

Vila de Água Fria: população 7 546 almas; nascimentos 259; óbitos 158; freguesias 2.

Vila de Abadia: população 3 792 almas; nascimentos 113; óbitos 83; freguesias 2; fogos 704.

Comarca dos Ilhéus: população 16 313 almas; nascimentos 449; óbitos 315; freguesias 7.

³⁶ Normalmente cerca de 50% da população está incluída no grupo de 15 a 49 anos de idade. Sundbaerg classificou as populações em 3 tipos: 1) progressiva, quando a porcentagem do grupo 0 a 14 anos é maior que 2 vezes a do grupo de 50 anos acima; 2) estacionária, quando o primeiro percentual é mais ou menos o dobro do último, 3) regressiva, quando o primeiro é menor que o último. Whipple sugere que, além desses tipos normais, se denomine acessiva a população com muito mais de 50% e secessiva, com muito menos de 50% no grupo 15 a 49 anos. A imigração produz acessividade, a emigração sucessividade, Freitas Filho, Lincoln, *Noções de Bio-Estatística*, Rio 1946, pág 38.

³⁷ A fertilidade refere-se à totalidade de nascimentos numa população, sendo diversa da fecundidade, que é a capacidade de procriar dos organismos individuais; aquela depende da fecundidade mas sofre a influência de outros fatores como o número de pessoas em idade de reprodução, a mortalidade infantil, etc. O coeficiente específico de fertilidade é a razão estabelecida entre o número de crianças abaixo de 5 anos de idade e o número de mulheres de 15 a 44 anos ou de 20 a 44 anos; pondo de parte a mortalidade infantil, essa razão dá a "fertilidade efetiva". Smith, H. Lynn *Brazil, People and Institutions*, Baton Rouge, 1946, pág 229; Freitas Filho, Lincoln, *Noções de Bio-Estatística*, Rio 1946, pág 92.

³⁸ No grupo de idade reprodutivo, de 14 a 40 anos, havia 648 homens para mil mulheres (razão de masculinidade ou sex ratio); na porção mais jovem desse grupo, de 14 a 30 anos, existiam 693 homens solteiros para 1 000 mulheres solteiras, em média (579 entre os pretos, 540 entre os pardos e 857 entre os brancos, situação muito melhor do que nos dois outros tipos raciais); os índices de fertilidade nas mulheres casadas de 14 a 40 anos eram: 1 833 por mil nas pretas, 1 368 nas pardas e 1 603 nas de cor branca; em compensação, as mais reprodutivas eram a que menos casavam: em cada mil mulheres casadas, apenas 139 eram pretas (225 eram pardas e 636 brancas).

entretanto, já lhe dava quase 50 mil moradores⁴³. Aquêlê censo, conquanto não tenhamos os seus detalhes, encerra um informe da maior importância: os totais de nascimentos e óbitos naquele ano: 602 e 366 para a cidade, 543 e 447 para os subúrbios. Infelizmente parecem destituídos de toda veracidade êsses algarismos, não convindo aduzir dos mesmos qualquer conclusão⁴⁴.

Natalidade e mortalidade eram, sem dúvida, muito altas. Não tão altos os primeiros como se pode supor. A julgar pelos elementos do censo de 75, o maior número de crianças correspondia ao grupo das mulheres brancas tomadas em conjunto; entretanto os casais mais fecundos eram os menos numerosos, os negros. A existência de grandes números de crianças brancas, todavia, deveria provir do fato de que morriam menos crianças do grupo social economicamente superior; os pretos sofriam maior mortalidade, mas como tinham também mais filhos, restava-lhes um número mais elevado de sobreviventes. Eschwege, no entanto, estudando os dados estatísticos da capitania de Minas Gerais em 1821, chegou à conclusão de que os brancos eram mais férteis e tinham mais reduzida mortalidade; os mulatos apresentavam menor fertilidade e maior mortalidade. Quanto aos pretos, — os livres eram mais férteis e morriam menos; os escravos, menos fecundos e de maior mortalidade⁴⁵. Não foram os altos índices de mortalidade geral, a população teria um aumento muito rápido, e isso na verdade ocorria entre a escravaria e a gente do campo, fe-

cundos mananciais demográficos em toda a existência brasileira. Aliás, dos registros eclesiásticos, apesar de não incluírem os numerosos escravos que ficavam sem batizar e que morriam sem sacramentos, enterrando-se pelo campo, deduz-se que a capacidade de recuperação demográfica era suficiente para assegurar, mesmo com um crescido número de mortes, a substituição vantajosa das perdas⁴⁶.

interêsse colocá-los lado a lado para uma avaliação das relações que possam ter:

	Minas, 1821	Bahia, 1775
Pretos	140/1 000	341/1 000
Pardos	910	368
Brancos	1 290	847
Índios	350	—

Vê-se que são paralelos os dados: os mais altos índices são os dos brancos em ambos os exemplos; os mais baixos os dos pretos. Os números de batizados e de óbitos de inocentes, ocorridos em 1799 na paróquia da Rua do Passo, permitem uma idéia dos coeficientes de mortalidade infantil:

	N.º de nascim.	N.º de óbitos	Coef. mortalidade
Brancos	29	5	172,4/1 000
Cabias e pardos	36	9	250,0
Pretos e crioulos	40	4	75,0
Não indicados	—	3	—
	105	20	190,4/1 000

É claro que de uma amostra tão reduzida não se podem tirar deduções; em todo o caso o coeficiente geral do grupo ainda que bastante elevado, não o é muito mais que os atuais, convindo reparar que os registros da mencionada paróquia são fidedignos por se mostrarem sempre muito mais minuciosos e claros que nas outras freguesias. Com os registros da mesma paróquia é ainda possível construir uma pequena tabela de mortalidade por grupos de idade:

Idades	1798	1799	1800
0-1	13	12	29
2-4	3	9	16
5-9	2	4	1
10-19	4	7	3
20-49	25	20	21
50 e mais	19	18	28
ignorada	—	2	—
	76	72	104

Em 1800 o aumento de mortalidade foi devido à varíola, responsável naquele ano por 47 óbitos. Estimando a população da freguesia, com base nos censos anteriores, podemos avaliar os coeficientes de mortalidade geral: 1798 — 2 200 habitantes — coef. mort. 37,2/1 000; 1799 — 2 300 habts — coef. mort. 31,3; 1800 — 2 400 habts — coef. mort. 43,3. Essas cifras são elevadas em comparação com as melhores de hoje, algumas das quais descem a 10, a 17 e a 23 por mil (Pearl, R., *Introduction to medical biometry and statistics*, Philadelphia, 1940, pág. 271 ss.), mas ultrapassam as atuais da Bahia. Os coef. de mortalidade eram, aproximadamente, de 32,5 para S. Antônio a Carmo em 1776, e de 21,3 para a Sé em 1785.

⁴⁶ Calculamos o índice vital, isto é, a relação centesimal entre o número de nascidos e o de mortos, na freguesia do Passo, e achamos: 1797 — 90 nasc., 69 óbitos, ind. vital 144,9; 1798 — 95 nasc., 76 óbitos, ind. vital 125,0; 1799 — nasc. 105, óbitos 72, ind. vital 145,8. O i v., quando superior a 100, indica uma reparação das perdas demográficas, Pearl, R., *ibid.*, pág. 207.

Comarca de Pôrto Seguro: população 8 333 almas; nascimentos 285; óbitos 225; freguesias 11. Comarca de Jacobina e Minas: população 24 103 almas; nascimentos 509; óbitos 369; freguesias 6. Comarca de Sergipe del Rei: população 54 005 almas; nascimentos 1 505; óbitos 844; freguesias 11. Capitania do Espírito Santo: população 15 600 almas; freguesias 4. Total: 287 850 almas.

⁴³ Silva Lisboa, loc. cit.

⁴⁴ Nos livros de registro de nascimentos e de óbitos do Arquivo do Arcebispado da Bahia encontram-se dados que permitem pôr em dúvida as cifras acima. Quanto aos nascimentos, na paróquia da rua do Passo, uma das menos populosas da cidade, o número de inocentes batizados foi de 78 em 1793, 60 em 1794, 90 em 1795, 75 em 1796, 90 em 1797 e 95 em 1798, cifras que devem corresponder aproximadamente aos nascimentos havidos. Nessa proporção, em toda a área urbana deviam nascer muito mais de 600 por ano. A propósito de batizados é interessante reparar que anualmente batizavam-se também muitos escravos adultos; naqueles mesmos anos os totais respectivos foram de 26, 28, 80, 57, 62 e 65. Na Sé os totais de batizados, de inocentes, párvulos e negros adultos em conjunto foram de 314 em 1775, 348 em 1776, 337 em 1777, 391 em 1778, 332 em 1779 e 405 em 1780 (nos registros não estão indicadas as idades).

⁴⁵ Cfr. Viana, Oliveira, *Populações meridionais*, pág. 119.

Eschwege calculou os coeficientes de fecundidade dos diversos grupos raciais, de Minas, não sabemos se baseado em estatísticas relativas ao número de nascidos ou de crianças existentes, o que dificulta a comparação com os cálculos que fizemos em relação à quantidade de crianças existentes em cada um dos mesmos grupos no censo de 1775. Em todo o caso é de

ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA E DEMOGRAFIA NAS REUNIÕES INTERNACIONAIS DE ESTATÍSTICA

NAs Conferências estatísticas internacionais reunidas em Petrópolis no mês de junho e nos primeiros dias de julho de 1955, teve larga parte a discussão de questões de estatística demográfica e demografia.

Foram totalmente dedicadas a esses assuntos três reuniões conjuntas do Instituto Internacional de Estatística e da União Internacional para o Estudo Científico da População. Outras comunicações de interesse para os demógrafos foram apresentadas nas reuniões de estatística cultural, de estatística biológica e de estatística regional da 29^a Sessão do Instituto Internacional.

As discussões realizadas nessas reuniões acrescentaram esclarecimentos e comentários às comunicações apresentadas, que foram impressas e distribuídas antes do início das reuniões pela Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística.

CLASSIFICANDO as comunicações segundo os assuntos, pode-se discriminar um primeiro grupo de estudos sobre problemas de organização, execução e crítica de levantamentos demográficos.

Entre esses estudos, salienta-se o relatório da Comissão mista do Instituto e da União sobre a precisão das estatísticas demográficas, redigido pelo próprio Presidente da Comissão, P. Depoid (França). Resumindo os resultados de um inquérito internacional e das comunicações apresentadas à Conferência Mundial da População acerca desse assunto, o relator coordena em exposição orgânica os elementos fragmentários de que dispunha, de maneira a oferecer uma larga visão dos diversos aspectos do problema. A precisão do levantamento das pessoas existentes que deviam ser enumeradas nos censos; a precisão no registro dos nascimentos, dos óbitos, dos casamentos e dos divórcios; a medição da imprecisão dos resultados de contagens ou classificações; as causas de lacunas e de erros; as relações entre o grau de precisão e o custo dos diversos sistemas de inquérito, de apuração e de divulgação; a apreciação das necessidades dos "consumidores" de estatísticas demográficas: tais são os assuntos dos seis capítulos do relatório, precedidos por uma introdução, seguidos por uma série de conclusões e completados por uma bibliografia.

A importância, para o demógrafo, das estatísticas compiladas pelo clero católico — que amiúde precederam no tempo as estatísticas civis — é posta em relevo numa comunicação de W. J. Gibbons (Estados Unidos). Especialmente nos países com população em preponderância católica e com estatísticas civis ainda muito incompletas (como o Brasil), as estatísticas eclesásticas podem fornecer elementos muito úteis para a crítica e a correção daquelas.

O problema geral da classificação das ocupações nos inquéritos demográficos é examinado por B. Barberi (Itália), que — após ter lembrado os aspectos segundo os quais pode ser considerada a atividade individual, ter demonstrado a necessidade de se obter uma "qualificação tecnológica" exata da ocupação e ter analisado os caracteres das condições individuais que não podem ser qualificadas "ocupações" — propõe uma nova classificação decimal.

Várias comunicações apresentadas à reunião dedicada à estatística regional contêm elementos interessantes para os demógrafos. A do nosso Laboratório do Conselho Nacional de Estatística informa sobre os estudos de estatística regional efetuados pelo Gabinete Técnico do Serviço de Recenseamento de 1940 e pelo próprio Laboratório, na maior parte concernentes a assuntos de estatística demográfica e demografia. Um resumo da organização e dos resultados de uma série particular desses estudos é exposto por E. Thimóteo de Barros (Brasil), na sua comunicação sobre a determinação e a análise das proporções dos habitantes que sabem ler e escrever, por Estados, Municípios, Distritos, zonas fisiográficas, quadros administrativos urbanos e rurais, e segundo o sexo e a idade.

OUTRO grupo de comunicações concerne a assuntos de metodologia.

F. Lorimer (Estados Unidos) visa a determinar as relações existentes entre algumas medidas diretas ou indiretas da fecundidade feminina: taxas de fecundidade simples e cumulativas, de diversos tipos, e razão entre o número das crianças de 0 a 4 anos e o das mulheres em idade fecunda. Algumas considerações sobre o mesmo assunto acham-se na comunicação de G. Mortara (Brasil) sobre um ensaio de

cálculo da taxa de reprodução e do índice de reposição para a população do Estado de São Paulo

Os critérios para a aplicação das fórmulas de Gompertz e de Makeham (original e modificada), com referência especial ao cálculo do parâmetro c , são discutidos numa comunicação de J. Lyra Madeira (Brasil)

J. Montello (Brasil) examina o problema da determinação da composição por idade de grupos especiais de população, em função da composição por idade das pessoas que entram no grupo e das que saem dele: problema importante em particular nos seguros sociais

Um terceiro grupo de comunicações é constituído por uma série de estudos sobre a demografia da América Latina, tema especial que fôra escolhido para uma das reuniões conjuntas

O Setor Demográfico das Nações Unidas, na comunicação redigida por W. Hecht, expõe e comenta dados sobre o número e a distribuição territorial dos habitantes dos países latino-americanos, a natalidade e a mortalidade, a composição das populações por sexo, as migrações interiores, o crescimento observado no passado recente e o crescimento previsto no futuro próximo (até 1980)

Análises mais aprofundadas da demografia de alguns países da América Latina encontram-se nas comunicações de J. Durán Ochoa para o México, de C. Mió para o Panamá, de B. Romero Rojas para a Colômbia, de E. Michalup para a Venezuela, de J. Barral Souto e J. L. Somoza para a Argentina e de O. Cabello para o Chile. Um estudo análogo para o Brasil fôra apresentado em 1953 à reunião conjunta do Instituto e da União em Roma, e dois estudos posteriores sobre o mesmo assunto (de G. Mortara) foram distribuídos aos participantes na reunião de Petrópolis. Têm-se, portanto, análises pormenorizadas da demografia de sete países, que compreendem mais de três quartos da população da América Latina. Outras informações sobre o mesmo assunto — interessantes, mas apenas parciais — encontram-se em várias comunicações ao Congresso Mundial da População em 1954. Ulteriores dados e comentários esperam-se dos próximos debates do Seminário de Estudos Demográficos das Nações Unidas no Rio de Janeiro (dezembro de 1955).

Muitos elementos sobre a demografia do Brasil acham-se numa coletânea de estudos do Laboratório do Conselho Nacional de Estatística, que foi, também, distribuída na reunião de Petrópolis. Alguns aspectos particulares da demografia deste país são estudados na comunicação de G. Mortara, já citada, e na de A. V. de Carvalho sobre a fecundidade masculina segundo a idade e a ocupação, na Capital e no Interior do Estado de São Paulo.

Um último grupo abrange comunicações sobre assuntos variados

F. Burgdörfer (Alemanha) informa sobre a marcha dos trabalhos para a compilação de

um atlas demográfico mundial, cujos dois primeiros volumes já foram publicados

D. Calitsunakis (Grécia) expõe alguns dados sobre a crescente concentração da população helênica nas cidades

M. Malheiros Fernandes Silva (Brasil) ilustra a influência de alguns desenvolvimentos da rede rodoviária do Brasil sobre os movimentos de migração interior no rumo do Norte para o Sul

P. Vincent (França) analisa as estatísticas relativas à ovulação, à menstruação e à gravidez, pondo em evidência as dificuldades do cálculo e da previsão da duração de períodos ou intervalos cuja delimitação fica amiúde incerta

P. J. Delaporte (França) expõe os resultados da continuação dos seus admiráveis cálculos de tábuas de mortalidade de gerações, os quais agora refletem as influências da segunda guerra mundial e da larga aplicação terapêutica dos antibióticos

H. V. Muhsam (Israel), invocando a extensão à estatística cultural de métodos típicos da demografia, e em particular das tábuas de eliminação, apresenta um ensaio dessa aplicação para o Canadá

A pesquisa das correlações entre alguns índices do grau de evolução econômica de um país e a estrutura e o movimento da respectiva população constitui o objetivo de uma comunicação de M. Macura (Iugoslávia), baseada em ampla documentação internacional. O autor observa que as taxas de natalidade e de mortalidade tendem a diminuir com o progresso da industrialização

G. Lasorsa (Itália) expõe informações e considerações acerca dos inquéritos sobre as "forças de trabalho" efetuados recentemente na Itália

A Sessão do Instituto Internacional foi precedida pela Conferência Interamericana de Estatística, que dedicou parte das suas reuniões à discussão de problemas de estatística demográfica, concernentes principalmente aos levantamentos

A Secretaria do Instituto Interamericano de Estatística apresentou um relatório sobre as recomendações internacionais relativas à estatística do movimento da população, e às aplicações que já tiveram. Um programa inspirado pelas recomendações das Nações Unidas foi proposto por N. P. Powell (Nações Unidas). As possibilidades de desenvolvimento das estatísticas do movimento da população na América Latina, oferecidas pelo programa de assistência técnica dos Estados Unidos, foram postas em evidência por F. S. Morrison (Estados Unidos). Os resultados da aplicação de um sistema experimentado na Venezuela foram expostos por R. Garcia Frias (Instituto Interamericano de Estatística)

O Cabello (Nações Unidas) apresentou um resumo das atividades do Centro Interamericano de Bio-Estatística de Santiago (Chile) por ele dirigido

Um ensaio de análise demográfica de T N E Greville (Estados Unidos) e N L de Araujo Moraes (Brasil) foi dedicado ao estudo comparativo de algumas tábuas de sobrevivência brasileiras

Vários documentos referentes ao registro dos nascimentos e dos óbitos foram apresentados à Conferência: C Uriarte (Peru) expôs observações de caráter geral; o Serviço Nacional de Estatística do Chile descreveu a situação do registro nesse país e A G Nuñez (Paraguai) tratou do mesmo assunto para o Paraguai.

Uma outra série de documentos da Conferência diz respeito às estatísticas sanitárias; entre os de interesse geral, cumpre salientar

a análise das recomendações internacionais e o estudo da respectiva aplicação preparados pela Secretaria do Instituto Interamericano de Estatística

Uma última série de documentos concerne à estatística das migrações. A Repartição de Estatística das Nações Unidas expôs a situação das estatísticas das migrações internacionais e a aplicação das recomendações relativas às mesmas, e reuniu num estudo especial as normas de organização e de execução dessas estatísticas, com referência particular ao emprêgo de métodos de sondagem

G M

APURAÇÃO MECÂNICA

Como problemas gerais da apuração mecânica não consideraremos apenas aqueles que apresentam dificuldades técnicas. Incluiremos, também, os problemas de ordem administrativa.

Nossas opiniões não se aplicarão, necessariamente, a países ou organizações que, além de possuírem tradição censitária, disponham de pessoal altamente especializado. Falamos com base na experiência brasileira, no que concerne à apuração mecânica.

O emprego da máquina, ou melhor, o emprego do cartão perfurado, em levantamentos censitários, no Brasil, data de 1920. A evolução da técnica e da máquina, nesses trinta anos, não permitiu se fixassem princípios inalteráveis ou se conseguisse um grupo de técnicos com oportunidade de intervir em mais de um Recenseamento.

Possuindo, a par das deficiências citadas, um problema de massa recenseável só ultrapassado, na América, pelos Estados Unidos, o Brasil oferece, sob qualquer aspecto por que se observe uma operação censitária, enormes dificuldades.

Examinaremos os aspectos gerais que envolvem a apuração mecânica do VI Recenseamento Geral do Brasil. Esquematizando o assunto, teremos: I — Problemas de ordem geral; II — Problemas técnicos; III — Problemas administrativos.

I — PROBLEMAS DE ORDEM GERAL

O PRINCIPAL problema de ordem geral, por que dele decorrem muitos outros, é a nossa própria falta de formação censitária. Embora os últimos levantamentos não tenham apresentado, entre si, diferenças fundamentais, não tem sido possível o aproveitamento que seria de desejai das experiências anteriores. O fato de não termos uma repartição censitária de caráter permanente determina a formação de equipes que, passada a operação, se desfazem, deixando apenas teoricamente ensinamentos aproveitáveis.

Decorre do primeiro o segundo problema que se nos depara: a falta de pessoal especializado, capaz de permitir uma distribuição equitativa dos encargos técnicos. Não sendo o Censo um serviço permanente, e não podendo, por isso,

O presente estudo é uma reconstituição, com base em notas taquigráficas, de uma palestra pronunciada pelo sr. Valdecir Freire Lopes, chefe do Serviço de Inquéritos da Secretaria-Geral do CNE, no Seminário de Apuração Mecânica levado a efeito pela FAO e o IBGE, nesta capital, em agosto de 1951.

oferecer maiores vantagens aos que para ele trabalham, temos de contar apenas com o pessoal especializado da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, para as funções que obrigam, além da especialização, a permanência no serviço durante tempo diário superior a seis horas.

Apenas pequena parte dos operadores de máquina pode ser recrutada entre os servidores de outras repartições, selecionando-se a quase totalidade do pessoal especializado através de provas que, embora medindo o conhecimento teórico ou a tendência individual ao desempenho de cada função, não dão, nem podem dar, a medida da experiência prática.

Daí decorre uma sobrecarga considerável para os responsáveis pelas chefias, que ficam, praticamente, impossibilitados de desenvolver estudos e de obter um aperfeiçoamento em profundidade, tendo que encaminhar soluções para os mais variados assuntos.

Como terceiro problema de ordem geral, consideramos a impossibilidade de se obter, sem prévia reserva, e no justo momento em que dele necessitamos, o equipamento mecânico, em escala capaz de atender ao volume da apuração de um Recenseamento Geral, mormente se pretendermos, como é o caso atual, apurá-lo em prazo relativamente curto.

Essa impossibilidade nos leva a promover a importação de máquinas, destinadas especialmente ao Recenseamento. A instabilidade da situação internacional, entre outros fatores de menor importância, motivaram certa antecipação na instalação do equipamento mecânico para o Censo de 1950. Como decorrência dessa antecipação, além de uma despesa que poderia parecer desnecessária, o serviço foi obrigado a ocupar área que poderia ser mais útil, na primeira fase dos trabalhos, se utilizada por outros setores, como, por exemplo, o de recepção do material preenchido. De outra maneira poderíamos correr o risco de não obter, no tempo exato, as máquinas indispensáveis à apuração.

II — PROBLEMAS TÉCNICOS

GRUPAREMOS assim, para melhor apreciação dos assuntos tratados, os problemas de ordem técnica: a) entiosagem de técnicos em

apuração mecânica, com os órgãos encarregados do planejamento dos questionários; b) conhecimento do volume a apurar e da velocidade provável de produção; c) escolha dos tipos de máquinas a utilizar e quantidade utilizada, segundo os tipos; d) escalonamento dos trabalhos de planejamento; e) levantamento periódico dos índices de produção e de erros

a) *Entrosagem com os órgãos encarregados do planejamento*

Embora seja fundamental, desde o planejamento do questionário, considerar-se que êle será, depois de preenchido pelo informante, codificado e perfurado, e que das facilidades que se criarem para estas operações decorrerá, em grande parte, o êxito da apuração, no seu conjunto, nem sempre se atribui à codificação e à perfuração a importância que lhes é devida

Além dos lugares reservados para os códigos, de maneira a tornar mais fáceis as operações de codificação e de perfuração, há ainda a considerar, no planejamento do formulário, o formato dêste e a ordem de apresentação dos quesitos

O trabalho de perfuração deve ser puramente mecânico, sendo a boa apresentação dos códigos uma das condições que mais influem na velocidade do operador. Assim, não cabe à perfuradora no SNR resolver dúvidas ou alterar códigos, existindo mesmo, nas salas de perfuração dos diversos Censos, codificadores habilitados a corrigir erros ou falhas porventura notados

Quanto à apresentação dos quesitos, é de toda a conveniência que seja feita na ordem decrescente da possibilidade de resposta. Dentro dêsse critério, que coincide, aliás, no Censo Demográfico, com a ordem natural de perguntas, a idade, o sexo, a nacionalidade, a cor e outros elementos que podem ser respondidos por pessoas de todas as idades, de todas as condições, devem figurar antes dos quesitos sobre alfabetização, ocupação e outros tantos que, *a priori* se sabe, não serão respondidos em relação a todas as pessoas

O cartão do nosso Censo Demográfico, contendo embora 38 colunas de dados referentes ao indivíduo, 7 colunas de dados relativos à família — perfurados apenas para os cartões dos Chefes, ou seja, em média, 1 por 5 — e mais 8 colunas onde são perfurados os elementos que dizem respeito apenas ao domicílio, apresentando êstes frequência pouco inferior aos dados sobre a família, tem apenas 32 colunas a perfurar, em média

Isso ocorre porque os cartões relativos às pessoas menores de 4 anos terminam, invariavelmente, na coluna 20; os cartões relativos às pessoas menores de 9 anos terminam na coluna 26; e os demais nem sempre são perfurados até a coluna 38

Tal não ocorreria se não tivesse sido observada, no planejamento do questionário, a ordem dos quesitos

É interessante assinalar, também, a conveniência de se apresentarem agrupados certos

elementos comuns a um conjunto de formulários e que podem ser, com vantagem de tempo e precisão, perfurados em máquinas multi-perfuradoras. Refiro-me a códigos de Município e de Distrito, número da pasta que contém os questionários ou outros elementos que pouco se modifiquem, dentro de determinada unidade. Êstes dados, perfurados apenas no cartão de controle da produção, por funcionário de maior responsabilidade, devem merecer, no questionário ou na pasta, uma apresentação de maior destaque

b) *Conhecimento do volume a apurar*

O conhecimento da massa a apurar, e da velocidade provável da produção, constitui elemento indispensável à determinação de providências várias, inclusive em relação ao tempo de execução da operação e da área a ser utilizada, porque daqueles dois elementos e do tempo em que se deseje concluir a apuração dependerá o número de máquinas a instalar. Ou, se existe um problema financeiro, daqueles fatores — conhecimento da massa e da velocidade provável — dependerá o tempo. De um modo ou de outro, o tempo e a despesa serão decorrência, principalmente, de quantidade e velocidade

No cálculo do volume a apurar, a dificuldade aumenta à proporção que desconhecemos o fenômeno investigado. Assim, enquanto para o Censo Demográfico é possível uma estimativa quase precisa do número de cartões, baseada nos estudos de aumento da população, levados a efeito pelo Laboratório de Estatística da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, o mesmo não ocorre em relação aos Censos Econômicos

Para êstes Censos, embora dispondo de elementos apurados pelo Recenseamento anterior, existe uma possibilidade de erro, decorrente do aumento ou da diminuição do número de unidades ou dos aspectos investigados. Êsse cálculo pode, entretanto, ser retificado, depois de algum tempo de trabalho, mediante a observação, na prática, do número médio de cartões por questionário, conhecido que é o número dêstes, desde que se conclui a coleta

Baseados nos estudos sobre o aumento da população, e nos resultados do Censo anterior, tivemos a seguinte estimativa do número de cartões, para o Censo de 1950:

Demográfico	52 000 000
Agrícola	31 000 000
Industrial	3 000 000
Comercial	2 500 000
Serviços	1 200 000
TOTAL	89 700 000

Percentualmente, os diversos Censos assim se apresentam, em volume de cartões, sobre o total a perfurar:

Demográfico	58%
Agrícola	34%
Industrial	3%
Comercial	3%
Serviços	2%

A velocidade de perfuração varia em função da qualidade do material, do número de colunas por cartão, e da frequência de cartões por questionário, diminuindo à proporção que diminui tal frequência. Isso resulta do tempo perdido com o manuseio do questionário, o qual, embora insignificante para um documento, toma grandes proporções à medida que se avoluma o número destes.

c) *Escolha dos tipos de máquinas*

A escolha dos tipos de máquinas a utilizar nem sempre pode ser orientada, em nosso caso, apenas do ponto de vista técnico. Tanto o fator financeiro como a dificuldade que existe, muitas vezes, em conseguir determinados tipos de máquinas, influem na orientação a seguir nos trabalhos de apuração. No V Recenseamento Geral do Brasil, levado a efeito durante a segunda guerra mundial, a falta de máquinas modernas obrigou ao emprego de maior número de máquinas separadoras, na apuração do Censo Demográfico. Não afirmaremos que essa circunstância tenha retardado os trabalhos de apuração, mas foi, sem dúvida, grandemente prejudicial à sistematização dos dados para fins de divulgação, obrigando à transcrição total dos elementos apurados e a operações de soma posteriores.

Para o Recenseamento Geral de 1950, no Brasil, além da utilização de novos tipos de máquinas, como a 416 e a 101, que oferecem maior velocidade e maior flexibilidade, o número de máquinas foi aumentado de maneira sensível, o que deve permitir a conclusão da operação em um período não muito dilatado.

Contamos, assim, com o seguinte equipamento:

Perfuradoras 015	163
Perfuradoras duplicadoras 016	16
Perfuradora alfabética 036	2
Perfuradora resumo 513	15
Perfuradora resumo 524	18
Multiplicadora 601	4
Conferidora 052	70
Separadora 080	13
Separadora 075	4
Intercaladora 077	3
Interpretadora alfabética 552	1
Tabuladora 416	10
Tabuladora 405	2
Eletrônica de estatística 101	9
TOTAL	330

Este equipamento foi distribuído pelos diversos Censos, de acordo com o número provável de cartões de cada um e com as condições especiais de trabalho que apresentam. Assim, 100 perfuradoras 015 se destinam ao Censo Demográfico, sendo as demais, 63, distribuídas pelos outros censos, na seguinte proporção:

Agrícola .	50
Industrial	5
Comercial	5
Serviços . .	3

As perfuradoras 016 são utilizadas para a retificação dos cartões errados e a perfuração dos cartões de produção e dos cartões para a folha de pagamento.

Um dos principais problemas da perfuração é a retificação dos cartões errados pela perfuradora. Em 1940, esses cartões, encontrados na conferência, eram refeitos pela própria conferidora, em máquina perfuradora manual, 001. Em 1950, não pudemos conseguir esse tipo de máquina, já fora de uso. Estamos, assim, refazendo os cartões errados em máquina duplicadora, trabalho a cargo de um grupo especial de operadoras, que tem exclusivamente essa função.

As 70 máquinas conferidoras 052 são assim distribuídas, segundo os diferentes Censos:

Demográfico .	30
Agrícola .	30
Industrial	4
Comercial	4
Serviços	2

Tendo em vista, porém, que os cartões dos demais Censos só começam a ser perfurados depois de iniciada a perfuração do Censo Demográfico, e isso por várias razões, inclusive a maior dificuldade de coleta e crítica do material, vimos empregando, na verificação do material do Censo Demográfico, todas as máquinas disponíveis.

Essa orientação possibilitou a conferência mecânica integral, para os cartões do Censo Demográfico, durante os seis primeiros meses de trabalho. A partir daí, o volume de cartões conferidos em máquina 052 vem diminuindo, à proporção que aumenta a perfuração dos demais Censos.

No último mês — julho — apenas 30% dos cartões do Censo Demográfico deixavam de ser conferidos em máquina 052, sendo todo o material, entretanto, verificado, quanto à consistência dos dados, em máquinas eletrônicas 101.

O restante do equipamento empregado no Recenseamento tem, como principais aplicações:

máquinas 101 — verificação de consistência e apuração dos dados do Censo Demográfico;

máquinas 416 — apuração dos resumos do Censo Demográfico e apuração dos Censos Econômicos;

máquinas multiplicadoras 601 — conversão de unidades de medidas e cálculos de quantidades e valores, nos Censos Econômicos;

máquinas intercaladoras 077 — pesquisa, nos Censos Econômicos, e intercalação, no Setor ligado à Administração;

máquinas 405 — apuração da produção e execução da folha de pagamento no setor referido no item anterior;

máquinas 513 — extração de cartões resumo, nos Censos Econômicos e multiperfuração dos dados comuns, na Seção de Perfuração.

A unidade de trabalho, em qualquer dos Censos, é a pasta. Os cartões contêm certos elementos que são comuns a todos os questionários, em cada pasta.

No Censo Demográfico são acondicionados em cada pasta, em média, 250 questionários, ou seja, 1250 cartões. O código do Município, 4 colunas, no cartão, o número da pasta, composto de 5 colunas, e o código do Distrito, com 2 colunas, são perfurados em máquina 513, à base dos dados perfurados nos cartões de produção P 1.

d) *Escalonamento dos trabalhos de planeja-
mento*

O plano de trabalho para perfuração, verificação e controle dessas operações, relativas aos Censos Demográfico e Agrícola, desenvolveu-se dentro do seguinte esquema: a) projeto dos cartões — detalhes e resumos; b) especificação dos cartões, segundo os tipos, para escolha de códigos, tarjas, cortes, etc; c) estimativa das quantidades de cartões, segundo os tipos; d) elaboração de instruções de serviço, para a perfuração e a conferência; e) elaboração de instruções para extração de cartões resumo; f) elaboração de instruções para a multiperfuração e contagem da produção; g) elaboração dos quadros de apuração; h) elaboração do plano de controle da produção; i) seleção do pessoal especializado

e) *Levantamento dos índices de produção e
erros*

Tendo em vista o maior volume representado pelo Censo Demográfico, e considerando que a perfuração deste Censo se encontra bem mais adiantada do que a dos demais, vamos tomá-lo, de preferência, para exame dos índices de velocidade e de erros, observados em oito meses de trabalho

No primeiro mês — novembro de 1950 — contamos com 47 perfuradoras. As admissões do pessoal para a perfuração foram feitas, desde o início dos nossos trabalhos, em turmas que variavam de 10 a 50 perfuradoras, distribuídas pelos dois turnos. Assim, a média individual de horas trabalhadas, no mês de novembro, foi de 34. Isso se explica pela convocação de pequenas turmas, durante as 4 primeiras semanas

A vista do reduzido número de horas de trabalho, para cada perfuradora, no primeiro mês, examinaremos os índices observados a partir do segundo mês, indicando, apenas, em relação ao primeiro, a média horária, que foi de 139 cartões, e a percentagem de erros, igual a 7,7

Dividiremos em dois grupos as 91 perfuradoras que trabalharam no segundo mês: a) com um mês de exercício; b) com dois meses de exercício

Examinando a produção média horária e o índice de erros de cada grupo, temos:

- a) com um mês de exercício:
 média horária . . . 124 cartões
 percentagem de erros . 6,0
- b) com dois meses de exercício:
 média horária 151 cartões
 percentagem de erros . 6,0

Do exame dos índices de produção e de erros observamos o seguinte:

As perfuradoras que apresentaram mais baixo índice de erros obtiveram, como média horária, respectivamente, 154 e 196 cartões, ambas acima da velocidade média de cada grupo, que foi de 124 e 151 cartões

Nos meses seguintes observa-se o aumento gradativo da velocidade e a diminuição da percentagem de erros. Tivemos, então:

- a) terceiro mês:
 média horária . . . 162 cartões
 percentagem de erros . 4,2
- b) quarto mês:
 média horária . . . 241 cartões
 percentagem de erros . 2,5

Estes índices se vêm mantendo praticamente inalterados, e isto se explica pela retirada constante de perfuradoras do Censo Demográfico para os trabalhos de conferência e de perfuração do Censo Agrícola

Examinando um conjunto de 50 perfuradoras que contam de três a sete meses de exercício, na perfuração dos cartões do Censo Demográfico, verificamos a seguinte distribuição da média horária:

mais de 400 cartões por hora	3 perfuradoras
350 a 399 cartões por hora	17 perfuradoras
300 a 349 cartões por hora	13 perfuradoras
250 a 299 cartões por hora	14 perfuradoras
200 a 249 cartões por hora	3 perfuradoras

A percentagem de erros cometidos por estas perfuradoras tem a seguinte distribuição:

Menos de 1%	24 perfuradoras
1,0 a 1,9%	13 perfuradoras
2,0 a 2,9%	7 perfuradoras
mais de 3%	6 perfuradoras

É de notar que as perfuradoras que atingiram maior média estão entre aquelas que tiveram índice de erros inferior a 1%. Convém assinalar, contudo, que o material trabalhado pelas perfuradoras que vinham apresentando, nos meses anteriores, pequeno número de erros, não está sendo, atualmente, conferido em máquina 052, mas apenas verificado na máquina 101

Em relação ao rendimento obtido na conferência, examinaremos a produção média horária de um grupo de 24 conferidoras que contam de 3 a 7 meses de exercício. Temos:

mais de 400 cartões por hora	1 conferidora
350 a 399 cartões por hora	4 conferidoras
300 a 349 cartões por hora	9 conferidoras
250 a 299 cartões por hora	8 conferidoras
menos de 250 cartões por hora	2 conferidoras

Outro elemento que tem concorrido para orientar a Direção, no que respeita aos erros ou omissões, é a pesquisa feita em máquina 101. Esta pesquisa visa não diretamente à procura do erro do codificador ou da perfuradora, mas à retirada de todos os cartões que possam apre-

sentar inconsistências — códigos inexistentes ou incoerência na conjugação de dois códigos

Consiste antes na verificação dos cartões em relação aos quadros a apurar, do que na conferência do trabalho executado nas fases anteriores. Esta última surge como uma decorrência. E isso se justificaria, não houvesse outros motivos para tanto, pelo fato de existir, normalmente, a conferência, quer em relação à codificação, quer no tocante à perfuração. Apenas no caso da perfuração, a conferência não existe sistematicamente. E não existe porque o número de máquinas conferidoras, de acordo com o planejamento, representa apenas 30% do número de máquinas perfuradoras. Como já referimos, as máquinas conferidoras destinadas aos outros Censos estão sendo utilizadas no Censo Demográfico até que os trabalhos relativos àqueles Censos se desenvolvam. Por isso não estamos, até agora, deixando de conferir os 70% de cartões que havíamos previsto.

A diferença nas datas de início dos trabalhos de perfuração apresenta, além da vantagem de podermos conferir mecanicamente maior percentagem dos cartões do Censo Demográfico, uma outra que consideramos importante: com o correr do tempo, as perfuradoras vão adquirindo maior experiência, do que resulta a diminuição do número de erros. Temos hoje grande número de perfuradoras que erram, em média, menos de 2%, e é apenas parte do material trabalhado por essas operadoras que enviamos, sem conferência mecânica, para a pesquiza em máquina 101.

Essa circunstância pode justificar a percentagem de erros relativamente baixa, apresentada pela pesquisa. Cabe esclarecer que o trabalho na 101 se vem processando em duas fases, apresentadas distintas e minuciosamente nas instruções de serviço distribuídas.

Em 2 778 000 cartões pesquisados foram retirados pela 101 12 175 cartões (0,4%). Dêstes, 5 106 (42% do total retirado) apresentavam erro de codificação; 4 417 (36% do total) constituíam erros de perfuração e 2 652 (22%) ou haviam sido retirados para exame, mas não constituíam erro, ou apresentavam deficiências provocadas por máquinas, principalmente deslocamento da perfuração da coluna 1.

Temos observado, na prática, que a produção das perfuradoras aumenta de 20 a 30%, ao ser instituído o regime de pagamento por tarefa. Considerando que só depois de dois meses de trabalho passam as perfuradoras, sistematicamente, a ser pagas por tarefa, e que este prazo é suficiente para o aperfeiçoamento do servidor, seria admissível atribuir uma parcela do aumento da produção a essa circunstância.

Não é só o aumento da produção, porém, que nos leva a crer nas maiores vantagens do pagamento à base de produção. Fatores diversos, inclusive de ordem administrativa, nos indicam essa forma de remuneração como a mais aconselhável. Citaremos alguns.

A disciplina do conjunto, principalmente quando este conjunto se constitui de mais de 450 moças, melhora de maneira sensível. E essa disciplina se traduz na obediência aos horários,

na permanência no recinto de trabalho, no interesse pelo bom funcionamento do equipamento mecânico.

Há a considerar, porém, outro aspecto não menos importante. Se pagamos um salário mensal, estaremos nivelando, sob todos os aspectos, um grupo que nunca será inteiramente homogêneo. O desnivelamento constitui, paradoxalmente, a maneira de igualar. Pagando determinada importância por um milheiro de cartões perfurados, sabemos, de antemão, quanto iremos gastar, pelo menos aproximadamente. Não importa que, enquanto uma perfuradora receba apenas Cr\$ 1 600,00, outra receba Cr\$ 3 000,00, se entre a produção de ambas existe um desnível equivalente a essa diferença.

Como não levamos em conta apenas a produção, mas a produção aproveitável, procuramos não incentivar o erro, cobrando por ele 10 vezes o valor que pagamos pelo cartão certo, na perfuração, ou quase 100 vezes o valor do cartão, na conferência mecânica.

Enquanto que, para os cartões do Censo Demográfico, pagamos às perfuradoras e conferidoras Cr\$ 65,00 por milheiro de cartões perfurados, descontamos para cada erro, respectivamente da perfuradora e da conferidora, Cr\$ 0,50 e Cr\$ 5,00.

Reconhecemos, porém, que certas tarefas, pela sua natureza especial, não podem ser pagas, desde o início, à base de produção. É o que ocorre com as perfuradoras encarregadas de refazer os cartões errados. A estas servidoras é pago o salário-dia de Cr\$ 75,00, descontando-se, porém, os erros cometidos, à base unitária de Cr\$ 1,00.

Com o emprego destes critérios temos obtido produções razoáveis e, paralelamente, as perfuradoras recebem ordenados satisfatórios. Haverá aquelas que ganham pouco, mas, em média, o salário se mantém em torno de Cr\$ 18,00 por hora.

III — PROBLEMAS ADMINISTRATIVOS

QUANTO aos problemas administrativos que podem interessar à apuração mecânica, temos seleção do pessoal, lotação, freqüência, e ligação com o pessoal administrativo.

A seleção, dadas as características especiais do trabalho, ficou praticamente a cargo da Subdivisão de Apuração Mecânica. No que se refere às perfuradoras, foi feita em duas etapas, constando a primeira de um teste, com a finalidade de apurar a tendência ou a aptidão das candidatas, para o trabalho de perfuração. Esse teste foi elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, tendo sido levada em conta, na sua organização, a mensuração de requisitos considerados pelos técnicos como necessários a uma perfuradora. A segunda etapa constou de treinamento em máquina perfuradora, durante 12 horas, divididas em períodos de 2 horas. A nota final foi obtida pela soma das notas do teste e do treinamento, dividida por dois.

Somente pessoas do sexo feminino puderam concorrer à prova para perfuradora, desde que

maiores de 18 e menores de 30 anos. Pela observação já feita em outras oportunidades, verificou-se que o trabalho de perfuração rende mais, é melhor, quando se empregam mulheres. O trabalho requer, entre outras qualidades, forte resistência à monotonia. Quanto à limitação de idade, também foi estabelecida por considerarmos que a maior parte dos problemas, inclusive de ordem administrativa, são criados por pessoas de idade mais avançada. Mesmo com essas limitações, tivemos mais de 4 000 candidatas à prova para perfuradora, e mais de 2 000 destas foram aprovadas no teste, e submetidas ao treinamento. Finalmente, consideramos aprovadas 750 candidatas, que constituem nossa reserva de pessoal, utilizada à proporção que o serviço se desenvolve.

A seleção de pessoal não terminou, porém, para nós, com essa primeira fase. Continua depois de iniciado o trabalho, para seleção do pessoal que vai preencher cargos, não propriamente de chefia, que já estão preenchidos, mas de assistentes e de encarregados de turma. Esse pessoal é recrutado entre as candidatas classificadas na prova, sendo a seleção feita no próprio trabalho. Para cargos onde se faz necessário desenvolvimento intelectual maior, escolhemos de preferência aquelas que obtiveram notas muito elevadas no teste, e não se adaptaram, depois, ao trabalho das máquinas.

A lotação prevista para a Apuração é de 683 funcionários, assim distribuídos, segundo as funções: 4 chefes (1 de Subdivisão e 3 de Secção); 33 assistentes, inclusive encarregados de setor; 119 auxiliares, encarregados de registros, de verificação não mecânica de certos trabalhos, inclusive alguns operadores de máquinas tabuladoras e separadoras; 524 perfuradoras.

Percentualmente, o nosso pessoal assim se distribui, hoje, em relação à previsão:

Chefia	0,6%
Supervisão e controle, assim considerados os assistentes	5,2%
Distribuição de serviço, registro e execução (mensalistas)	17,4%
Execução (tarefeiros)	76,8%

FREQUÊNCIA

Em se tratando de trabalho com máquinas, a frequência é fator muito importante. Em outros setores, como, por exemplo, o de codificação, a falta de um funcionário apenas implica atraso daquele trabalho. Quando se trabalha em máquinas, a falta do operador implica prejuízo maior, porque há a considerar o aluguel da máquina e o tempo que ela fica parada. No Censo de 1940 havia os suplentes, isto é, funcionários que compareciam diariamente à repartição; se titulares haviam faltado, trabalhavam; do contrário, voltavam para casa e recebiam pequena diária, a título de condução. No Censo atual, não temos suplentes e não temos tido grande dificuldade em relação à frequência. A frequência da perfuração, por exemplo, nos deu, em 3 823 dias-servidores, um índice de absenteísmo não superior a 10% da frequência. Essa percentagem é calculada pelo conjunto das faltas, inclusive aquelas motivadas por doença. Há, porém, uma limitação para as faltas, e ultrapassada esta, o servidor é, automaticamente, dispensado.

INTERPRETAÇÃO GRÁFICA DAS TÁBUAS DE MORBIDADE, DE REDUÇÃO E DE SÉRIE

GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA
(Chefe do Gabinete de Estudos e Pesquisas
do Instituto de Resseguros do Brasil)

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES — Como se sabe, as legislações sobre seguro-doença dos diferentes países estabelecem restrições diversas quanto à duração máxima dos dias de incapacidade indenizáveis, que algumas limitam a 180 dias, outras a 360 ou 365 ou vão até a 3 anos em casos especiais (como, na França, os casos de doença prolongada) e quanto à duração e natureza do período de espera, durante o qual o segurado não faz jus (ou só eventualmente faz) a nenhuma indenização, que algumas fixam em 3, 4, 6 ou 7 dias ou lhe atribuem caráter diverso de rigidez.

O conceito de duração máxima do período indenizável é óbvio; convém, porém, esclarecer, segundo cremos, o conceito de período de espera, da forma seguinte:

O período de espera diz-se *absoluto* quando, qualquer que seja a duração da enfermidade, o segurado não recebe a indenização correspondente aos dias de doença compreendidos no período de espera; isto é, as conseqüências econômicas da doença ficam a cargo do segurado durante esses primeiros dias, quer a doença dure menos, quer mais que o período de espera absoluta.

Quando o período de espera é *relativo*, o doente não pode, tampouco, pretender a indenização para as incapacidades inferiores à duração do período de espera; mas no caso de incapacidade de trabalho mais prolongada, o segurado faz jus à indenização retroativamente, desde o primeiro dia de incapacidade.

Finalmente, o período de espera é *misto* quando associa ambas as características dos anteriores, isto é, *absoluto* para um primeiro período de incapacidade curta (porém superior ao período de espera) e *relativo* para uma incapacidade mais prolongada, e além disso, a indenização pode ser paga retroativamente, seja a contar do primeiro dia de incapacidade, seja de um dia posterior, porém anterior ao término do período de espera absoluto.

Algumas legislações alteram, ainda, o montante da indenização diária conforme a duração do caso.

Todos esses fatores e circunstâncias se refletem sobre o valor da taxa de morbidade, e conseqüentemente, sobre o custeio do regime, para cuja estimativa representa aquela taxa o elemento básico. Pois bem, todos esses reflexos sobre a referida taxa se podem apreciar através das tábuas de redução e, especialmente, das tábuas de série, que constituem o fundamento das tábuas de redução. De fato, enquanto que, conhecida a tábua de série da experiência, o efeito de todos esses fatores e circunstâncias cambiantes sobre a taxa de morbidade se pode apreciar devidamente, o conhecimento somente da tábua de redução permite analisar apenas o efeito das mudanças no prazo máximo da indenização e no período de espera *absoluto*.

A importância prática deste estudo das tábuas de série e de redução reside no fato de que muitas vezes o atuário, ou o estatístico, tem que estudar os efeitos de tais alterações no custo de um regime de seguro-doença ou deve transformar convenientemente taxas de morbidade estabelecidas em certas bases para outras diversas, para fins de comparação ou outros.

TÁBUAS DE MORBIDADE, DE REDUÇÃO E DE SÉRIE — Cremos que a maneira mais clara e simples de expor a essência dessas tábuas, o método de sua elaboração e seu emprego, é o recurso à interpretação gráfica. O gráfico extremamente simples que imaginamos e que a seguir descreveremos esclarece perfeitamente, em nosso entender, certas questões que se não veriam imediatamente com a mesma facilidade, de outra maneira.

ORGANIZAÇÃO DO GRÁFICO — Assim como no planimétrico de Lexis para a representação gráfica da teoria formal da população (o qual tanto esclarece o cálculo dos expostos ao risco na elaboração das tábuas gerais de mortalidade)

Exemplos numéricos de tábuas de série e de redução, bem como de sua utilização prática, podem encontrar-se no n.º 35, da RBE, no artigo "Seguro-Doença e Maternidade" do mesmo autor.

se representa a duração de cada vida pela extensão da denominada "linha de vida" — assim também, no estudo do fenômeno da morbilidade, pode-se, com grande vantagem para a exposição clara da matéria, representar cada caso de enfermidade por uma "linha de doença" cuja extensão traduziria a duração do respectivo caso (em dias, ou semanas, por exemplo)

Suponhamos, pois, que se observa durante um ano uma coletividade segurada, constituída de indivíduos de mesma idade x , e que nesse ano se apresentaram c casos de doença¹ de diferentes durações d em dias². Designaremos por c_d o número de casos de duração d . A duração máxima considerada é aquela que se tem como limite para o caso ser considerado como de invalidez (e indenizado por esse seguro) se de duração superior. No caso concreto, esse limite foi suposto de 180 dias, mas poderia ser 365 ou outro qualquer. A duração ilimitada envolveria também os casos de invalidez e recair-se-ia no conceito inglês de invalidez, segundo o qual esta nada mais é do que uma enfermidade prolongada. Se, porém, existe simultaneamente em funcionamento com o seguro-doença um seguro de invalidez e se este indeniza aquele dos pagamentos efetuados nos casos que, embora inicialmente duvidosos quanto à sua natureza temporária ou permanente, duraram efetivamente mais do que o limite previsto para as indenizações por conta do seguro-doença — então poderemos limitar-nos a considerar apenas os casos que não ultrapassaram o referido limite.

Sobre um sistema retangular de eixos coordenados marquemos agora como abscissas as durações d em dias e como ordenadas (sucessivamente) as frequências c_d dos diferentes casos, em ordem decrescente (ou crescente) das respectivas durações. Para visualização clara do fenômeno, tracemos paralelamente ao eixo das abscissas tantas linhas quantos forem os casos de doença observados no ano, dispondo-os em ordem não crescente (ou não decrescente) de duração. Denominamos essas linhas "linhas de doença"

Teremos, assim, um conjunto de c_{180} linhas de 180 dias de extensão; c_{179} linhas de 179 dias de comprimento; c_3 linhas de 3 dias de extensão; c_2 de 2 dias e finalmente c_1 de 1 dia. De maneira que a ordenada AC (vide gráfico) é igual a

$$c = \sum_{d=1}^{180} c_d,$$

número total de casos observados. A área de cada retângulo hachurado representa o número de dias de doença motivados pelos casos de duração d , a saber

$$n_d = c_d \times d$$

e a área total hachurada (soma de todos os retângulos), o número total de dias de doença apresentado no aludido ano pela coletividade de idade x segurada:

$$n = \sum_{d=1}^{180} n_d$$

TAXAS DE MORBIDADE — A taxa usual de morbilidade vem a ser o número médio anual de dias de doença que, segundo a experiência daquele ano (ou de vários anos sucessivos), cabe a cada um dos indivíduos observados (expostos ao risco), quer tenha ou não estado efetivamente enfermo naquele ano. Tem-se então

$$m_x = \frac{n_x}{E_x}$$

Noutras palavras, vem a ser o quociente do número de dias de doença representados pela área total hachurada do gráfico pelos expostos ao risco da coletividade segurada (que pode ser aberta ou fechada)

A área (ou o número de dias de doença), porém, que efetivamente se toma em consideração no cálculo das taxas de morbilidade varia, entretanto, conforme seja a área total, ou está descontada de uma certa parte. Assim, pode ser a área total descontada da área hachurada compreendida no retângulo AHGC, se a legislação prevê um período de espera de 3 dias, durante os quais nenhuma indenização é paga e a taxa de morbilidade pode ser calculada em função dos dias de doença indenizáveis (dias de doença ao líquido dos dias de espera)*. Pode ser ainda calculada em função da área total (já reduzida ou não da anterior) diminuída da área hachurada compreendida no retângulo FBDE, se a legislação limita a 90 dias o prazo de indenização das doenças pelo regime de seguro respectivo (ou se faz variar a partir desse limite a taxa de indenização da incapacidade). Outras combinações ainda são possíveis, como é fácil ver. Antes de se utilizar uma taxa de morbilidade, é necessário verificar cuidadosamente sob que critério foi ela estabelecida.

TÁBUAS DE REDUÇÃO — Todas essas circunstâncias se podem ter em conta mediante o estabelecimento e a utilização das denominadas "tábuas de redução", das quais as mais conhecidas são as de Toja, de Janse, de Moser (caso particular das anteriores) e dos atuários ingleses ["Report for 1912-1913 on the Administration in England of the National Insurance Act", Part I (Health Insurance)]. Esta última é a única que tem em conta a influência da idade dos segurados sobre os fatores de redução, fornecendo as demais valores médios, independentes da idade.

Essas tábuas se estabelecem fazendo a relação, para a área total representada no grá-

¹ Para facilidade de notação, suprimimos o índice x de todos os símbolos, o qual fica, entretanto, subentendido.

² As enfermidades cuja duração exceder a 365 dias devem ser computadas no ano em que terminarem

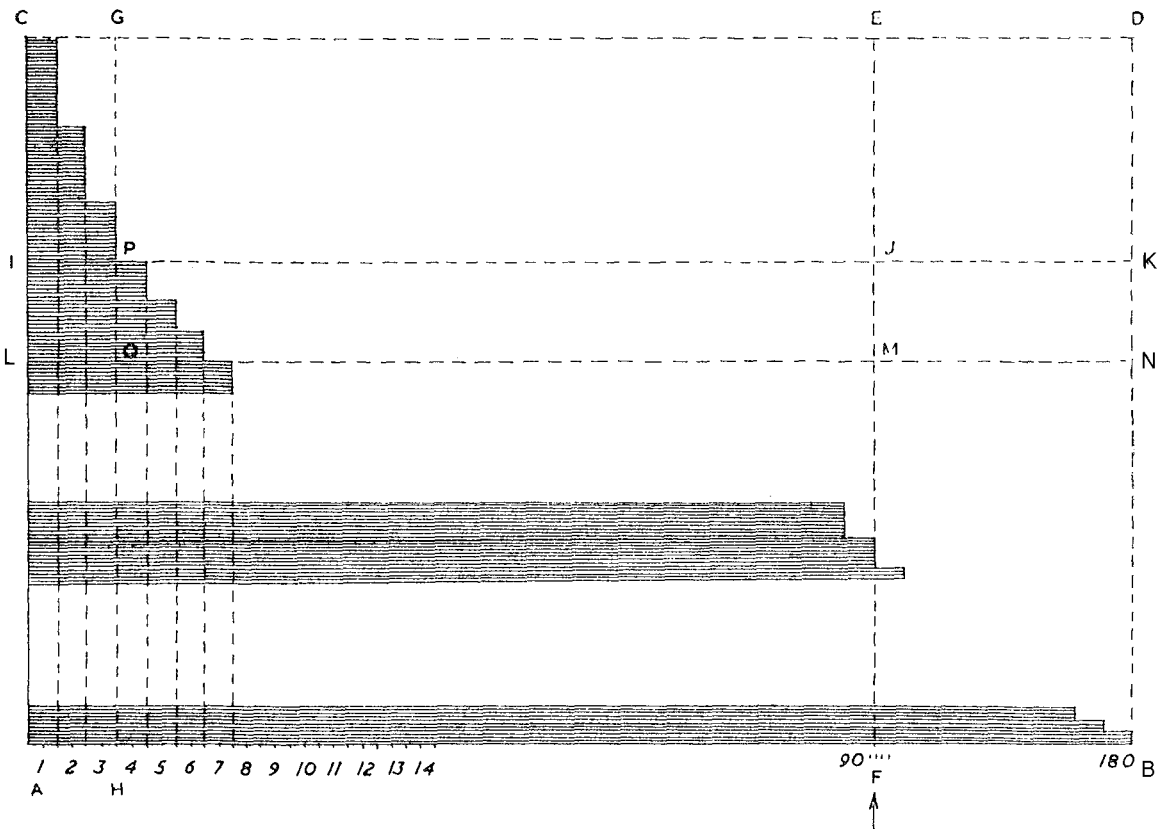
* Quando existe assim um período de espera absoluto de 3, 4, 6 ou 7 dias, a duração máxima das enfermidades a considerar se estende em geral à duração máxima prescrita na lei, acrescida dos dias do período de espera

fico, das áreas parciais obtidas deduzindo da primeira as áreas correspondentes aos dias não indenizáveis

Elas permitem medir a influência sobre as taxas de morbidade (e portanto sobre o custo do seguro) das diversas restrições impostas pelas diferentes legislações (ou das alterações que se queira introduzir numa legislação dada) relativas aos dias de doença indenizáveis, tomando-se como base (geralmente igual a 1 000) o número total (área total hachurada) de dias de doença

Se, ao contrário, as indenizações se prolongam até o 180º dia, mas há um período de espera absoluto, digamos de 3 dias, durante o qual nenhuma indenização se paga (sendo o 4º dia de doença o primeiro indenizável em qualquer caso), ter-se-á que relacionar, para a área total, a área parcial obtida deduzindo da primeira a área hachurada compreendida no retângulo AHGC (ou seja deduzindo os dias de doença correspondentes aos casos que duraram até 3 dias e mais 3 dias em cada um dos casos de doença que duraram mais de 3 dias)

GRÁFICO DE DOENÇAS POR DURAÇÃO



Assim, se todos os dias de doença são indenizáveis desde o primeiro, mas tão somente até o 90º dia ao invés de até o 180º, ter-se-á que estabelecer a relação, para a área total hachurada, tomada igual a 1 000, da área hachurada compreendida no retângulo AFEC (com exclusão da área compreendida no retângulo FBDE, correspondente aos dias de doença excedentes a 90). Esta segunda área se calcula subtraindo do total de dias de doença o total acumulado dos dias de doença correspondentes aos casos de duração não superior a 90 dias e mais ainda 90 dias de cada caso que durou mais do que esse limite, ou simplesmente o total de dias excedentes a 90 correspondentes aos casos que duraram mais do que esse termo

Claro está que as duas restrições acima se podem impor simultaneamente, não apresentando a hipótese maior dificuldade

As vezes não se indenizam as enfermidades de duração inferior a certo limite: mas desde que durem mais do que esse limite, se indenizam desde o primeiro dia (período de espera relativo). Então ter-se-ia que deduzir no gráfico tão somente a área compreendida no retângulo IPGC

TÁBUAS DE SÉRIE — As tábuas de série indicam, em suas quatro colunas, sucessivamente o período de duração dos vários casos de enfermidade observados, expressos em dias a princípio

(para durações de enfermidade até uma semana ou duas), depois em intervalos de 5, 7 ou 10 dias geralmente, e em seguida em períodos mensais ou mais, para as enfermidades de longa duração (além de 3 meses por exemplo); o número inicial de casos de enfermidade e o número destes que subsistem no início de cada um dos períodos indicados na primeira coluna; o número de casos de doença que cessaram durante o período respectivo; e, finalmente, o número acumulado de dias de duração de todos os casos que duraram até o fim de cada um dos períodos indicados na primeira coluna.

Vê-se que as colunas da tábua de série têm bastante semelhança com as colunas x , 1_x , d_x e T_x das tábuas de sobrevivência e mortalidade.

Sendo esta a tábua fundamental para a construção da tábua de redução e para a apreciação dos efeitos das alterações que se queira introduzir numa legislação dada, exporemos com mais minúcia as particularidades de sua elaboração. O elemento básico da tábua é a distribuição das enfermidades registradas por tempo de duração, digamos em dias, que constitui a sua terceira coluna (número de casos que cessaram durante o período). A segunda coluna da tábua se deduz da terceira, por simples adição sucessiva dos valores, desta de baixo para cima (como os valores de 1_x se deduzem de d_x nas tábuas de mortalidade). Os valores da quarta coluna se deduzem dos valores da segunda por simples adição sucessiva de cima para baixo enquanto os casos de enfermidade forem agrupados dia por dia. Quando o agrupamento passar a fazer-se em intervalos de mais de um dia, a melhor maneira de se obterem os valores da quarta coluna é tabular diretamente as durações individuais das enfermidades compreendidas no intervalo, expressas em dias. Quando, porém, esse elemento não é dado e se conhecem apenas os elementos constantes da segunda coluna, isto é, se conhece tão somente o número de casos existentes no início de cada período, os valores correspondentes da coluna (4) só podem ser obtidos com certa aproximação.

Para compreender-se melhor o processo de sua obtenção vejamos antes a interpretação gráfica desta tábua, valendo-nos do gráfico anexo. A primeira coluna corresponde às abscissas sucessivas do gráfico; a segunda coluna corresponde às alturas dos retângulos verticais que têm por base os valores constantes da primeira coluna; e a terceira coluna contém sucessivamente os valores acumulados das áreas correspondentes aos retângulos verticais até o fim de cada um dos períodos. Enquanto as bases dos retângulos são unitárias, os números que medem as suas áreas coincidem com os va-

lores constantes da segunda coluna; basta, pois, adicioná-los sucessivamente de cima para baixo para ter-se, como vimos, os valores da quarta coluna. Quando as durações das enfermidades são indicadas em intervalos de mais de um dia, para obter os valores da última coluna teríamos que somar as áreas de diversos retângulos cujas alturas são desconhecidas, salvo as do primeiro e do último. Supondo, porém, que os vértices desses retângulos se dispõem em linha reta, é fácil ver que, designando por C_p o número de casos existentes no início do período de p a $q-1$ dias; por C_q o número de casos existentes no início do período seguinte e por n a diferença $q-p$ ou o número de dias compreendidos no intervalo considerado, tem-se como expressão da área buscada:

$$\frac{1}{2} (C_p + C_q) n + \frac{1}{2} (C_p - C_q) = \frac{1}{2} [(n+1) C_p + (n-1) C_q]$$

valor que deve ser somado ao valor anterior constante da coluna (4) da tábua de série.

Vejamos um exemplo numérico. Segundo a experiência italiana de 1931, relativa aos empregados no comércio, tem-se: valor anterior na coluna (4): 504 728 (vide tabela XLIII de nosso trabalho "Seguro-doença e maternidade", in RBE n.º 35, pág. 419). Número de casos existentes no início do período de 16-20 dias: 18 757; número de casos existentes no início do período de 21-25 dias: — 14 055. Vem então

$$\frac{1}{2} (6 \times 18\,757 + 4 \times 14\,055) = 84\,381$$

valor a somar a 504 728 para obter o valor seguinte da quarta coluna, a saber 589 109.

A quarta coluna da tábua de série é básica para a construção da tábua de redução, cuja primeira linha se deduz simplesmente pela relação dos valores desejados dessa coluna para o último deles, multiplicados os quocientes por mil. Essa linha mede a influência da limitação tão somente do prazo máximo de enfermidade indenizável, sem nenhum período de espera.

A influência do período de espera absoluto de 1, 2, 3, etc dias se mede fazendo as mesmas relações, com dedução porém no dividendo, do primeiro, do segundo, do terceiro valor, etc da 4ª coluna da tábua de série, obtendo-se assim sucessivamente a segunda, a terceira, a quarta, etc linhas da tábua de redução, cujos valores refletem a influência combinada das restrições impostas pela introdução de diversos períodos de espera absolutos e das limitações no prazo máximo da indenização.

Não será difícil ver como se pode utilizar também essa coluna combinada com os valores da terceira para medir a influência de períodos de espera relativos ou mesmo mistos.

RESOLUÇÕES DA JEC

Resolução censitária n.º 52, de 21 de outubro de 1955

Abre crédito especial de Cr\$ 900,00, para pagamento de despesas de exercícios anteriores

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições,

RESOLVE:

Art 1.º — Fica aberto no orçamento do Conselho Nacional de Estatística para o corrente exercício — Anexo n.º 2 — Despesa — Serviço Nacional de Recenseamento, Verba 1 — Pessoal, o crédito especial de novecentos cruzeiros (Cr\$ 900,00), para pagamento de salário-espósa a servidor do mesmo Serviço, relativo aos meses de julho a dezembro de 1954

Art 2.º — Os recursos necessários ao crédito de que trata o artigo precedente advirão de saldos disponíveis de exercícios anteriores

Resolução censitária n.º 53, de 21 de outubro de 1955

Abre crédito suplementar no Orçamento do Conselho Nacional de Estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições,

RESOLVE:

Art 1.º — Fica aberto no Orçamento do Conselho Nacional de Estatística para o corrente exercício, Anexo n.º 2 — Despesa — Serviço Nacional de Recenseamento, o crédito de duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200 000,00), suplementar às seguintes verbas:

	Cr\$
Verba 2 — Material	105 000,00
Verba 3 — Serviços e Encargos	95 000,00
Total das suplementações	200 000,00

Art 2.º — Os recursos necessários ao crédito de que trata o artigo precedente advirão de saldos disponíveis de exercícios anteriores

Resolução n.º 483, de 21 de outubro de 1955

Abre crédito especial de Cr\$ 32 250,00 no Orçamento do Conselho Nacional de Estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando o disposto nas Resoluções JEC-423, de 31 de julho de 1953, e JEC-426, de 30 de outubro de 1953; e

considerando o que consta do processo n.º 22 143/954, da Secretaria-Geral do Conselho,

RESOLVE:

Art. 1.º — É aberto, no Orçamento do Conselho Nacional de Estatística — Anexo 2-A —

Secretaria-Geral, o crédito especial de trinta e dois mil, duzentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 32 250,00), destinado ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço

Art 2.º — Os recursos necessários ao crédito de que trata o artigo precedente serão obtidos mediante destaque de resíduos orçamentários de exercícios anteriores

Resolução n.º 484, de 21 de outubro de 1955

Abre crédito especial de Cr\$ 165 427,00 no Orçamento do Conselho Nacional de Estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando o que consta do processo n.º 1 643/54, da Secretaria-Geral do Conselho,

RESOLVE:

Art 1.º — É aberto, no Orçamento do Conselho Nacional de Estatística — Anexo 2-A — Secretaria-Geral, o crédito especial de cento e sessenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e sete cruzeiros (Cr\$ 165 427,00), para custear as despesas com o pagamento do repouso remunerado do pessoal tarefeiro da mesma Secretaria-Geral, nos exercícios de 1953 e 1954

Art 2.º — Os recursos necessários ao crédito de que trata o artigo precedente serão obtidos mediante destaque de resíduos orçamentários de exercícios anteriores

Resolução n.º 485, de 4 de novembro de 1955

Altera dispositivos do Anexo à Resolução JEC-479, de 27 de maio de 1955

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando a necessidade de alterar o número de cargos previsto pela Resolução JEC-479, de 27 de maio de 1955, nas diferentes carreiras dos Quadros II e III da Secretaria-Geral, a fim de possibilitar o enquadramento, determinado pela referida Resolução e decorrente da aplicação da Lei n.º 2 284, de 9 de agosto de 1954, relativamente aos servidores que contam tempo de serviço público superior a cinco anos, inclusive o prestado a outras entidades, e cujo número não fôra possível estimar com precisão;

considerando que a classificação dos municípios, segundo dados estatísticos recentes, para efeito de distribuição das funções gratificadas do Quadro III, veio evidenciar que a previsão relativa a essas funções, baseada na classificação anterior, não corresponde à realidade atual;

considerando a conveniência de adaptar alguns dispositivos do Anexo à Resolução JEC-479, citada, à solução de problemas supervenientes à sua execução,

RESOLVE:

Art 1º — A Resolução JEC-479, de 27 de maio de 1955, vigorará com as seguintes alterações:

"Art 1º, II — CARGOS DE CARREIRA

DENOMINAÇÃO	CLASSES		Número de cargos
	P. P.	P. S.	
Auxiliar de Portaria	D a J	A a C	100
Contabilista	E a K	—	80
Datilógrafo	D a F	—	100
Escriturário	E a G	B a D	300
	—	H	5
	—	I	2
	—	J	2
Estatístico	I a M	G a H	215
Estatístico-Auxiliar	E a H	B a D	320
Motorista	—	I	11
	C a J	—	35
Oficial Administrativo	H a M	F a G	140

Art 5º — O Quadro III da Secretaria-Geral, relativo ao pessoal das Agências Municipais de Estatística, constitui-se de uma Parte Permanente (PP) e de uma Parte Suplementar (PS), de acordo com as seguintes especificações:

DENOMINAÇÃO	CLASSES		Número de cargos
	P. P.	P. S.	
1 Cargos de carreira			
Agente de Estatística	D a K	C	2 950
Zelador-Mensageiro	A a D	—	160
2 Cargos isolados de provimento efetivo			
Auxiliar de Agência	—	A	109
	—	B	11
	—	C	1
	—	D	7
	—	E	5
	—	F	5
	—	G	6
	—	H	12
3 Funções qualificadas	—	I	3
	—	J	2
Agente Itinerante	FG-4	—	90
Agente Recebedor	FG-5	—	1
	FG-6	—	3
	FG-7	—	5
	FG-8	—	7
	FG-9	—	14
	FG-10	—	16
Chefe de Agência	FG-3	—	1
	FG-4	—	12
	FG-5	—	82
	FG-6	—	85
	FG-7	—	110
	FG-8	—	260
	FG-9	—	500
	FG-10	—	1 350

Art 6º, d — as funções gratificadas de Agente Recebedor serão distribuídas, tendo-se em vista o padrão da Agência e a arrecadação do "sêlo de estatística" no município

Art 10, § 3º — Os atuais ocupantes de funções em comissão, que contem mais de 5 anos de serviço público, poderão ser enquadrados, se o requererem, na classe inicial da carreira correlata na forma seguinte:

Função Exercida	Carreira de Enquadramento
Inspetor Regional, Assistente-Chefe e Chefia de natureza estatística	Estatístico
Chefia de natureza administrativa	Oficial Administrativo
Secretário	Escriturário

Art 18, § 3º (a acrescentar) — Para efeito de nova promoção dos servidores de que trata este Artigo, será conservado o interstício excedente de dois anos a 30 de junho de 1955

Art 19, parágrafo único (a acrescentar) — Os atuais Chefes de Agência-Modelo poderão, a critério do Inspetor Regional, permanecer em exercício, nos mesmos padrões de vencimentos, até a nomeação dos Agentes Itinerantes, ou no caso de não pertencerem efetivamente aos quadros do Instituto, até a realização do concurso para Agente de Estatística em qualquer Unidade da Federação

Art 2º — Fica prorrogado até 29 de fevereiro de 1956 o prazo a que se refere o art 14 § 2º do Anexo à Resolução nº 479

Art 3º — O aumento de despesa decorrente da presente Resolução correrá à conta dos recursos próprios do Orçamento da Secretaria-Geral

Art 4º — Fica a Secretaria-Geral autorizada a adotar as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art 5º — Revogam-se as disposições em contrário

Resolução nº 486, de 18 de novembro de 1955

Presta homenagem ao Sr. Elmano Cardim, ex-Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e manifesta-lhe o reconhecimento do Conselho

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que o Sr. Elmano Cardim, embora haja exercido a Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em fase difícil da vida política e administrativa do País, soube assegurar à entidade o clima de ordem, tranqüilidade e trabalho indispensável a sua perfeita integração nos princípios e normas de sua tradição;

considerando que, no período de pouco mais de um ano, que tanto durou a gestão do Sr. Elmano Cardim, venceu o Conselho Nacional de Estatística uma das etapas mais fecundas de sua existência, prestigiados os órgãos de cúpula, Assembléia-Geral e Junta Executiva Central, pelo acatamento à sua autonomia e pelo respeito ao seu campo de competência, e apoiada a Secretaria-Geral, em sua atuação, encorajada em suas realizações e estimulada em suas iniciativas pela autoidade moral e pela firme visão orientadora do Presidente, na solução dos problemas administrativos;

considerando haver o Sr. Elmano Cardim honrado o cargo de Presidente do Instituto e do Conselho, pela dignidade, equilíbrio e austeridade com que o exerceu, pelo zelo com que defendeu a instituição de influências estranhas aos interesses do serviço público e pela proficiência com que representou a entidade em suas relações com os órgãos governamentais e com as organizações internacionais a que está vinculada;

considerando que as realizações do Conselho Nacional de Estatística, de outubro de 1954 até esta data, se devem, reconhecidamente, à orientação esclarecida e ao decidido apoio do Presidente Elmano Cardim e constituem serviços inestimáveis que, com patriotismo e desinteresse, prestou ao sistema estatístico brasileiro,

RESOLVE:

Art 1º — O Conselho Nacional de Estatística, num preito de justiça ao Sr. Elmano Cardim, pela forma como exerceu o cargo de Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Conselho, rende-lhe a homenagem de sua admiração, ao mesmo tempo que lhe manifesta o seu reconhecimento pelos serviços que prestou à Estatística brasileira

Art 2º — O Conselho assinala, de modo particular, entre as realizações e iniciativas levadas a efeito na administração Elmano Cardim:

a) aquisição de sedes para Inspetorias Regionais de Estatística, segundo plano ora em execução;

b) reestruturação das Inspetorias e das Agências Municipais de Estatística;

c) implantação do sistema de promoções, nos quadros de pessoal do Conselho;

d) instituição do regime de aposentadoria para os servidores da Secretaria-Geral, inclusive Inspetorias e Agências;

e) revisão dos enquadramentos de pessoal decorrentes da Resolução JEC-404;

f) concessão de abono especial aos servidores das Inspetorias e Agências;

g) reorganização do Serviço Nacional de Recenseamento, com o objetivo de abreviar a conclusão dos trabalhos do Censo de 1950, prevista, em decorrência das medidas tomadas, para fins de janeiro de 1956;

h) ampliação do equipamento do Serviço Gráfico do Instituto, com a aquisição de novas máquinas;

i) realização no Brasil, com brilhante êxito, da III Conferência Interamericana de Estatística, XXIX Sessão do Instituto Internacional de Estatística, III Sessão da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais e I Sessão da Comissão de Educação Estatística;

j) convênio com a Organização das Nações Unidas para a realização, no Rio de Janeiro, do Seminário Latino-Americano sobre Assuntos Demográficos;

k) aceleração da coleta estatística em geral, bem assim atualização dos levantamentos de responsabilidade da Secretaria-Geral do Conselho e revisão dos respectivos planos;

l) instalação de Agências de Estatística em 220 novos municípios;

m) reorganização dos serviços de transportes e oficinas da Secretaria-Geral do Conselho;

n) reforma das instalações da Biblioteca e da Tesouraria da mesma Secretaria-Geral;

o) desenvolvimento do plano de difusão das estatísticas brasileiras, em repositórios numéricos e em análises e comentários, e lançamento da nova série de monografias municipais

Resolução n° 487, de 25 de novembro de 1955

Abre crédito suplementar no orçamento do Conselho Nacional de Estatística para o exercício de 1955

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando o que consta de proposta da Secretaria-Geral do mesmo Conselho (protocolos ns 17 437 e 17 281/55),

RESOLVE:

Art 1° — Fica aberto, no orçamento vigente do Conselho Nacional de Estatística, Anexo n° 2, na dotação destinada à Secretaria-Geral — Sede —, o crédito de três milhões de cruzeiros (Cr\$ 3 000 000,00), suplementar à Verba 3 — Serviços e Encargos

Art. 2° — Para atender à despesa resultante da abertura do crédito de que trata o artigo precedente, é anulada na Verba 1 — Pessoal — na dotação da mesma Secretaria-Geral — Sede, a importância idêntica de três milhões de cruzeiros (Cr\$ 3 000 000,00)

Resolução n° 488, de 9 de dezembro de 1955

Modifica o disposto no art 86 do anexo à Resolução JEC-430, de 11 de dezembro de 1953, e dá outras providências

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando o disposto no art 12 do Decreto n° 24 609, de 6 de julho de 1934, combi-

nado com o art 3° da Lei n° 756, de 8 de julho de 1949,

RESOLVE:

Art 1° — Os itens XVI e XX do art 86 do Regimento da Secretaria-Geral, aprovado pela Resolução JEC-430, de 11 de dezembro de 1953, passam a ter a seguinte redação:

“XVI — baixar os atos de nomeação dos candidatos habilitados em concurso e que devam ocupar cargo em comissão ”

“XX — requisitar, na conformidade da legislação em vigor, funcionários públicos indispensáveis ao serviço da repartição ”

Art 2° — A redação do art 20 e de seu § 1°, do Anexo à Resolução JEC-479, de 27 de maio de 1953, fica substituída pela seguinte:

“Art 20 — Compete ao Secretário-Geral baixar os atos de nomeação para os cargos de provimento efetivo ou de provimento em comissão

§ 1° — Os atos de nomeação interna serão baixados pelo Inspetor Regional, ficando sujeitos à ratificação pelo Secretário-Geral dentro do prazo de sessenta (60) dias ”

Resolução n° 489, de 9 de dezembro de 1955

Concede abono especial aos servidores dos quadros I, II e III da Secretaria-Geral do Conselho e dá outras providências

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

RESOLVE:

Art 1° — É concedido, no corrente mês de dezembro, aos servidores dos quadros I, II e III da Secretaria-Geral do Conselho, desde que contem, no Conselho, mais de seis meses de tempo de serviço, um abono especial correspondente a um mês de vencimento ou salário, excluídos os abonos decorrentes das Leis n° 1 765, de 18-12-1952, e n° 2 412, de 1°-2-1955

Parágrafo único — O disposto neste artigo aplica-se também às pessoas que ocupam funções em caráter provisório ou percebem remuneração “por serviços prestados” e como contratados e tarefeiros

Art 2° — O abono de que trata o artigo precedente será pago na base do padrão ou classe de vencimento, ou do salário, incluída a gratificação de função e excluídas as demais vantagens

Parágrafo único — Para efeito deste artigo, considera-se salário do tarefeiro a média aritmética dos salários percebidos nos últimos três meses, excluídos os abonos e demais vantagens

Art 3° — Os servidores cujo tempo de serviço no Conselho, no corrente ano, seja, na data desta Resolução, inferior a seis meses, farão jus a abono correspondente a 50% do respectivo salário, respeitadas as exclusões do artigo anterior

Parágrafo único — O abono aos aposentados será pago na base do provento da aposentadoria

Art 4° — Os limites mínimos dos abonos previstos nos artigos 1° e 3° serão, respectivamente, dois mil (Cr\$ 2 000,00) e mil cruzeiros (Cr\$ 1 000,00)

Parágrafo único — Em nenhuma hipótese poderá ultrapassar de oito mil cruzeiros (Cr\$ 8 000,00) o abono especial a ser concedido nos termos desta Resolução

Art 5º — Não terão direito ao abono de que tratam os artigos precedentes os servidores licenciados para o trato de interesses particulares, ou postos à disposição de outros órgãos sem ônus para o Conselho, salvo na hipótese de efetivo exercício do cargo ou função por tempo superior a seis meses, em que farão jus ao abono na base prevista no art 3º

Art 6º — As disposições desta Resolução aplicam-se também ao pessoal do Serviço Nacional de Recenseamento e aos servidores da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, inclusive os contratados pela respectiva direção

Art 7º — As despesas decorrentes da presente Resolução correrão à conta dos recursos disponíveis no orçamento do Conselho

Resolução nº 490, de 9 de dezembro de 1955

Dispõe sobre a legislação necessária à realização dos recenseamentos gerais

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que pela Resolução AG-573, de 1953, foi recomendado ao Presidente do Instituto o encaminhamento de anteprojeto de lei, a ela incluso, para o efeito de modificar o artigo 3º da Lei nº 651, de 13 de maio de 1949, com o objetivo de transformar em órgão permanente o Serviço Nacional de Recenseamento;

considerando que, no uso da faculdade de julgar da oportunidade do cumprimento dessa recomendação, a autoridade indicada não promoveu desde logo o encaminhamento do mencionado anteprojeto;

considerando que dos estudos realizados, à luz de melhor exame dos textos e, bem assim, das recomendações dos organismos internacionais aos quais o Brasil está vinculado, resultaram lações de ordem técnica que desaconselham a proposição aprovada pela Assembléia-Geral;

considerando que, por iniciativa do nobre deputado Áureo Melo, foi apresentado ao Poder Legislativo, tomando o nº 668, de 1955, o anteprojeto a que se refere a citada Resolução AG-573, com uma breve mas substancial modificação;

considerando a necessidade de novo pronunciamento do Conselho e a competência da Junta para formulá-lo no interregno de sessões da Assembléia-Geral

RESOLVE:

Artigo único — Fica recomendado ao Presidente do Instituto transmitir ao Poder Legislativo, por intermédio do Executivo, o pronunciamento do Conselho Nacional de Estatística sobre a realização periódica de censos gerais, expresso no substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 668, de 1955, anexo, com a respectiva justificação

JUSTIFICAÇÃO

De conformidade com o disposto no artigo 1º do Decreto-lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938, deve realizar-se, cada dez anos, o Recenseamento Geral do Brasil

2. Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística compete planejar e executar os recenseamentos gerais, por intermédio de órgão próprio, a ser criado, em caráter transitório, nos anos de milésimo oito

3. Na forma prevista pela Lei nº 651, de 1949, que dispõe sobre a realização do Recenseamento Geral de 1950, o pessoal necessário à

execução das tarefas censitárias é admitido a título precário e a sua dispensa se vai processando gradativamente, até à extinção do Serviço Nacional de Recenseamento, o que deveria ocorrer em 1953, nos termos da previsão constante da Exposição de Motivos do Presidente do IBGE, de 16 de agosto de 1948

4. Ricardo Luna Vegas, ao descrever os métodos de censos de população das nações americanas, afirma que a maioria dos países latino-americanos executavam seus censos por meio de órgão *ad hoc*, de existência temporária, tal como ocorre presentemente no Brasil. Reconhecendo, porém, as vantagens da existência de repartições permanentes de censo, afirma aquele técnico da Organização das Nações Unidas que vários países já criaram esses órgãos, com proveitosos resultados

5. As duas nações de maior tradição e experiência em censos na América — Estados Unidos e Canadá — desde muitos anos possuem uma repartição permanente responsável pelos censos nacionais. Esses órgãos, concluída a operação censitária, mantêm o seu *staff* de trabalho que, a partir de então, se dedica à análise e publicação dos resultados, ao planejamento dos futuros censos e ao estudo de problemas de população durante os períodos intercensitários. A esse respeito, assinala Luna Vegas que “são inestimáveis as vantagens técnicas e também econômicas dessa política. Sua estabilidade permite a formação de pessoal especializado e a manutenção de informes geográficos e estatísticos sempre atualizados. Sob o ponto de vista econômico, provou ser o seu custeio menos dispendioso do que o da criação improvisada de serviços de censos sem equipamentos, mobiliário, biblioteca, arquivo, etc. Tendo-se em conta o tempo e os meios disponíveis para o levantamento de um censo, esta última classe de organização obriga a uma tarefa enorme, muitas vezes desproporcionada (Documento Censitário, Série D, nº 1)”

6. Os organismos internacionais interessados em assuntos estatísticos tomaram posição em favor da existência da repartição de censo como órgão permanente. O “Comitê do Censo das Américas de 1950”, pela Resolução nº 5, de 1947, recomendou aos países americanos a criação ou manutenção de um órgão censitário permanente, autônomo ou como parte do órgão central de estatística (parágrafo primeiro). Também as Nações Unidas, através da sua Repartição de Estatística, opinaram no sentido de que “se deveria manter-se uma oficina permanente de censos ya que su existencia asegura la necesaria continuidad en la labor censal. La oficina permanente de censo es el centro principal desde el que emana la formulación del programa censal y se inicia la labor preparatoria para el censo subsiguiente. Su carácter permanente permite la formación de personal especializado y experimentado y el mantenimiento de archivos y colecciones de información estadística y geografía esenciales para trabajos censales. En la etapa de preparación del censo, la oficina permanente del censo debería expandirse, formando el núcleo de la organización censal” (Doc ST/STAT/P/L/1, página 9)

7. O Brasil, país de incipiente tradição censitária, executou seus dois últimos recenseamentos tendo de enfrentar e superar complexas dificuldades, resultantes, em grande parte, da falta de pessoal técnico suficientemente experimentado em atividades censitárias e, ainda, de não terem sido adequadamente analisados os trabalhos relativos aos censos anteriores, com vistas ao aperfeiçoamento das tarefas da operação subsequente. Como decorrência dessas causas e da nossa reduzida experiência censitária, conforme afirma Afrânio Carvalho, falhas diversas foram registradas no órgão censitário responsável pela execução do Recenseamento de 1940, cujos trabalhos tiveram, praticamente, a duração de 12 anos, se considerarmos que, embora a extinção do serviço que executou aquele levantamento se verificasse em 1949, somente em 1952 foram publicados os últimos volumes de resultados finais, já sob a responsabilidade da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística

8. As deficiências observadas na execução do Recenseamento de 1940, focalizadas por Afrânio Carvalho, se devidamente situadas, coordenadas e analisadas, poderiam constituir valioso acervo de ensinamentos úteis à melhoria dos censos seguintes. Infelizmente, porém, mal houve tempo de concluir a divulgação dos volumes de resultados finais, isso quando já se encontravam em pleno desenvolvimento os trabalhos dos Censos de 1950.

9. Mesmo considerando o fato de não terem sido suficientemente aproveitados os ensinamentos resultantes da operação censitária de 1940, é de reconhecer-se a inestimável contribuição trazida pelos seus ex-servidores, os quais continuaram, sem interrupção, a trabalhar no recenseamento seguinte, o que muito influuiu para a elevação do nível técnico do último levantamento, em cotejo com o anterior, em que pese a circunstância do atraso verificado na sua conclusão. Vale registrar que, possivelmente, não se poderia contar com a colaboração daqueles elementos, caso houvessem sido ultimados os trabalhos dos Censos de 1940 na data prevista para término do mandato normal da Comissão Censitária Nacional (1943), isso porque, de conformidade com a legislação então vigente, teriam eles sido dispensados com a extinção do Serviço Nacional de Recenseamento.

10. A conclusão dos trabalhos de apuração do VI Recenseamento Geral do Brasil estava prevista para 31 de dezembro de 1953. Esse prazo, contudo, foi ultrapassado em face das múltiplas dificuldades surgidas, tanto de natureza administrativa como de ordem técnica. Não obstante, podemos prever que o encerramento daquelas tarefas deve processar-se dentro de período muito menor do que o relativo ao recenseamento anterior, com a diferença, para menos, de quatro anos, quanto à tabulação, e de seis anos, quanto à divulgação dos resultados. Isso significa que, embora longe de atingir a desejada eficiência, já se obteve considerável progresso, o que se deve, em boa parte, ao aproveitamento de ex-servidores do recenseamento anterior, com suficiente tirocínio censitário, e bem assim de alguns funcionários da Secretaria-Geral do CNE, com longa experiência em serviços estatísticos, na formação do *staff* de trabalho, e à entrega da chefia dos serviços técnicos e administrativos a dois funcionários da mesma Secretaria-Geral, enviados aos Estados Unidos, onde foram submetidos a intenso treinamento em assuntos de censo.

11. A primeira daquelas providências, na parte relativa aos servidores censitários, não se repetirá, entretanto, se medidas adequadas não forem desde já adotadas, no sentido de aproveitar os elementos de mais elevado padrão técnico e comprovada capacidade na constituição do *staff* dos Censos de 1960. A urgência de tais medidas tem seu fundamento no fato de aproximarem-se do fim os trabalhos dos Censos de 1950 e, com isso, a extinção do Serviço Nacional de Recenseamento e a dispensa automática de todos os servidores, muitos dos quais já cogitam de obter outro emprego em diferentes ramos de atividade.

12. Em que pese o progresso alcançado na execução do Recenseamento de 1950, devemos, contudo, evitar o que ocorreu em relação ao de 1940, procurando aproveitar, ao máximo, a experiência adquirida, mediante o estudo, detido e cuidadoso, do funcionamento de cada órgão, de suas deficiências, da utilização dos instrumentos de coleta, da atuação daqueles que os manejaram e do comportamento das instruções e normas de serviço, etc. Esse trabalho, sobre ser especializado e reclamar tempo para sua elaboração, não poderá ser satisfatoriamente realizado sem a colaboração daqueles que participaram das tarefas censitárias.

13. O retardamento da conclusão dos trabalhos do VI Recenseamento Geral do Brasil, motivado pelas deficiências verificadas no decurso dos respectivos trabalhos e decorrente, principalmente, de falhas imprevistas do planejamento e da pouca experiência inicial da maioria do pessoal, determinou o acréscimo, até o corrente exercício, de Cr\$ 46 210 000,00 sobre a estimativa da despesa total de Cr\$ 250 000 000,00,

ou o aumento relativo a 18,5%. Computada a dotação de Cr\$ 17 500 000,00, solicitada para o exercício de 1956, a despesa total elevar-se-á a Cr\$ 313 710 000,00, com a majoração de Cr\$ 63 710 000,00, correspondentes ao reajustamento percentual de 25,5%.

14. Na apreciação dos gastos com o Recenseamento de 1950, cumpre ter em vista a elevação progressiva de vencimentos e salários (aumento geral do pessoal civil e militar, seguido de dois abonos provisórios) e dos preços de materiais e serviços. A quota de despesa de pessoal, calculada na base do salário-médio vigente em 1948, foi substancialmente afetada. O aluguel do equipamento de apuração mecânica, aumentado de mais de 100%, teve, por sua vez, contribuição apreciável na majoração do custo da operação censitária.

15. Parece, entretanto, fora de dúvida que, se explorada convenientemente a experiência censitária de 1950, poder-se-á concluir os trabalhos do futuro recenseamento de 1960 dentro do prazo de 3 anos, após a data da coleta. Esse prazo, aliás, vem sendo cumprido por dois dos países americanos que mantêm órgão censitário permanente, ou seja, os Estados Unidos e o Canadá.

16. Um dos servidores da Secretaria-Geral do CNE enviados aos Estados Unidos para treinamento censitário, ao relatar suas observações sobre a organização censitária norte-americana, afirmou:

"Ao contrário do que acontece no Brasil, onde o Serviço Nacional de Recenseamento, apesar de constituir uma das alas do IBGE, é órgão de caráter temporário, o Bureau do Censo Americano, como se disse, existe com função permanente há cerca de meio século. Nessas condições, não encontra alguns dos problemas com que se defronta a organização brasileira."

Mais adiante:

"No Bureau do Censo quase não há paralisação no exame e aperfeiçoamento do material usado anteriormente. Após a conclusão do preparo das publicações com os resultados de uma operação censitária (que exige sempre o esforço conjunto de todo o pessoal), tem início o reexame dos questionários, instruções, etc., com a calma necessária a trabalho útil e eficiente. As observações cristalizadas nesse estudo prévio são discutidas e analisadas em todos os pormenores pelos chefes de Serviço competentes que, em equipe, aprovam ou eliminam o que parece aproveitável ou supérfluo, tendo presente a receptividade do povo americano e as possibilidades materiais de apresentação, em volumes, das informações solicitadas." (*Aspectos Censitários Americanos* — Tulo Hostilio Montenegro, páginas 8 e 9).

17. À guisa de demonstrar a importância que o "Bureau of the Census" dá à fase de pesquisas e planejamento dos censos, podemos adiantar que já em abril de 1946, ou seja, quatro anos antes da data marcada para início dos censos de 1950, era realizada uma experiência preliminar com o questionário de população e habitação em Wilmington, North Carolina.

18. Em contraste com a praxe seguida em outros países, o tempo destinado ao planejamento e aos trabalhos preliminares nos censos brasileiros é, no máximo, de dois anos e meio, dado que, por força do disposto no artigo 7º do Decreto-lei nº 969, citado, somente nos anos de milésimo oito pode ser criado o órgão responsável pelo planejamento e execução dos censos. Aquêle espaço de tempo é exíguo para elaboração do programa censitário, conforme a prática vem demonstrando e a própria direção do Instituto o reconheceu, ao constituir, em 1947, uma comissão especial de planejamento censitário, com atribuições que, especificamente, caberiam ao próprio Serviço Nacional de Recenseamento.

19. A justificar a necessidade da existência, no Brasil, de um órgão permanente de censo, podemos apontar, ainda, o inconveniente da realização simultânea dos censos de popula-

ção, habitação, agricultura, comércio, indústria e serviços, o que muito contribuiu para aumentar as dificuldades enfrentadas pelo SNR, responsáveis, em grande parte, pelo atraso verificado na conclusão dos trabalhos do Recenseamento de 1950

20. Luna Vegas salienta a inconveniência da realização simultânea dos censos de população e econômicos, afirmando:

"Das 15 nações que realizaram seu último censo nacional na década mais próxima, 10 promoveram censo único ou primordialmente demográfico: Colômbia, Cuba, Chile, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Venezuela. As outras cinco nações, que levaram a termo vários tipos de censos, simultaneamente, foram: Brasil, Canadá, Estados Unidos, México e Nicarágua. Repetindo o que ficou assinalado no Capítulo I, dos censos destes cinco países, só se dispõem de resultados nacionais dos executados nos Estados Unidos e no Canadá, visto se acharem os do Brasil, México e Nicarágua ainda em fase de elaboração devido a dificuldades de equipamento mecânico e de pessoal, agravadas pela situação bélica do mundo. *A experiência destes países aconselha a escolha de certos anos — que poderiam ser os de milésimo zero — para o levantamento dos censos nacionais de população, e de anos diferentes, talvez os terminados em "5" para os chamados censos econômicos.* (sublinhei) Esta sugestão poderá, em alguns casos, contrariar a tradição ou os planos futuros de certos países da América: mas aqueles que não possuem arraigada tradição censitária ou uma política de censos traçada para o futuro deveriam estabelecer certo escalonamento, tanto nas datas dos seus censos demográficos, como na dos de outra espécie. De acordo com a tendência predominante na última década, se o próximo censo demográfico de cada país americano fôsse única ou primordialmente um censo de população, a investigação poderia ser mais cuidadosamente executada e controlada, processando-se a elaboração dos resultados com a devida oportunidade" (*Métodos dos Censos de População das Nações Americanas — Documento Censitário, Série D, n° 1 — página 91*)

21. Os inconvenientes da realização simultânea do censo de população e dos censos econômicos foram reconhecidos, ainda, pela Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais (COINS), em sua terceira sessão, verificada este ano no Brasil, ao adotar a recomendação do Comitê *ad hoc* do Comitê Executivo do IASI, que sugeriu a divisão das operações censitárias em duas etapas ou ciclos: uma para os censos de população, habitação e agricultura, e outra para os demais censos econômicos, realizando-se nos anos de milésimo zero os do primeiro ciclo e nos de milésimo três e oito, os do segundo

22. Se os inconvenientes já apontados e o pronunciamento de organismos internacionais não justificassem suficientemente a necessidade de alterar-se a organização censitária brasileira, poderíamos invocar, ainda, em apoio da medida, os compromissos internacionais de natureza censitária assumidos pelo Brasil com a aprovação da ata final dos trabalhos da III Conferência Interamericana de Estatística, recentemente realizada em Petrópolis. Nessa reunião, deliberou a COINS organizar uma subcomissão incumbida do preparo, promoção e coordenação do Censo das Américas de 1960, havendo o Brasil sido contemplado, por eleição, com um dos 5 lugares de membros desse organismo, que passará a reunir-se a partir de 1956, dando início aos trabalhos de sua competência. Os países americanos, através de suas repartições censitárias, já foram convidados a pronunciarem-se sobre os problemas do futuro recenseamento das Américas. Quanto ao Brasil, confirmou-se o convite por meio de carta datada de 1.º de julho de 1955, do Secretário-Geral do IASI, dirigida ao Secretário-Geral do CNE, na qual ficou estabelecido o se-

guinte calendário para a remessa ao IASI da contribuição dos países americanos:

- a) Censo de População — até 1.º-10-1955;
- b) Censo de Habitação — até 1.º-1-1956;
- c) Censo Agrícola — até 1.º-4-1956

23. É de ver-se, assim, que já no próximo ano de 1956 estarão os países americanos empenhados em trabalhos preliminares dos Censos de 1960. Portanto, confirmando-se a previsão do término dos trabalhos do VI Recenseamento Geral em 31 de dezembro de 1955, ou mesmo, nos primeiros meses de 1956, e uma vez extinto o Serviço Nacional de Recenseamento e dispensados seus servidores, estará prejudicada a contribuição do Brasil aos trabalhos preparatórios do Censo das Américas de 1960, em relação aos quais o nosso País assumiu compromissos

24. O Conselho Nacional de Estatística, pela Resolução n° 537, de 10 de julho de 1952, perfilhou, igualmente, a tese da existência da repartição permanente de censo, ao mesmo tempo que a considerou necessária à execução dos censos econômicos quinquenais, entendendo que o Brasil deveria seguir "o exemplo de outros países, referente à realização de censos industriais quinquenais e a efetuação de estimativas anuais, semestrais ou mensais nos períodos intermédios", e que "a manutenção de um órgão censitário permanente representa valiosa sugestão de países altamente evoluídos em Estatística, e que se não pode, no Brasil, desmerecê-la, mas, ao contrário, examiná-la à luz de fatos financeiros, desde que as vantagens técnicas são evidentes"

25. Ratificando seu pronunciamento, contido na Resolução n° 537, o Conselho Nacional de Estatística voltou a deliberar sobre o assunto em sua reunião ordinária de 1953, decidindo, então, pela Resolução n° 573, de 9 de julho de 1953, recomendar ao Presidente do Instituto o encaminhamento ao Chefe do Governo da República de um anteprojeto de lei, elaborado pelo próprio Conselho, o qual, modificando o artigo 3º da Lei n° 651, de 13 de março de 1949, transformaria em órgão permanente o atual Serviço Nacional de Recenseamento. Aquela recomendação foi perfilhada pelo Senhor Presidente da República, na Mensagem deste ano enviada ao Congresso Nacional, página 56, *verbis*:

"A experiência já aconselha a manutenção, em caráter permanente, de órgão especialmente dedicado à execução dos levantamentos censitários, a exemplo do que sucede no Canadá e nos Estados Unidos. A legislação brasileira determina a realização, cada 10 anos, de Recenseamentos Gerais. Justifica-se, portanto, a existência, no Conselho, de órgão específico, de alta especialização e que, nos períodos intercensitários, promova, de forma ordenada e sistemática, os estudos necessários ao gradual aperfeiçoamento dos futuros recenseamentos do País"

26. Para concretização daquela medida, recomendada pelo CNE, torna-se necessário, como reconheceu o Conselho, alterar certos dispositivos legais que regulam a organização censitária brasileira. Nesse sentido, elaborou anteprojeto de lei, anexo à citada Resolução 573, e recomendou à Presidência do Instituto o encaminhamento do mesmo. Todavia, tal encaminhamento não se verificou, tornando-se possível, assim, o reexame do assunto

27. Da apresentação do mencionado anteprojeto, porém, como de iniciativa própria, incumbiu-se o nobre Deputado Auro Melo — Projeto n° 668, de 1955, com duas modificações

O primeiro adendo é feito ao § 1º do artigo 1º, que rezava:

§ 1º — O Serviço Nacional de Recenseamento continua com o encargo de concluir os trabalhos referentes ao VI Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1950, observado, no caso, o regulamento aprovado pelo Decreto n° 26.914, de 20 de julho de 1949

e foi acrescido das palavras:

utilizando-se para esse fim apenas dos atuais funcionários, podendo os que tenham cargos em outras repartições optar pela sua permanência no Serviço Nacional de Recenseamento (SNR)

A outra contribuição do legislador é o que que se contém no artigo 3º, seguinte:

Art 3º — Fica o Presidente da República autorizado a organizar o quadro de funcionários permanentes do Serviço Nacional de Recenseamento, devendo ser aproveitados os atuais servidores do referido órgão

Como ficou demonstrado, já se acha bastante sedimentada a idéia de dispor-se, a título permanente, e sob a forma de *staff*, de um órgão de estudo e planejamento em matéria censitária. Mas, torna-se necessário o maior cuidado em evitar à Nação o ônus de manter, sem solução de continuidade, um aparelho técnico e burocrático demasiado amplo, uma equipe numerosa de executores de tarefas secundárias e cessantes em determinados prazos

28 Eis o que explica, decerto, a prudência da direção do Conselho, eis o que o projeto coloca absolutamente de lado, procurando mesmo assegurar permanência e estabilidade aos servidores atuais, quaisquer que sejam suas atribuições e o escasso tempo que reste para concluí-las

29 Além disso, do reexame verificado, evidenciou-se que a lei a ser modificada não é a de nº 651, de 13 de março de 1949, como consta do Projeto 668, pois se trata de lei específica, referindo-se, apenas, à execução do "VI Recenseamento Geral do Brasil". O artigo 3º, que prevê a criação do Serviço Nacional de Recenseamento, deu cumprimento, somente, ao disposto no artigo 9º do Decreto-lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938, segundo o qual o Serviço Nacional de Recenseamento será "instituído nos anos de milésimo oito e integrado no sistema do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística"

30 Pareceu oportuno, conforme o que também ficou exposto, sejam baixadas algumas normas essenciais a respeito do pessoal do Serviço Nacional de Recenseamento, dentre as quais a que disponha sobre a criação, no quadro permanente da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, do número de cargos necessários à manutenção de um selecionado *staff* de trabalho, indispensável à continuidade do órgão, às tarefas de planejamento dos futuros censos e às pesquisas e estudos relacionados com a execução de censos anteriores. Também pareceu conveniente determinar a futura lei o período de início e conclusão dos trabalhos de cada recenseamento, restitua à respectiva faixa de tempo, a faculdade de aumentar o número de servidores, recrutados segundo o sistema do mérito, e, mesmo assim, admitidos a título precário, sem qualquer condição de estabilidade funcional. Referência expressa convém ainda conste da lei, quanto à não aplicação aos servidores censitários transitórios dos dispositivos legais que proíbem a acumulação de cargos e funções

31 Na elaboração de novo anteprojeto, teve-se a preocupação de instituir um sistema flexível, pôsto que se previu, apenas, a criação de mais um órgão na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, ao qual incumbirá executar os recenseamentos e promover pesquisas e estudos nos períodos intercenitários, com o objetivo de aperfeiçoar a técnica censitária e aprimorar os conhecimentos dos servidores. A estes serão extensivos os direitos e deveres inerentes aos demais funcionários da Secretaria-Geral, podendo ser transferidos de lotação, para outro órgão, se isso for de interesse do serviço. Como é óbvio, o anteprojeto deixa a juízo do Conselho Nacional de Estatística a fixação do critério mais acertado, pois, como se disse, nele está prevista, somente, a criação de mais um órgão da Secretaria-Geral do mesmo Conselho, e, como se sabe, é ao CNE que compete criar os respectivos cargos,

fixar-lhes atribuições e estabelecer normas reguladoras dos direitos e deveres dos respectivos ocupantes

ANTEPROJETO DE LEI

Lei nº de 195

Dispõe sobre a realização dos recenseamentos gerais do Brasil

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º — Serão realizados decenalmente, nos anos de milésimo zero, os Censos Demográfico, de Habitação e Agrícola e, quinquenalmente, os Censos Industrial, Comercial e dos Serviços, além dos inquéritos complementares e levantamentos por amostragem, julgados necessários

Parágrafo único — Os Censos Industrial, Comercial e dos Serviços, e os inquéritos complementares e levantamentos devem processar-se nos anos de milésimo três e oito ou, a juízo do Poder Executivo, simultaneamente com os Censos Demográfico, de Habitação e Agrícola, e nos anos de milésimo cinco

Art 2º — As atribuições conferidas à Comissão Censitária Nacional pelo Decreto-lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938, serão exercidas pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística

Parágrafo único — Poderão ser criadas comissões censitárias regionais e municipais, com o fim exclusivo de auxiliar os trabalhos de propaganda dos recenseamentos

Art 3º — A execução dos recenseamentos, inquéritos complementares e levantamentos ficará a cargo do órgão de caráter permanente, criado pelo Conselho Nacional de Estatística, e que integrará, com adequada posição hierárquica, o sistema de serviços de Secretaria-Geral do referido Conselho

Parágrafo único — O quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística será acrescido das funções indispensáveis ao funcionamento do órgão referido neste artigo

Art 4º — O Conselho Nacional de Estatística fixará a data de referência e o prazo de execução de cada censo ou inquérito, da fase preliminar à conclusão dos trabalhos, e estabelecerá as normas para admissão e dispensa do pessoal transitório imprescindível à realização dos diversos censos e inquéritos complementares

§ 1º — O pessoal previsto neste artigo será admitido a título precário, pelo tempo estritamente necessário aos trabalhos censitários, não gozando das prerrogativas atinentes aos funcionários e extranumerários, salvo quanto a férias, e será dispensado por conclusão ou redução de tarefas, ou conveniência do serviço

§ 2º — O exercício de função transitória durante a execução dos recenseamentos, por funcionários da União, dos Estados e Municípios e de organizações autárquicas ou paraestatais, ressalvada a compatibilidade de horário de trabalho, não constitui infração às normas legais que regulam a acumulação de cargos ou funções

§ 3º — A admissão do pessoal será condicionada à prévia demonstração de capacidade em prova pública, salvo quando, em face da natureza das funções ou das condições locais, o concurso de provas for impraticável

Art 5º — A dotação orçamentária atribuída pela União ao Conselho Nacional de Estatística será acrescida dos recursos necessários à manutenção do órgão a que se refere o artigo 3º

Art 6º — Revogam-se as disposições em contrário

Rio de Janeiro, de de 195

Resolução n° 491, de 16 de dezembro de 1955

Concede auxílios especiais, no corrente exercício, a órgãos do sistema estatístico regional

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições,

RESOLVE:

Art 1.º — São concedidos, no corrente exercício de 1955, para os fins especificados, os seguintes auxílios especiais a órgãos do sistema estatístico regional:

ÓRGÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO REGIONAL	Auxílio concedido Cr\$	FINALIDADE
D E E — Amazonas	80 000,00	Atualização de várias estatísticas e equipamento da repartição
D E E — Ceará	100 000,00	Atualização da Estatística Educacional e equipamento da repartição
D E E — Pernambuco	87 600,00	Despesa de pessoal
D E E — Sergipe	50 000,00	Despesa de pessoal
D E E — Bahia	37 000,00	Aquisição de duas máquinas de calcular
D E E — Minas Gerais	250 000,00	Despesa de pessoal e aquisição de material tipográfico
D E E — Espírito Santo	80 000,00	Aquisição de material tipográfico e "multilith"

ÓRGÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO REGIONAL	Auxílio concedido Cr\$	FINALIDADE
D E E — São Paulo.	250 000,00	Despesa de pessoal
D E E — Sta. Catarina	229 366,80	Aquisição de máquinas, com utilização de saldos de exercícios anteriores
D E E — Rio G. do Sul	66 978,60	Aquisição de material tipográfico, com utilização de saldos do exercício anterior
Directoria de Estatística Educacional — Rio G. do Sul	43 800,00	Atualização da Estatística Educacional
D E E — Mato Grosso	113 580,00	Equipamento da repartição

Art 2.º — A comprovação do emprêgo do auxílio previsto no artigo anterior será feita segundo as normas estabelecidas para a prestação de contas do auxílio financeiro anual

Art 3.º — As despesas decorrentes desta Resolução, na importância de um milhão trezentos e oitenta e oito mil trezentos e vinte e cinco cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 1 388 325,40), correrão à conta da dotação própria do orçamento do Conselho Nacional de Estatística — Anexo n° 2 — Secretaria-Geral-Sede

Resolução n° 492, de 28 de dezembro de 1955

Aprova o Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística do IBGE para o exercício financeiro de 1956

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições,

RESOLVE:

Art 1.º — O Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística — IBGE — para o exercício financeiro de 1956, discriminado pelos Anexos 1 e 2, integrantes desta Resolução, estima a Receita e limita a Despesa em quatrocentos e

trinta e oito milhões, trezentos e sessenta e sete mil e vinte cruzeiros (Cr\$ 438 367 020,00).

Art 2.º — A Receita será realizada mediante o recebimento do "auxílio" concedido pelo Governo da União, de acordo com a Lei n.º 2 665, de 6-12-53, e a arrecadação da "quota de estatística" *ex-vi* da legislação em vigor, e de outras rendas ordinárias, na forma das especificações constantes do Anexo n° 1 e subanexos 1 a 25 sob o grupamento abaixo:

	Cr\$	Cr\$	Cr\$
1 — RECEITA ORDINÁRIA			
11 — Receita de Auxílios e Subvenções			190 961 904,00
12 — Receita da Caixa Nacional de Estatística Municipal			
121 — Sedes:			
Guaporé	143 760,00		
Acre	158 880,00		
Amazonas	762 000,00		
Rio Branco	102 360,00		
Pará	2 286 000,00		
Amapá	75 120,00		
Maranhão	610 320,00		
Piauí	317 520,00		
Ceará	1 856 880,00		
Rio Grande do Norte	824 040,00		
Paraíba	642 480,00		
Pernambuco	5 787 960,00		
Alagoas	706 080,00		
Sergipe	566 400,00		
Bahia	5 070 600,00		
Minas Gerais	8 003 400,00		
Espírito Santo	1 164 720,00		
Rio de Janeiro	3 219 420,00		
Distrito Federal	53 326 440,00		
São Paulo	62 672 400,00		
Paraná	4 363 920,00		
Santa Catarina	766 200,00		
Rio Grande do Sul	9 754 080,00		
Mato Grosso	211 200,00		
Goiás	965 160,00	164 357 340,00	

122 — Agências:	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Guaporé	16 200,00		
Acre	10 992,00		
Amazonas	38 820,00		
Rio Branco	6,00		
Pará	106 560,00		
Amapá	2 640,00		
Maranhão	262 320,00		
Piauí	247 440,00		
Ceará	607 920,00		
Rio Grande do Norte	209 640,00		
Paraíba	803 160,00		
Pernambuco	1 486 848,00		
Alagoas	549 840,00		
Sergipe	309 120,00		
Bahia	3 166 560,00		
Minas Gerais	18 726 240,00		
Espírito Santo	910 608,00		
Rio de Janeiro	9 457 080,00		
São Paulo	22 698 120,00		
Paraná	4 841 160,00		
Santa Catarina	2 490 600,00		
Rio Grande do Sul	8 316 492,00		
Mato Grosso	1 317 480,00		
Goiás	1 318 440,00	77 894 286,00	242 251 626,00
13 — Receita Patrimonial			3 038 100,00
14 — Receitas Diversas			2 115 390,00
Total da Receita			438 367 020,00
Art 3º — A Despesa será realizada, na forma do Anexo nº 2 e subanexos 01 a 51, com a satisfação dos encargos e manutenção dos ser-			
viços do Conselho Nacional de Estatística, atendidos o desdobramento e a distribuição seguintes:			
2 — DESPESA ORDINÁRIA	Cr\$	Cr\$	Cr\$
21 — Secretaria-Geral			129 697 140,00
22 — Inspetorias Regionais de Estatística Municipal			
221 — Sedes:			
Guaporé	901 110,00		
Acre	959 940,00		
Amazonas	2 659 860,00		
Rio Branco	724 020,00		
Pará	3 947 730,00		
Amapá	1 009 500,00		
Maranhão	3 964 380,00		
Piauí	2 857 200,00		
Ceará	4 775 340,00		
Rio Grande do Norte	2 684 700,00		
Paraíba	3 653 970,00		
Pernambuco	5 808 060,00		
Alagoas	2 913 750,00		
Sergipe	2 763 810,00		
Bahia	6 416 850,00		
Minas Gerais	10 619 320,00		
Espírito Santo	3 194 730,00		
Rio de Janeiro	4 789 590,00		
São Paulo	19 690 300,00		
Paraná	4 770 990,00		
Santa Catarina	3 949 560,00		
Rio Grande do Sul	6 606 840,00		
Mato Grosso	2 741 370,00		
Goiás	3 381 300,00	105 784 220,00	
222 — Agências:			
Guaporé	71 850,00		
Acre	705 480,00		
Amazonas	1 828 860,00		
Rio Branco	68 160,00		
Pará	5 251 020,00		
Amapá	202 050,00		
Maranhão	6 033 440,00		
Piauí	3 808 710,00		
Ceará	7 129 950,00		
Rio Grande do Norte	3 678 270,00		
Paraíba	3 814 140,00		
Pernambuco	8 187 340,00		
Alagoas	3 334 380,00		
Sergipe	3 391 260,00		
Bahia	12 831 930,00		
Minas Gerais	33 776 730,00		
Espírito Santo	3 079 170,00		
Rio de Janeiro	7 410 750,00		
São Paulo	38 560 050,00		
Paraná	7 736 550,00		
Santa Catarina	5 126 400,00		
Rio Grande do Sul	13 009 500,00		
Mato Grosso	3 684 570,00		
Goiás	6 494 100,00	179 216 660,00	285 000 880,00
23 — Serviço Nacional de Recenseamento			14 735 000,00
24 — Escola Nacional de Ciências Estatísticas			8 934 000,00
Total da Despesa			438 367 020,00

Art. 4º — O auxílio financeiro destinado aos Departamentos Estaduais de Estatística e Serviços de Geografia e Estatística, no total de doze milhões e quatrocentos mil cruzeiros (Cr\$ 12 400 000,00), será distribuído de acordo com o disposto na Resolução JEC-496 e na sua

aplicação obedecido o disposto na Resolução JEC-495

Art. 5º — Fica o Presidente do Instituto autorizado a proceder, sempre que necessário, às alterações nas tabelas explicativas do orçamento, sem ultrapassar cada uma das verbas consignadas para o órgão respectivo

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1956

RECEITA

RECEITA ESTIMADA (Cr\$)		
1	RECEITA ORDINÁRIA	
11	Receita de Auxílios e Subvenções	190 961 904
111	Auxílio financeiro, ex ví da Lei n.º 2 665/55	
1111	Secretaria-Geral, Inspetorias Regionais de Estatística e Agências Municipais de Estatística.	182 027 904
1112	Escola Nacional de Ciências Estatísticas	8 934 000
12	Receita da Caixa Nacional de Estatística Municipal	242 251 628
121	Venda de "selos de estatística"	225 459 396
122	Arrecadação de "selos por verba"	16 611 960
123	Emolumentos sobre devolução de selos	18 450
124	Multas sobre infrações	126 720
125	Livro de Registro de Selos	35 160
13	Receita Patrimonial	3 038 100
131	Juros bancários	2 918 100
132	Aluguel de bens imóveis	120 000
14	Receitas Diversas	2 115 390
141	Arrecadação por vendas de obras impressas	437 280
142	Venda de material e papéis usados ou imprestáveis	138 180
143	Faltas e impontualidades	883 830
144	Eventuais	656 100
	TOTAL GERAL	438 367 020

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1956

DESPESA

DESPESA FIXADA (Cr\$)		
2	DESPESA ORDINÁRIA	
21	Pessoal	323 749 190
211	Pessoal Permanente	145 345 840
212	Pessoal Extranumerário	9 695 320
213	Vantagens	22 291 640
214	Abonos	121 948 710
215	Indenizações	10 034 000
216	Diversos	14 433 680
22	Material	21 406 000
221	Material Permanente	7 545 200
222	Material de Consumo	13 860 800
23	Serviços e Encargos	90 091 830
231	Serviços de Terceiros	27 954 000
232	Encargos Diversos	62 137 830
24	Obras, Equipamentos e aquisições de imóveis	3 120 000
241	Equipamentos	1 800 000
242	Diversos	1 320 000
	TOTAL GERAL	438 367 020

Resolução n.º 493, de 28 de dezembro de 1955

Aprova o Orçamento do Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para o exercício financeiro de 1956

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado, para o exercício financeiro de 1956, o Orçamento do Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e sta-

tística, mediante a distribuição constante dos artigos subsequentes

Art. 2.º — A Receita, estimada em trinta e sete milhões e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 37 500 000,00), será realizada com os recursos provenientes da exploração industrial das oficinas gráficas e de outras contribuições específicas (Anexo n.º 1), sob os seguintes grupos:

1 — RECEITA		
11 — RECEITAS INDUSTRIAIS		Cr\$
111 — Produção das Oficinas Gráficas		36 400 000,00
12 — RECEITAS DIVERSAS	Cr\$	
121 — Receitas Patrimoniais	400 000,00	
122 — Receitas Extraordinárias	700 000,00	1 100 000,00
Total da Receita		37 500 000,00

Art. 3.º — A Despesa, fixada em trinta e sete milhões e quinhentos mil cruzeiros . . . (Cr\$ 37 500 000,00), será realizada com o custeio dos serviços industriais e de administração ge-

ral e com as inversões constantes do plano de aplicação, mediante a distribuição inserida na respectiva tabela explicativa (Anexo n.º 2), como a seguir se menciona:

2 — DESPESA			
21 — CUSTEIO			
211 — Despesas Industriais	Cr\$	Cr\$	
1 — Pessoal	19 663 412,00		
2 — Material	10 683 013,50		
3 — Diversos	1 696 995,50	32 043 421,00	
212 — Despesas Administrativas e Comerciais			
1 — Pessoal	2 668 988,00		
2 — Material	441 986,50		
3 — Diversos	845 604,50	3 956 579,00	
Total de Custeio			36 000 000,00
22 — INVERSÕES			
221 — Bens Móveis	1 250 000,00		
222 — Bens Imóveis	250 000,00		
Total de Inversões			1 500 000,00
TOTAL GERAL			37 500 000,00

Art. 4.º — Fica a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística autorizada a efetuar adiantamentos mensais até o limite de um milhão novecentos e sessenta e dois mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 1 962 500,00), por antecipação da Receita

Parágrafo único — O adiantamento de que trata o presente artigo destina-se a atender às despesas de pessoal e outras de caráter urgente,

d acórdio com as normas a serem baixadas pela Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística

Art. 5.º — Fica o Presidente do Instituto autorizado a proceder, sempre que necessário, às alterações nas tabelas explicativas do Orçamento, sem ultrapassar cada um dos grupos de Despesa

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1956

RECEITA (Cr\$)			
1 — RECEITAS INDUSTRIAIS			
Produção nas Oficinas Gráficas			
01 — CNE — Secretaria-Geral	8 500 000,00		
02 — CNE — Serviço Nacional de Recenseamento	9 500 000,00		
04 — Outras Entidades Públicas ou Privadas	17 400 000,00	36 400 000,00	
11 — RECEITAS DIVERSAS			
A Receitas Patrimoniais			
01 — Aluguéis do Conjunto Residencial	400 000,00		
B Receitas Extraordinárias			
01 — Recuperação de Despesas de Expedição	300 000,00		
02 — Venda de Aparas	100 000,00		
09 — Eventuais	300 000,00	1 100 000,00	
TOTAL			37 500 000,00

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1956

DESPESA (Cr\$)			
I DESPESAS INDUSTRIAIS			
1 — Pessoal			
01 — Conservação e Reparo das Oficinas	450 000,00		
02 — Contribuição de Previdência e Outras	780 000,00		
03 — Férias	780 000,00		
04 — Indenizações	400 000,00		
06 — Mão-de-obra..	14 000 000,00		
07 — Serviços Auxiliares	1 000 000,00		
09 — Quota de Rateio	2 253 412,00	19 663 412,00	
2 — Material			
01 — Material de Limpeza e Reparação	600 000,00		
02 — Material de Transformação	10 600 000,00		
03 — Serviços Auxiliares	35 000,00		
09 — Quota de Rateio	48 013,50	10 683 013,50	
3 — Diversos			
01 — Despesas de Conservação e Reparos	332 600,00		
03 — Força Motriz	400 000,00		
04 — Serviços Auxiliares	20 000,00		
05 — Despesas Indiscriminadas	10 000,00		
09 — Quota de Rateio	934 395,50	1 696 995,50	32 043 421,00
II — DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS			
1 — Pessoal			
02 — Contribuição de Previdência e Outras	110 000,00		
03 — Férias	110 000,00		
04 — Indenizações	50 000,00		
06 — Ordenados e Salários	2 100 000,00		
09 — Quota de Rateio	298 988,00	2 668 988,00	
2 — Material			
01 — Conjunto Residencial	80 000,00		
02 — Conservação e Manutenção de Veículos	200 000,00		
03 — Material de Consumo	90 000,00		
04 — Material de Expediente	20 000,00		
05 — Material de Limpeza e Reparação	50 000,00		
09 — Quota de Rateio	1 986,50	441 986,50	
3 — Diversos			
01 — Condução e Passagens	5 000,00		
02 — Conservação e Manutenção de Veículos	150 000,00		
03 — Despesas de Conservação e Reparos	70 000,00		
04 — Conjunto Residencial	30 000,00		
05 — Frete e carretos	5 000,00		
06 — Selos, Estampilhas e Telegramas	55 000,00		
07 — Despesas Indiscriminadas	65 000,00		
09 — Quota de Rateio	465 604,50	845 604,50	3 950 579,00
TOTAL			36 000 000,00

Resolução n.º 494, de 28 de dezembro de 1955

Dispõe sobre a concessão de bolsas instituídas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando os objetivos visados no art. 20 do Decreto-lei n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, e na Resolução AG-518, de 10 de julho de 1952, que conduziram à criação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) e à instituição de bolsas de estudo destinadas à formação de profissionais no campo da estatística;

considerando a necessidade de disciplinar, em suas linhas gerais, a concessão de bolsas de estudo aos servidores dos órgãos regionais do sistema estatístico, a fim de assegurar, tanto quanto possível, que os recursos aplicados na manutenção e transporte dos bolsistas resultem, efetivamente, em benefício das repartições a que pertencem;

considerando que para consecução desses objetivos se faz necessário real aproveitamento dos cursos ministrados, por parte dos beneficiados, e seu retorno às repartições de origem, uma vez os cursos concluídos ou simplesmente interrompidos,

RESOLVE:

Art. 1.º — Os beneficiários de bolsas de estudo instituídas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas e destinadas ao funcionamento estatístico dos órgãos regionais, inclusive as Inspetorias Regionais de Estatística Mu-

nicipal, serão indicados pelas Juntas Executivas Regionais de Estatística, dentre os candidatos que preencherem as seguintes condições:

I — preferencialmente, idade inferior a 45 anos;

II — ocupação, em caráter permanente, de cargo ou função de natureza estatística;

III — exercício em órgãos do Conselho por período superior a dois anos;

IV — grau de merecimento superior à média da repartição em que tenham tido exercício nos dois semestres anteriores à indicação, observada a legislação a que estiverem sujeitos;

V — habilitação em prova organizada de acordo com instruções e questionários especialmente preparados pela ENCE e realizada perante a Junta Executiva Regional de Estatística ou comissão por esta constituída;

VI — compromisso, devidamente firmado, de, concluído ou interrompido o curso, prestar serviços, pelo prazo mínimo de dois anos, à repartição de origem, ou, mediante permissão da Junta Executiva Regional, a outro órgão integrante do sistema estatístico nacional, e obrigação de indenizar a ENCE de todas as despesas correspondentes à bolsa, em caso de inobservância desse compromisso

Ar. 2.º — É recomendado às Juntas Executivas Regionais de Estatística que, em igualdade de condições, tenham os portadores de diploma de conclusão de curso da ENCE preferência no provimento de cargos ou funções de chefia em órgãos técnicos do sistema estatístico regional

Resolução n.º 495, de 28 de dezembro de 1955

Consolida disposições sobre o emprego do auxílio financeiro concedido pelo Conselho aos órgãos de seu sistema regional

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando a necessidade de consolidar as disposições normativas que regem o emprego do auxílio financeiro concedido pelo Conselho aos órgãos centrais regionais, bem assim a respectiva prestação de contas;

considerando a duplicação, na Lei de Meios da União para o exercício de 1956, do quantitativo destinado à concessão do referido auxílio, providência essa que teve como justificativa a necessidade de melhor habilitar os órgãos beneficiados a atender aos compromissos assumidos em relação aos interesses gerais da estatística brasileira, "ex vi" da Convenção Nacional de Estatística e da Legislação do Conselho;

considerando, finalmente, o que a experiência tem sugerido, relativamente à aplicação do auxílio de que trata a presente Resolução,

RESOLVE:

Art. 1.º — O auxílio concedido pelo Conselho, "ex vi" do art. 13 do Decreto-lei n.º 4181, de 16 de março de 1942, aos órgãos de seu sistema regional, como reforço aos recursos empregados, no campo da estatística, pelos governos dos Estados e Territórios, destina-se a prover aqueles órgãos de meios para a consecução dos seguintes fins:

a) manutenção, em condições de eficiência, da Seção de Estatística Militar do órgão central de cada sistema, para atender aos estudos e levantamentos exigidos pela segurança nacional;

b) levantamento regular da estatística judiciária;

c) aperfeiçoamento e atualização da estatística do ensino primário;

d) aperfeiçoamento das estatísticas agropecuárias;

e) apuração da estatística industrial (Registro Industrial), atendidos os planos mínimos fixados pela Assembleia-Geral;

f) levantamento e elaboração das estatísticas do comércio interestadual por vias internas e de cabotagem;

g) cumprimento das obrigações que lhes cabem, na execução da Campanha Estatística Nacional, e encaminhamento, dentro dos prazos previstos, das respectivas apurações aos órgãos centrais federais

Art. 2.º — A aplicação do auxílio será estabelecida em Resolução da Junta Executiva Regional, com base nas propostas das repartições interessadas e segundo o modelo constante do anexo I, obedecida, no todo ou em parte, a discriminação orçamentária nele prevista

§ 1.º — Na distribuição dos recursos segundo as verbas do orçamento não poderão ser excedidos os seguintes limites percentuais, em relação ao total do auxílio concedido a cada Estado ou Território:

Verba I — Pessoal	60%
Verba II — Material	60%
Verba III — Serviços e Encargos	40%

§ 2.º — Quando, pela organização do sistema estatístico regional, nem todos os encargos constantes do art. 1.º estiverem sob a exclusiva responsabilidade do órgão central (Departamento Estadual de Estatística ou Serviço de Geografia e Estatística), a distribuição do auxílio beneficiará, também, os órgãos especializados que dele necessitarem para boa execução das tarefas por que respondam diretamente

Art. 3.º — Ao especificarem o emprego do auxílio, as Juntas Executivas Regionais terão em vista que:

I — Estão expressamente vedadas, a partir do exercício de 1956, inclusive, novas admissões de pessoal mensalista, mesmo a título precário ou para preenchimento das vagas que venham a ocorrer

II — É recomendada a imediata revisão dos salários dos servidores contratados por

conta do auxílio, visando à sua melhoria, se for o caso, atendidos os padrões vigentes para o funcionalismo público estadual ou para a Inspetoria Regional de Estatística Municipal

III — Se assim o exigirem as necessidades da repartição, deve ser adotado o regime de tarefa para a execução dos serviços que, na situação anterior, determinariam a contratação de novos servidores

IV — São expressamente vedados os pagamentos, à conta do auxílio, de despesas de representação e semelhantes, bem como de transporte ou alimentação e pousada (diárias), qualquer que seja o quadro a que pertença o servidor beneficiado

Art. 4.º — As transferências de recursos de uma para outra verba ou, dentro da mesma verba, de uma para outra consignação, somente podem ser feitas mediante Resolução da Junta Executiva Regional, homologada pela Junta Executiva Central

Parágrafo único — A homologação de que trata o presente artigo deve preceder a realização das despesas

Art. 5.º — A remessa do auxílio será feita em quotas trimestrais, condicionada, porém, à entrega pelo Governo da União dos respectivos recursos e, bem assim, ao cumprimento, por parte das repartições beneficiadas, das obrigações constantes do art. 1.º desta Resolução, ouvidos, quanto a esta última parte, a Diretoria de Levantamentos Estatísticos da Secretaria-Geral e os órgãos federais interessados

Art. 6.º — É facultado o pagamento, com os recursos do auxílio, da "quota de presença" aos membros das Juntas Executivas Regionais, até o máximo de Cr\$ 3.600,00, anualmente, a cada membro, e atendida a condição prevista na Resolução AG-608, de 9 de julho de 1954

§ 1.º — O pagamento da "quota de presença" permitido neste artigo só poderá ter início após o reconhecimento, por parte da Junta Executiva Central, de que a composição da Junta Regional está em conformidade com o que dispõe a cláusula primeira, item X, da Convenção Nacional de Estatística

§ 2.º — Os Membros da Junta Executiva Regional que, em face da legislação em vigor, fazem parte, também, da Comissão Revisora de Estatística Municipal, não poderão perceber a "quota de presença" a que alude este Artigo, "ex vi" do Art. 11, § 2.º, do Decreto n.º 35.956, de 2 de agosto de 1954

Art. 7.º — O Diretor do órgão regional apresentará à Junta Executiva Regional, durante o mês de janeiro, em duas vias, a documentação relativa à aplicação do auxílio concedido no exercício anterior

§ 1.º — Uma das vias da documentação a que se refere este artigo será enviada à Secretaria-Geral do Conselho, até o dia 10 de fevereiro, acompanhada de cópias autenticadas do parecer da Comissão de Contas e da Resolução que o aprovar

§ 2.º — Acompanhará a documentação a que se refere o parágrafo precedente um quadro demonstrativo da receita e da despesa, organizado de acordo com o modelo fornecido pela Secretaria-Geral, e no qual os comprovantes da despesa sejam escriturados conforme a classificação das respectivas verbas, de modo a facilitar o estudo comparativo de todos os elementos da execução orçamentária

§ 3.º — Devem ser encaminhados à Secretaria-Geral, do mesmo modo, extratos de conta-corrente do Banco do Brasil relativos à verba do auxílio

§ 4.º — No preparo da documentação a que se refere este artigo, deverão prevalecer as seguintes normas:

I — Os comprovantes especificarão o serviço prestado ou o material adquirido

II — Conterão os comprovantes, obrigatoriamente, o visto do diretor da repartição, a declaração do recebimento do material ou da prestação do serviço e o terno legal de quitação

III — Os documentos serão selados nos termos da legislação em vigor

IV — A numeração dos comprovantes será crescente, renovada cada ano a partir de um, e obedecerá à ordem cronológica dos mesmos, dentro da respectiva classificação segundo a discriminação da despesa

V — A colocação dos documentos comprobatórios no respectivo processo de prestação de contas será feita de acordo com a sua numeração, devendo esta, do mesmo modo, servir de base à escrituração no quadro demonstrativo de despesa.

VI — As dimensões dos papéis comprovantes corresponderão ao formato almanaque (22 x 33 cm), devendo ser colados em folhas em branco do citado tamanho aqueles cujas dimensões forem diferentes.

Art 8º — As Resoluções das Juntas Executivas Regionais, que dispuserem sobre a aplicação do auxílio ou a prestação de contas relativa ao mesmo, terão sua vigência condicionada à aprovação da Junta Executiva Central.

§ 1º — As Resoluções referentes à aplicação do auxílio devem ser baixadas no primeiro mês do exercício.

§ 2º — A Secretaria-Geral, recebido o processo de prestação de contas do órgão regional, efetuará o exame dos documentos e opinará quanto à sua aprovação, atendidas as normas em vigor.

§ 3º — A Junta Executiva Central, com base na informação da Secretaria-Geral, deliberará quanto à aprovação ou impugnação das contas e, ainda, sobre a conveniência da adoção de providências especiais.

§ 4º — No caso de impugnação total ou parcial das contas, por inobservância das disposições estabelecidas, serão determinadas as providências necessárias para que o Conselho seja convenientemente indenizado, pelo responsável imediato, das importâncias porventura pagas irregularmente, sem prejuízo das medidas penais cabíveis.

Art 9º — Os saldos verificados, ao encerrar-se o exercício financeiro, nas verbas do auxílio, reverterão em benefício da Secretaria-Geral, a menos que respondam pelo pagamento de despesas empenhadas até 20 de dezembro.

§ 1º — Na hipótese prevista neste artigo, será feita comunicação à Secretaria-Geral, acompanhada de uma via do competente empenho.

§ 2º — Os órgãos regionais farão, no último dia útil do exercício, comunicação telegráfica à Secretaria-Geral quanto ao saldo do auxílio não compromissado.

§ 3º — Será comunicado à Secretaria-Geral, do mesmo modo, tão logo obtida a informação, o quantitativo dos juros bancários acaso creditados à conta do auxílio no ano anterior, os quais reverterão à mesma Secretaria.

Art 10º — As importâncias dos auxílios concedidos pelo Conselho serão, obrigatoriamente, depositada no Banco do Brasil, em nome dos órgãos beneficiários, cumprindo, ainda, aos responsáveis por esses órgãos, manter registros contábeis sobre a sua aplicação.

Parágrafo único — A Secretaria-Geral, com o objetivo de orientar as deliberações desta Junta em relação ao assunto, poderá fazer examinar a escrita a que se refere este artigo, bem assim a aplicação que estiver sendo dada ao auxílio.

Anexo à Resolução Jec-495

Dispõe sobre a aplicação do auxílio concedido pelo Conselho Nacional de Estatística (IBGE) no exercício de 1956

A Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística no Estado (ou Território) de . . . usando das suas atribuições, e

considerando que a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, pela sua Resolução n.º . . . de . . . (data por extenso), atribuiu ao órgão central regional de estatística deste Estado (ou Território) o auxílio de . . . (importância por extenso) (Cr\$. . .);

considerando que, de acordo com o art 1º da Resolução JEC- . . . citada, o artigo de que trata o artigo anterior se destina a contribuir para que sejam atingidos, pelos órgãos beneficiados, os seguintes fins:

a) manutenção, em condições de eficiência, da Seção de Estatística Militar, para atender

aos estudos e levantamentos exigidos pela segurança nacional;

b) levantamento regular da estatística judiciária;

c) aperfeiçoamento e atualização da estatística do ensino primário;

d) aperfeiçoamento das estatísticas agropecuárias;

e) apuração da estatística industrial (Registro Industrial), atendidos os planos mínimos fixados pela Assembléia-Geral;

f) levantamento e elaboração das estatísticas do comércio interestadual por vias internas e de cabotagem;

g) cumprimento das obrigações que lhes cabiam, nos termos da legislação do Conselho, na execução da Campanha Estatística Nacional e encaminhamento, dentro dos prazos previstos, das respectivas apurações aos órgãos centrais federais;

considerando a proposta apresentada, com vistas àqueles objetivos, pela direção do Departamento Estadual de Estatística (ou Serviço de Geografia e Estatística, nos Territórios),

RESOLVE:

Art 1º — O emprêgo do auxílio atribuído pelo Conselho Nacional de Estatística (IBGE) ao Departamento Estadual de Estatística (ou Serviço de Geografia e Estatística, nos Territórios), no corrente exercício de 1956, obedecerá à seguinte discriminação orçamentária:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação 2 — Pessoal Extranumerário

02 — Salários de contratados

03 — Salários de tarefeiros

Consignação 3 — Vantagens

06 — Gratificações por serviços extraordinários

07 — Gratificações por trabalho técnico ou científico

08 — Gratificações especiais (ao Secretário da JER)

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação 1 — Material Permanente

02 — Livros, revistas e outras publicações especializadas, destinadas a biblioteca ou coleções

03 — Mobiliário, máquina, aparelhos e utensílios de escritório, de biblioteca, de ensino e outros fins

09 — Outros materiais permanentes

Consignação 2 — Material de Consumo

01 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação

06 — Instrumentos de coleta e material de registro, controle e apuração estatística

08 — Material para acondicionamento e embalagem

09 — Outros materiais de consumo

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação 1 — Serviços de Terceiros

02 — Assinatura e aquisição de órgãos oficiais, de publicações periódicas e de recortes de jornais

03 — Publicação de editais e avisos

04 — Serviços de impressão etc

05 — Serviços de encadernação

06 — Reparos, adaptações, consertos e conservação de bens imóveis; recuperação de material

09 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas, porte postal e assinatura de caixas-postais

12 — Serviços bancários

Consignação 2 — Encargos Diversos

02 — Aluguel de equipamento mecânico

04 — Salário-família

12 — Congressos, exposições, realizações culturais e outras

15 — Quotas de presença em reuniões

16 — Cooperação com os Órgãos do Sistema Estatístico

17 — Centros de estudo e treinamento

22 — Despesas miúdas de pronto pagamento

Art 2º — Da aplicação do auxílio a que se refere a presente Resolução, o Diretor do Departamento Estadual de Estatística apresentará a esta Junta a prestação de contas, em duas vias, uma das quais, se julgada rigorosamente acorde com as normas vigentes, será encaminhada à Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Local e data

Resolução n.º 496, de 28 de dezembro de 1955

Dispõe sobre a distribuição do auxílio financeiro concedido aos órgãos regionais no exercício de 1956

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições,

RESOLVE:

Art 1º — A distribuição do auxílio concedido pelo Conselho aos órgãos de seu sistema regional, no exercício de 1956, será feita de acordo com a seguinte tabela:

Unidades da Federação	Importância (Em cruzeiros)
Guaporé	170 000,00
Acre	294 000,00
Amazonas	368 000,00
Rio Branco	170 000,00
Pará	430 000,00
Amapá	170 000,00
Maranhão	464 000,00
Piauí	412 000,00
Ceará	564 000,00
Rio Grande do Norte	406 000,00
Paraíba	486 000,00
Pernambuco	640 000,00
Alagoas	430 000,00
Sergipe	378 000,00
Bahia	792 000,00
Minas Gerais	1 136 000,00
Espírito Santo	412 000,00
Rio de Janeiro	542 000,00
Distrito Federal	530 000,00
São Paulo	1 186 000,00
Paraná	464 000,00
Santa Catarina	458 000,00
Rio Grande do Sul	718 000,00
Mato Grosso	368 000,00
Goiás	412 000,00
TOTAL	12 400 000,00

Art 2º — A aplicação, pelos órgãos beneficiados, do auxílio de que trata o artigo precedente, será feita na exata conformidade do disposto na Resolução JEC-495, desta data.

Resolução n.º 497, de 28 de dezembro de 1955

Amplia o Plano de Inversões dos Recursos Disponíveis e dá outras providências.

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia-Geral, em parecer de junho de 1954, sugeriu fosse apresentado pela Secretaria-Geral à Junta Executiva Central um plano para aplicação, por parte do Conselho, dos saldos verificados no seu Balanço Geral;

considerando que a providência recomendada veio a concretizar-se em começos do corrente exercício de 1955, com a aprovação, por

esta Junta, do Plano de Aplicação dos Recursos Disponíveis, proposto, fundamentadamente, pela Secretaria-Geral;

considerando que, embora já parcialmente executado, o Plano comporta revisão, de maneira não só a ampliar as iniciativas projetadas, mas também nelas inverter recursos provenientes do saldo da execução orçamentária do exercício expirante;

considerando a conveniência de disciplinar, sob a forma de Resolução, o Plano de Inversão dos Recursos Disponíveis, tanto na parte já deliberada por esta Junta, como nos aspectos novos, decorrentes de sua ampliação,

RESOLVE:

Art 1º — O Plano de Inversões dos Recursos Disponíveis, aprovado por esta Junta, passa a ter a seguinte discriminação quanto aos objetivos e às disponibilidades a cada item destinadas:

- I — Aquisição de máquinas para o Serviço Gráfico e melhoria de suas instalações Cr\$ 12 000 000,00
- II — Aquisição ou construção de sedes próprias para as Inspetorias Regionais de Estatística Municipal nos Estados e Territórios Cr\$ 50 000 000,00
- III — Implantação do sistema de comunicações radio-telefônicas entre a Secretaria-Geral, Inspetorias Regionais e sedes de Agentes Itinerantes Cr\$ 30 000 000,00
- IV — Ampliação do Conjunto Residencial do Serviço Gráfico, para atender às necessidades do pessoal das oficinas e de servidores do Quadro I da Secretaria-Geral Cr\$ 30 000 000,00

Art 2º — Os recursos financeiros, no montante de Cr\$ 122 000 000,00 (cento e vinte e dois milhões de cruzeiros), que constituirão o fundo destinado a custear as despesas com o Plano de Inversões de que trata o artigo precedente são as seguintes:

I — Cr\$ 58 000 000,00 (cinquenta e oito milhões de cruzeiros) comprometidos por ocasião do levantamento do Balanço Geral do exercício financeiro de 1954

II — Cr\$ 64 000 000,00 (sessenta e quatro milhões de cruzeiros) a serem consignados no Balanço Geral do corrente exercício

Parágrafo único — Fica fazendo parte desta Resolução, como anexo, o quadro demonstrativo da aplicação dos recursos do Plano.

Art 3º — A Junta ratifica a autorização concedida à Secretaria-Geral, para o encaminhamento das providências atinentes à execução do Plano de Inversões dos Recursos Disponíveis

Art 4º — Os processos referentes às obras e iniciativas previstas no art 1º serão constituídos de propostas, devidamente fundamentadas, da Secretaria-Geral, com os pareceres dos seus órgãos técnicos, para que sejam apreciados isoladamente por esta Junta

Parágrafo único — Para emitir parecer sobre cada projeto apresentado pela Secretaria-Geral, nos termos deste artigo, será constituída uma comissão de três membros da Junta, de livre designação do Presidente

ITENS	RECURSOS QUE CONSTITUIRÃO O FUNDO		Inversões realizadas em 1955	Saldo para o exercício de 1956
	Quantitativo comprometido no Balanço de 1954	Quantitativo comprometido no Balanço de 1955		
I	8 000 000,00	4 000 000,00	7 484 670,00	4 515 330,00
II	35 000 000,00	15 000 000,00	803 267,50	49 196 732,50
III	—	30 000 000,00	—	30 000 000,00
IV	15 000 000,00	15 000 000,00	—	30 000 000,00
TOTAL	58 000 000,00	64 000 000,00	8 287 937,50	113 712 062,50

Bibliografia

BORGES, T. Pompeu Accioly — *Migrações Internas no Brasil* — Comissão Nacional de Política Agrária, Rio, 1955

ESTE trabalho é o primeiro da série que divulgará os aspectos econômicos e sociais da vida rural brasileira, focalizados no inquérito realizado em todos os municípios pela Comissão Nacional de Política Agrária, com a colaboração do IBGE

Constam desse inquérito dados e informações sobre movimento migratório, técnicas de produção, arrendamentos e parceria, salários agrícolas, regime de propriedade, além de outros problemas do nosso meio rural. O volume ora editado pelo CNPA trata dos fatores determinantes e consequências das correntes internas de migração no Brasil, analisando o fenômeno à luz dos recenseamentos e dos resultados do inquérito promovido por aquela Comissão do Ministério da Agricultura

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO RIO DE JANEIRO — *Tábuas Itinerárias do Estado do Rio de Janeiro* — 1953/1954 — Serviço Gráfico do IBGE, Rio, 1955

O DEE do Rio de Janeiro oferece ao público, pela primeira vez, um levantamento

completo das tábuas itinerárias do Estado. O trabalho, que foi elaborado pelo setor de Assistência Técnica daquele órgão, baseou-se principalmente na folha Q O 04 2 da Campanha Estatística Brasileira, que dispõe sobre a rede rodoviária

As fontes subsidiárias foram: passos e travessias, empresas de transportes, povoados, navegação e portos, todos assuntos da referida Campanha

O volume — que tem 283 páginas — traz, ainda, os mapas de todos os municípios fluminenses, detalhando as vias de comunicações

SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA DO TERRITÓRIO DO AMAPÁ — *Anuário Estatístico do Amapá 1955*, ano IV

RELATIVO ao triênio 1952/1954, e já relacionando dados de 1955, o "Anuário Estatístico" do Território do Amapá obedece ao mesmo plano do "Anuário Estatístico do Brasil", desenvolvendo idêntico esforço no sentido de apresentação pronta e regular de dados utilizados

Volume mimeografado, com 71 folhas

PROBLEMAS DA ESTATÍSTICA

O sr Bagneé A Liu, chefe da Divisão de Estatística da UNESCO, durante sua estada em Petrópolis como representante daquela entidade nas Reuniões Internacionais de Estatística, fez algumas declarações à *Fôlha da Manhã*, de São Paulo, que foram publicadas na edição do dia 1º de julho. Dessa entrevista, destacamos os seguintes trechos:

“Testes de Opinião — Os testes da opinião pública não fazem parte da estatística. Aproximam-se dela, mas para ter valor deveriam ser baseados sobre dois dados essenciais: as perguntas devem ser muito claras e as respostas verdadeiras. Como saber se o homem que diz que só acredita no casamento indissolúvel ou num candidato político determinado não pensa exatamente o contrário do que a cortesia ou o oportunismo ou o meio o obrigam a declarar? A estatística leva em conta estes possíveis erros. O que não quer dizer que já tenhamos estatísticas perfeitas. Longe disso. E' por isso que nos reunimos e discutimos os meios de desenvolver a estatística, não só formando técnicos, mas educando o público; que procuramos formulários que não possam ser interpretados de diversas maneiras e que tentamos obter dados de comparabilidade internacional, escolhendo termos básicos claros e que possam ser exprimidos em todas as línguas.”

“Censos — Os censos, que hoje em dia, se fazem, na maioria dos países, de dez em dez anos, são o método básico, mais importante. Entretanto não basta. As condições de vida mudam com rapidez atualmente. E quando um censo está sendo apurado quase chegou a época de realizar outro! Por isso é preciso completar o censo básico por estatísticas permanentes, feitas através dos registros civis, de nascimento, morte, relatórios dos hospitais, escolas, etc. Este método também tem seus limites porque não pode abranger toda a população e nem sempre os dados obtidos representam a situação exata. Por último vem o terceiro método, o moderno método da amostragem. Divide-se um país em áreas: Estados, divididos em Municípios, etc. Cada área pequena é dividida em lares. Fazem-se estudos estatísticos ao acaso. Pelo menos aparentemente. Cada unidade tem as mesmas possibilidades de ser escolhida. E' a sorte que resolve a área e os lares que serão estudados. Mas as probabilidades matemáticas permitem resultados médios bons, por intermédio destas amostras aparentemente de acaso. Este método é muito mais barato que o censo. E' preciso saber aplicá-lo ao fazer um panorama geral que não inclui tão somente a quantidade mas também a qualidade: quem trabalha, quem está desempregado, quantos filhos há, como empregam os lares, etc.”

REMENDANDO LACUNAS DAS ESTATÍSTICAS BRITÂNICAS

EMBORA possa parecer estranha a afirmação, o sr Butler foi prejudicado, na sua recente ação com que visava dominar a incipiente crise econômica, pela falta de conhecimento exato do que estava acontecendo nos diversos setores de nossa economia.

Entre o povo predominam duas impressões a respeito de dados coligidos e publicados por departamentos do governo: primeiro, que são ininteligíveis e carecem de significado, pois tais dados podem ser utilizados para provar qualquer coisa e, segundo, que o preenchimento de formulários requeridos para este fim constitui completa perda de tempo. Ambos os pontos de vista são errôneos.

Há alguns meses, o chanceler do Erário chegou à conclusão de que estávamos tentando fazer muitas coisas ao mesmo tempo, decidindo então desencorajar-nos a gastar tanto dinheiro, tornando-o mais caro. Uma das atividades que desejava reduzir foram as compras de mercadorias a prestações e, assim, intensificou o regime de fiscalização deste comércio. Mas teria sido muito difícil para ele formar uma idéia exata sobre até que ponto essa política estava dando resultados, pois não dispunha de informações seguras acerca do volume das vendas a prestações de qualquer mercadoria, excetuados veículos a motor e aparelhos vendidos pelas administrações de companhias nacionalizadas de gás e de eletricidade.

Com efeito, as iniciativas do chanceler foram insuficientes para alcançar seu objetivo, mas na época em que isso se tornou patente, ele teve de adotar medidas muito mais rigorosas do que teria sido necessário se dispusesse de dados estatísticos mais seguros, visto que a situação tinha piorado mais. Eis um nítido caso em que a existência de maior número de estatísticas teria aplainado o caminho.

Um outro ângulo negro é a aplicação de capitais. O governo tem uma idéia muito vaga sobre a quantidade de dinheiro que está sendo aplicado pela indústria particular, em fábricas e maquinaria, muito embora estas aplicações influam em muitos importantes fatores, tais como a procura de matérias-primas importadas e de operários. Além disso, é importante, nas atuais circunstâncias, que se distingam programas meramente expansionistas — cuja aplicação, na maioria dos casos, pode ser adiada para mais tarde, dos genuínos planos de modernização, que deveriam ser levados avante tanto quanto possível. Mas ninguém sabe quantas aplicações de capitais estão incluídas em cada uma dessas categorias. Entretanto, o governo levará a efeito uma investigação em 650 companhias, consultando-as a respeito do dinheiro que pretendem despende com aplicações de capital. As informações que publicará com base nos dados coligidos serão de grande utilidade para a própria indústria.

Há muitos anos, um programa semelhante vem sendo aplicado nos Estados Unidos e os seus resultados foram de grande importância, por terem ajudado a evitar ou a reduzir a um mínimo as depressões, pois o fato de companhias industriais, em ampla medida, agirem com cautela no que respeita a novos programas de aplicações, tem habitualmente significado que estava iminente uma queda da procura. Graças a este conhecimento, o governo tem estado em condições de ampliar os seus gastos para fazer frente às possíveis depressões econômicas antes que estas provoquem o desemprego.

O programa que o governo está iniciando agora desempenhará uma função semelhante, e tornará, também, claramente evidente quais as indústrias que não estão reapplicando seus lucros em escala suficiente — bem como quais as que reapplicam uma parte demasiadamente grande dos recursos disponíveis.

Estes dados estatísticos serão publicados trimestralmente e darão muito melhor conta do que está acontecendo do que as informações disponíveis na época atual, em que nenhuma fidedigna estimativa sobre aplicações pode ser conseguida antes de decorrido o primeiro semestre do ano seguinte. Este primeiro inquérito referir-se-á às despesas durante todo o ano de 1955 e de 1956, mas as firmas a serem submetidas a investigações posteriores serão convidadas a revelar os seus planos de aplicações de capitais trimestralmente. Naturalmente, dados fornecidos por firmas particulares serão utilizados confidencialmente. Queremos acrescentar que no Canadá, na Austrália e na Suécia, onde consultas semelhantes já estão sendo realizadas, os resultados obtidos foram tanto exatos quanto informativos, como também aliás, nos Estados Unidos. Pretende-se colher e publicar informações também a respeito de compras a prestações. Embora o governo se tenha mostrado preocupado com o alto nível do crédito referente a compras a prestações, ninguém forma, realmente, uma idéia exata sobre o total das importâncias pendentes, nem a respeito de como este dinheiro está distribuído entre os diferentes tipos de mercadorias e as várias categorias de fregueses. Um quadro mais exato da proporção em que as compras a prestações se dividem nas diversas categorias, seria de grande utilidade para o estabelecimento de um equilíbrio entre a necessidade — que se impõe atualmente — de reduzir a procura no mercado consumidor em geral, e o prejuízo que eventualmente poderia ser causado a uma determinada indústria. Mas, outro aperfeiçoamento registrarão as nossas estatísticas, quando a Junta do Comércio colher as suas informações relativas ao comércio varejista de uma coleção mais representativa de lojas. Há razões poderosas que justificam a suposição de que o panorama da situação que se pensa possuir atualmente está gravemente desfigurado.

Aperfeiçoando as estatísticas disponíveis sobre a nossa economia, o governo facilitará o desempenho da sua própria função de órgão orientador responsável e ajudará a indústria a planejar menos “às cegas” do que atualmente.

RICHARD DENMAN (do “Economist”) *

* Publicado pelo “O Estado de São Paulo”, edição de 21-VIII-55

SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO SÔBRE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS

REALIZOU-SE nesta Capital, entre 5 e 16 de dezembro, o Seminário Latino-Americano Sôbre Estudos Demográficos, patrocinado pelo IBGE e pelas Nações Unidas, com a finalidade de reunir especialistas para examinar e discutir problemas práticos de pesquisa, análise e treinamento demográficos

A sessão solene de instalação verificou-se no Palácio do Itamarati, sob a presidência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente do IBGE, com a presença de altas autoridades e pessoas gradadas. À mesa tomaram lugar os Srs Henri Laurentie, representante residente da Junta de Assistência Técnica das Nações Unidas, Giorgio Mortara e Bourgeois-Pichat, respectivamente, diretor e co-diretor do Seminário; Embaixador A Camilo de Oliveira, Secretário-Geral do Itamarati; Waldemar Lopes, Secretário-Geral do CNE; e Daniel de Carvalho, deputado federal

Discurso do Presidente do IBGE — Ao declarar abertos os trabalhos do Seminário, o Embaixador Macedo Soares pronunciou o seguinte discurso:

"Muito me apraz, ao meu espírito de estudioso e de pan-americanista, seja a abertura deste Seminário Latino-Americano de Estudos Demográficos a primeira solenidade a que me cabe comparecer na condição, a que há poucos dias fui reconduzido, de Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Saudando com o mais vivo aprêço e cordialidade, em nome dos estatísticos brasileiros, os ilustres representantes da Organização das Nações Unidas e orientadores e participantes desta reunião, formulo os melhores votos pelo êxito das atividades que vão desenvolver e, também, por uma feliz permanência de todos, no Brasil

Cabe-me ainda manifestar a gratidão do IBGE por ter sido escolhida a nossa Capital para sede deste Seminário, deliberação em que me permito ver o reconhecimento do esforço realizado nos últimos lustros neste país, para dar impulso aos levantamentos e aos estudos demográficos, obra em que se salientou, com a sua competência, o seu renome de cientista e uma profunda dedicação aos seus encargos, o Professor Giorgio Mortara

Temos, entretanto, consciência de que, se já realizamos alguma coisa nesses domínios, muito mais ainda nos resta a realizar. Assim, acompanharemos com atenção os debates do Seminário, não somente pelo interesse científico que eles apresentarão, mas também pela esperança de que seus resultados indiquem possibilidades de aplicação para o progresso ulterior das pesquisas demográficas no Brasil.

A América Latina não acompanhou devidamente o desenvolvimento dos estudos científicos sôbre a população. A vasta extensão dos territórios, a escassa densidade demográfica, a debilidade da organização administrativa, o baixo nível cultural contribuíram para dificultar a execução de recenseamentos e o registro regular dos nascimentos e dos óbitos. Faltou, ainda, na maior parte dos países latino-americanos, o estímulo exterior à expansão desses estudos, observada nos países de antigo povoamento, por motivos diversos. Em alguns casos, pela pressão demográfica, efeito do rápido incremento — devido à diminuição da mortalidade — de populações confinadas em áreas insuficientes; em outros casos, pela preocupação das consequências políticas e sociais da estagnação demográfica dependente da limitação voluntária da prole. Além disso, a ausência — embora mais aparente do que real — de interesses materiais de indivíduos e de grupos, conexos com a marcha dos fenômenos da população, privou a pesquisa demográfica de encorajamentos e apoios que não faltaram a outros ramos das ciências sociais, cujas relações com as economias das famílias e das empresas são mais evidentes.

Nos últimos lustros, entretanto, a atenção dos demógrafos foi atraída cada vez mais para a América Latina.

A criação do Instituto Interamericano de Estatística assegurou um impulso decisivo à expansão e ao funcionamento dos órgãos nacionais de estatística administrativa: a organização e os resultados do Censo das Américas de 1950 atestam a eficácia da sua atualização.

Entretanto, mesmo independentemente desta atuação, cuidou-se em vários países de melhorar e ampliar os serviços estatísticos oficiais. Assim, a instalação, em 1936, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tornou possível, quanto a nós, a execução do Recenseamento Geral de 1940, que forneceu ampla e original informação sôbre muitos aspectos da demografia deste país, oferecendo elementos para numerosos estudos de interesse científico e prático. E em outros países verificaram-se análogos progressos.

Já na Conferência Mundial da População reunida em Roma, em 1954, foram apresentadas várias comunicações sôbre situações e problemas demográficos da América Latina.

Nas sessões conjuntas do Instituto Internacional de Estatística e da União Internacional para o Estudo Científico da População, realizadas em Petrópolis no mês de junho deste ano, deu-se mais um passo, com a apresentação e discussão de uma série de estudos paralelos, previamente organizados com o propósito de proporcionar uma visão de conjunto da demografia dos principais países latino-americanos.

O Seminário que ora se instala, estendendo a investigação aos demais países desta área e desenvolvendo-a em profundidade, trará novos e mais amplos elementos sôbre o estado, a estrutura, o crescimento e as tendências das populações.

Quanto às necessidades e oportunidades de aperfeiçoamento da organização e elaboração dos inquéritos demográficos, cumpre lembrar que a recente Conferência Interamericana de Estatística as discutiu demoradamente, resumindo em toda uma série de resoluções os objetivos cuja realização fôra recomendada nos debates daquela assembléa.

É claro, portanto, que se vem ampliando o esforço para pôr os estudos demográficos sobre a América Latina em paridade com os das áreas mais adiantadas.

Esse esforço, oriundo do anseio abnegado de cientistas e de administradores públicos, está sendo favorecido pelo próprio desenvolvimento demográfico de nossos países, cuja rapidez mal poderia ser prevista há alguns decênios.

Ainda no início deste século, a América Latina contava apenas cerca de 60 milhões de habitantes; em 1950 já possuía 155 milhões, e em 1980 terá mais do dobro desse total: 316 milhões, segundo as previsões do Bureau de População das Nações Unidas.

A população do Brasil, em particular, tendo-se elevado de 18 milhões em 1900 para 52 milhões em 1950, atingirá 105 milhões em 1980, se seu incremento prosseguir na razão verificada entre 1940 e 1950.

Do desenvolvimento demográfico resultam para as administrações públicas centrais e locais numerosos problemas, cuja solução exige não somente o conhecimento do número de habitantes, da sua distribuição territorial, dos seus caracteres individuais, das suas atividades, mas também a determinação dos prováveis rumos do crescimento populacional no futuro próximo, pois que se torna indispensável a ele estender as previsões e providências dos governos. Nos domínios da alimentação e do abastecimento, da instrução e da educação, da higiene e da saúde pública, da habitação e da urbanização, das comunicações e dos transportes, do desenvolvimento coordenado e racional das diversas atividades produtoras, da organização militar e da defesa civil, apresentam-se, em relação com o crescimento da população, variados e árduos problemas, bem conhecidos pelos orientadores e participantes do Seminário Latino-Americano de Estudos Demográficos, cujo trabalho diário, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, é dedicado à busca das soluções mais racionais e convenientes.

A crescente interdependência entre a vida econômica, social e política dos diversos países das Américas, e do mundo em geral, contribui para dar significação e importância internacional ao desenvolvimento demográfico e a muitas questões com ele conexas. Os povos da América Latina podem muito aprender de outros povos mais adiantados, no que diz respeito à técnica da produção, à organização das comunicações, ao progresso da educação, à tutela da saúde pública; ao mesmo tempo, eles podem muito ensinar a outros povos, no que diz respeito à convivência pacífica e fecunda, sem barreiras de raça nem de religião, entre grupos étnicos e nacionais das mais diferentes origens e procedências.

O problema principal da maior parte da América Latina é o de melhorar rápida e decisivamente os métodos da produção, de maneira a elevar o padrão de vida das populações em medida adequada à riqueza dos recursos naturais, ainda insuficientemente explorados e até, às vezes, imprevidentemente malbaratados. Embora não seja objetivo principal deste Seminário propor, em forma precisa e detalhada, esse problema e buscar as soluções apropriadas para os diversos países, formará o mesmo, necessariamente, a trama oculta de grande parte de vossas discussões. E como estas não poderão deixar de pôr em relêvo as perspectivas de grande e rápido crescimento das populações latino-americanas, ficará evidenciada e medida mais uma dificuldade a vencer, no sentido de sua solução: a que resulta do incremento demográfico, quando não acompanhado constante e automaticamente pelo incremento da produção.

Não caberá a um Seminário de Estudos Demográficos planejar os caminhos da defesa e da elevação do nível de vida das populações. Todavia, os estudos que serão apresentados e as discussões realizadas poderão trazer uma contribuição bem valiosa de informações e diretrizes para esse planejamento.

Independentemente de qualquer objetivo prático, as atividades do Seminário darão no vo e poderoso impulso aos estudos demográficos, contribuindo para o enriquecimento do patrimônio científico dos povos latino-americanos.

Renovando os votos que formulei inicialmente, creio desnecessário ressaltar quanto se torna desejável e importante esta contribuição na época atual, em que a América Latina — em virtude de sua crescente população e da sua progressiva libertação das limitações econômicas e intelectuais, herança da era colonial — assume posição cada vez mais relevante na defesa e no desenvolvimento da civilização ocidental.

Discurso do representante da ONU — Em nome da ONU, falou, em seguida, o sr Henri Laurentie, que assim se expressou:

“É para mim uma grande honra agradecer ao Governo Brasileiro o papel essencial que desempenhou na preparação da reunião de hoje. Graças à iniciativa do Itamariti e à atividade esclarecida e incansável do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tornou-se possível a abertura, entre países irmãos, de discussões sérias sobre um dos problemas que se impõem à atenção do Continente.

A importância dessas discussões, dos trabalhos que vós ides empreender hoje, não precisa ser sublinhada. A população constitui a mais preciosa riqueza da comunidade latino-americana. Ela é quem fornecerá os braços à indústria, cujo desenvolvimento é a condição primordial de uma independência econômica total. Ela é também quem formará esse mercado interno cuja crescente capacidade acelerará por sua vez o movimento da indústria. É sobretudo ela quem aparecerá como alvo mesmo dessa intensa atividade, pois os homens não devem ser considerados como simples meio, mas, sim, como uma finalidade, e o progresso técnico e econômico não terá sentido se não for consagrado essencialmente à promoção do próprio homem, pela criação de condições novas que permitam à nobreza, à responsabilidade e à inteligência desenvolverem-se livremente.

Isto não é um sonho. O futuro da comunidade latino-americana já entrou no presente. Mas, é evidente que o completo êxito exige um método, e que o método implica num conhecimento perfeito dos fatores básicos e, sobretudo, da população, ponto de partida e de chegada do progresso econômico. É assim que vossos estudos constituem a condição primordial do desenvolvimento harmônico do Continente.

Tudo isto vós já sabeis. É com a consciência de estar cumprindo uma tarefa capital que vindes a esta reunião. Trareis a vossa própria competência, e a vontade de ainda aprender mais, num intercâmbio estudioso e cordial. As Nações Unidas regozijam-se com esta oportunidade que as situa no centro deste colóquio. Podeis contar com o seu apoio potencial. A palavra cooperação aplicará-se aqui em todo o seu sentido. É o que o Governo Brasileiro já compreendeu claramente. Que ele receba outra vez, Excelentíssimo Senhor Ministro, a expressão de nossos mais sinceros agradecimentos.”

Discurso do prof Giorgio Morta — Como diretor do Seminário, o prof Giorgio Morta dirigiu aos participantes as seguintes palavras:

“Agradeço vivamente ao ilustre Ministro das Relações Exteriores e querido Presidente



O Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do IBGE, ao pronunciar o discurso de instalação do Seminário

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a honra da sua presença e os ensinamentos da sua palavra na sessão inicial da nossa Conferência

Com sincera e profunda satisfação, apresento minha saudação e meus votos de fecundo trabalho aos colegas que aqui se congregam, unidos no culto de um elevado ideal científico e humano, que transcende tôdas as barreiras de nacionalidade, de raça e de crenças. Nessa saudação e nesses votos associam-se os demógrafos brasileiros e os membros da União Internacional para o Estudo Científico da População, que tenho a honra de representar

Os objetivos dêste Seminário, que se realiza por iniciativa das Nações Unidas, com a cooperação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, são de duas ordens: científicos e práticos

No que diz respeito às pesquisas científicas, visa-se de maneira geral, a dar impulso ao estudo da demografia da América Latina — ainda bastante atrasado na maior parte dos países —, esclarecendo as possibilidades de investigações oferecidas pelos dados existentes e promovendo o levantamento de outros dados que forem julgados necessários ou úteis

Em particular, procura-se obter, como base de operação, um conjunto de informações sobre a situação dos inquéritos e dos estudos demográficos nos diversos países, aptas para pôr em evidência os caminhos já abertos à pesquisa e os que lhe poderão ser descerrados mercê da ampliação e do aperfeiçoamento dos levantamentos gerais, da extensão das pesquisas representativas e da aplicação de métodos indiretos para estimativas demográficas

Procura-se, ainda, reunir e coordenar os elementos desde já disponíveis, para traçar em grandes linhas o quadro das características demográficas dos países latino-americanos e dos rumos e da intensidade das tendências que nelas se manifestam. Tentar-se-á, neste quadro, discriminar as dependências dos fenômenos demográficos das condições naturais e sociais, como também as interdependências entre os fatores demográficos, os fatores econômicos e outros fatores sociais que influem sobre a estrutura e o desenvolvimento das populações

Os objetivos práticos dos trabalhos do Seminário resumem-se na busca das possibilidades de aproveitamento dos resultados das

pesquisas demográficas para o esclarecimento da administração pública e para a melhoria da organização social. A visão de conjunto da composição quantitativa e qualitativa das populações, dos fatores do seu crescimento e dos rumos do seu desenvolvimento, contribuirá para mostrar necessidades atuais e futuras de ação dos governos nacionais e das instituições internacionais, dirigida para a defesa e a elevação do padrão de vida material, intelectual e moral dos povos da América Latina

De acôrdo com êsses objetivos científicos e práticos, foi elaborado o programa do Seminário, que se divide em quatro partes, destinadas: a primeira, ao estudo da situação demográfica atual da América Latina e à determinação das tendências prováveis no futuro próximo; a segunda, à análise das relações entre o desenvolvimento demográfico e as exigências de preparação do desenvolvimento econômico e social; a terceira, ao exame das necessidades de pesquisas demográficas; a quarta, à discussão da organização do adestramento e das pesquisas no domínio da demografia

Especificarei, agora, os assuntos especiais que serão discutidos nas diversas sessões de trabalho, indicando os nomes dos respectivos orientadores das discussões, que constituem um grupo escolhido de cientistas e organizadores

Ao estudo da situação e das perspectivas demográficas, que deve fornecer os alicerces para o trabalho ulterior, serão destinadas doze das vinte e quatro sessões previstas

As características gerais da quantidade e da distribuição territorial das populações serão examinadas sob a orientação do Sr. Valaoras, do Setor de População das Nações Unidas; os níveis e as tendências da natalidade e da mortalidade serão estudados em duas sessões, presididas pelo Sr. Lyra Madella da Escola Nacional de Ciências Estatísticas; duas outras sessões, dirigidas, respectivamente, pelo Sr. Buquet, da Universidade de Dijon, e pelo Sr. Stykos, da St. Lawrence University de Canton (New York), serão dedicadas às migrações internacionais e às migrações interiores. Uma análise conclusiva do incremento e da estrutura das populações será confiada à orientação do Sr. Bourgeois-Pichat, do Setor de População das Nações Unidas; enquanto duas sessões destinadas à discussão das próximas tendências das populações terão como orientadores da discussão, respectivamente, o Sr.

Valaoras e o Sr Glass, da London School of Economics Assuntos particulares de três outras sessões serão: a discriminação da parte economicamente ativa das populações (Sr Kingston, da Universidade do Brasil), as questões referentes à família, ao casamento e aos lares (Sr Stykos), e os problemas relacionados com a composição étnica das populações (Sr Azevedo, da Universidade de Salvador)

A análise das relações entre o desenvolvimento demográfico e as exigências de preparação do desenvolvimento econômico e social será condensada em seis sessões, presididas: pelo Sr Marull, da Universidade de Montevideo, a dedicada ao desenvolvimento das atividades agrícolas, pelo Sr. Buquet as dedicadas ao desenvolvimento das demais atividades produtoras e às necessidades do consumo (alimentação, habitação, etc.), pelo Sr Valaoras a referente à saúde pública, e pelo Sr Glass a destinada à discussão das possibilidades de ação local para a melhoria do padrão de vida ("desenvolvimento da comunidade")

Esclarecidas pela realização das duas primeiras partes do Seminário as lacunas das informações existentes, serão formulados na terceira parte programas de levantamentos e de pesquisas. As quatro sessões desta parte foram atribuídos, respectivamente, os domínios: da natalidade e mortalidade (Sr Lira Madeira); das migrações internacionais e interiores (Sr Glass); da distribuição, da composição e do incremento das populações (Sr Bourgeois-Pichat); da população economicamente ativa (Sr Miranda Netto, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas)

A última parte do Seminário — complementar das anteriores, mas todavia essencial pois que visa a assegurar a preparação adequada do pessoal necessário para o desenvolvimento dos estudos demográficos — compreende duas sessões, sob a presidência do Sr Dieulefait, da Universidade de Rosário, destinadas, respectivamente, à resenha da situação das pesquisas demográficas e da preparação dos demógrafos na América Latina, e uma sessão, sob a presidência do Sr Bourgeois-Pichat, dedicada ao exame das possibilidades de cooperação int-arregional e internacional nessas pesquisas e nessa preparação

Um resumo preliminar dos resultados do Seminário será apresentado na sessão de encerramento

Como disse desde o início, nosso objetivo principal é dar impulso às pesquisas demográficas na América Latina

O estímulo para a extensão e a intensificação desses estudos deve ser dado em primeiro lugar pela própria paixão da investigação científica, pela alta curiosidade de saber, que leva o pesquisador a indagar para conhecer, procurando antes a satisfação de uma íntima necessidade intelectual do que a fama, a remuneração e o reconhecimento público da utilidade do seu labor

Mas, ao lado deste motivo ideal, nos deve encorajar nas pesquisas demográficas a consciência de que muita parte dos nossos trabalhos poderá ter aplicação concreta nas atividades públicas e privadas que visam à melhoria das condições materiais e espirituais da existência dos povos. Este aspecto dos resultados de estudos demográficos, que se torna por si mesmo evidente nos casos de pesquisas sobre a mortalidade e as causas de óbito, a habitação, as várias formas de união conjugal, aparece amíúde, direta ou indiretamente, através do aproveitamento prático, também em inúmeros outros casos de pesquisas, que aparentemente têm apenas objetivos científicos, como as da nupcialidade e da fecundidade da mulher segundo a idade, dos caracteres estruturais da população e da intensidade e tendência do seu incremento. É difícil encontrar entre os resultados das pesquisas demográficas realizadas com critérios científicos um dado, um comentário, uma interpretação, que não se possam tornar úteis como elementos para os estudos destinados à preparação de um futuro melhor às populações observadas.

Estou certo de que essa confiança na importância científica e na utilidade prática das discussões que se desenvolverão no Seminário não é apenas minha ilusão, antes é fê comum de todos os participantes. E espero e desejo que esta fé se mantenha sempre viva e presente no curso dos nossos trabalhos

Em seguida, fizeram uso da palavra, ainda, os srs Bourgeois-Pichat e Adolfo Lola Blen, diretor-geral de Estatística da Nicarágua, este último em nome dos delegados ao Seminário

Os TRABALHOS DO PLENÁRIO — Em 25 sessões plenárias se desenvolveram os trabalhos normais do Seminário, segundo o seguinte programa:

Dia 5 — Presidente, Sr Vasilios Valaoras, do Serviço de População da ONU Distribuição da população entre os países da América Latina e entre suas divisões geográficas e político-administrativas Variações da densidade de população em relação com os fatores sociais, econômicos e históricos

Dia 6 — A) Natalidade e fertilidade — presidente, prof Lira Madeira, da ENCE Níveis e tendências da natalidade e da fecundidade nos países da América Latina, segundo as taxas brutas de natalidade, as taxas de fecundidade feminina, em geral e pelos grupos de idades, e as tábuas de fecundidade Diferenças de fecundidade masculina por grupos de ocupação Diferenças de natalidade e fecundidade no meio urbano e rural e em regiões diferentes Taxas brutas de nascimentos legítimos e ilegítimos Fatores econômicos e sociais que influem nas tendências da fecundidade

B) Migrações internacionais — presidente, prof Léon Buquet, da Universidade de Dijon (França) Correntes de migração recentes para os países latino-americanos e destes para o estrangeiro Papel da imigração no crescimento da população, desde 1900 Origens e características dos imigrantes; sua distribuição entre os países de destino Fatores que influem nas tendências da migração

C) Mortalidade — presidente, prof Lira Madeira, da ENCE Níveis e tendências da mortalidade nos países da América Latina, segundo as taxas brutas de mortalidade e as taxas de mortalidade por sexos e por grupos de idades, e funções das tábuas de mortalidade Causas de óbito, em geral e por sexo e grupos de idades Mortalidade infantil Fatores tecnológicos, sociais e econômicos que influem nas tendências da mortalidade

D) Migrações Internas — presidente, prof Joseph Stykos, da Universidade de St Lawrence, (EEUU) Amplitude e direção dos movimentos migratórios internos nos países da América Latina, inclusive entre os setores urbanos e os rurais e entre diferentes zonas rurais Movimentos temporários e permanentes Características dos migrantes internos Relação das migrações internas com o crescimento natural da população e sua influência na distribuição da população Fatores econômicos e sociais que influem nas migrações internas

Oradores da sessão de instalação: Srs. Henri Laurentie, representante da ONU, e prof. Giorgio Mortara, diretor do Seminário.

Dia 7 — A) Crescimento e estrutura da população — presidente, sr Bourgeois-Pichat, do Serviço de População da ONU Níveis e tendências do aumento da população da América Latina, resultante do crescimento natural e dos movimentos migratórios Diferenças das taxas de crescimento entre as zonas rurais e urbanas e entre as principais subdivisões geográficas dos países Distribuição da população por sexo e por grupos de idades: suas modificações sob a influência do crescimento natural e das migrações, e seus efeitos nas tendências do crescimento da população Taxas de reprodução e taxas de crescimento de populações estáveis.

B) População economicamente ativa e inativa — presidente, prof Jorge Kingston, da ENCE Número de pessoas economicamente ativas nos países da América Latina; suas características pessoais (idade, sexo, estado civil das mulheres) e atividades econômicas (ocupação, profissão, categoria) Principais categorias de pessoas economicamente inativas Variações das atividades econômicas segundo o sexo e os grupos de idades, os grupos urbanos e rurais e outros componentes da população Relações entre as tendências da população total e da população economicamente ativa, influência da distribuição da população por sexo e idade, pelas variações das atividades econômicas de cada sexo e grupos de idades

Dia 8 — A) Perspectivas das tendências da população — presidente, Sr Vasilios Valaoras Tendências da mortalidade e da fecundidade nos países da Europa e da América do Norte, economicamente mais adiantados; suas possíveis repercussões nas futuras tendências de população da América Latina Possíveis tendências da mortalidade, fecundidade e crescimento natural nos países da América Latina durante a segunda metade do século XX Projeções demográficas nacionais, independentemente dos possíveis efeitos das migrações

B) Casamentos, famílias e domicílios — presidente, prof Joseph Stykos Tipos de união conjugal nos países da América Latina (casamentos civis e religiosos, uniões livres, permanentes e temporárias) Costumes relativos à idade de contrair matrimônio ou uniões livres Características das famílias e dos domicílios Relação do crescimento da população com as tendências, número de integrantes e composição das famílias e domicílios Influência da evolução dos costumes quanto ao matrimônio e a composição da família nas tendências da natalidade e do crescimento da população

C) Grupos étnicos — presidente, prof Thales de Azevedo, da Universidade da Bahia



Grupos étnicos aborígenes e imigrantes de importância demográfica, social e econômica na América Latina Fusão ou isolamento de grupos Tendências predominantes com relação aos distintos países Problemas teóricos e práticos da identificação estatística dos diferentes grupos étnicos

Dia 9 — A) Perspectivas das tendências da população (continuação) — presidente, prof David Glass, da London School of Economics Perspectivas das migrações para os distintos países da América Latina e destes para o estrangeiro, nas próximas décadas; possíveis efeitos das migrações nas tendências da população Prováveis modificações na estrutura da população, com relação ao sexo, idade e outras características Alterações previsíveis na distribuição urbano-rural e na distribuição regional da população nos diferentes países Possíveis modificações no número e composição demográfica da população economicamente ativa

B) Desenvolvimento agrícola — presidente, prof José Marull, da Universidade de Montevideo Correção do excesso relativo da oferta de mão-de-obra agrícola em certas regiões e de sua escassez em outras; redução do desemprego e subemprego agrícola; fomento e colonização de terras inaproveitadas; desenvolvimento equilibrado das culturas agrícolas, da produção pecuária e das indústrias agrícolas e não agrícolas

C) Educação e assistência social — presidente, Sr Medina Echevarria, da CEPAL Escolas, professores e outros serviços docentes para a população dos diferentes países e de suas divisões geográficas e administrativas Planificação e administração do seguro social e de outros programas de assistência social.

Dia 10 — A) Desenvolvimento econômico (exceto o agrícola) — presidente, prof Léon Buet Planificação e execução dos programas

de desenvolvimento econômico, não agrícola, inclusive utilização da mão-de-obra não agrícola, coordenação de indústrias, formação e importação de capitais, política inversionista, fomento das fontes de energia e das matérias-primas industriais, produção de diferentes tipos de produtos de consumo não agrícolas

B) saúde pública — presidente, Sr Valérios Valaoras Pessoal médico e sanitário, hospitais e outros serviços necessários para satisfazer às necessidades da população Estimativa do progresso conseguido em questões de sanidade e identificação dos grupos de população e zonas geográficas que necessitam de atenção especial, sob o ponto de vista de saúde pública

Dia 12 — A) Domicílio, alimentação e outras necessidades do consumidor — presidente, prof Léon Buquet Domicílios, alimentação e outros elementos necessários para que a população das zonas urbanas e rurais obtenha um padrão de vida adequado Urbanismo

B) Desenvolvimento da comunidade — Programas de desenvolvimento baseados no próprio esforço local, visando a aproveitar melhor os recursos humanos e materiais da comunidade e a elevação do nível de vida

C) Estudos sobre fecundidade e mortalidade — presidente, prof Lira Madeira, da ENCE Utilidade e viabilidade do registro completo de nascimentos e óbitos Tipos de informações a serem registradas Utilização dos dados dos censos e inquéritos especiais para obter informações sobre a fecundidade, a mortalidade e os fatores econômicos e sociais pertinentes Estudos analíticos dos fatores que influem na fecundidade e na mortalidade e em suas possíveis modificações futuras

Dia 13 — A) Estudos das migrações internacionais e interiores — presidente, prof David Glass Possibilidade de completar e melhorar as estatísticas dos movimentos migratórios internos, mediante registros de população e outros meios, e de aproveitar os estudos especiais locais para obter dados sobre as migrações interiores e os fatores econômicos e sociais pertinentes Características e amplitude das modificações internas da população, determinadas com o auxílio de estatísticas censitárias e do estado civil Estudos locais e análise das características dos migrantes, suas habilitações e necessidade, as razões de migração

B) Estudo do crescimento, distribuição e composição da população — presidente, Sr Bourgeois-Pichat Crescimento e distribuição da população em relação aos recursos e diferentes aspectos do desenvolvimento social e econômico Análise da densidade da população Estudo das inter-relações dos componentes demográficos na evolução da população Dados de censos ou inquéritos, cálculos e projeções do número de habitantes e composição da população

Dia 14 — A) Estudos da população economicamente ativa e inativa — presidente, prof Jorge Kingston Dados dos censos e inquéritos sobre o número e características demográficas das pessoas economicamente ativas Análise das relações entre as tendências de população e força de trabalho Cálculos e projeções da população economicamente ativa Aspectos demográficos das estatísticas e análises relativas ao desemprego e subemprego Conceitos e métodos técnicos adequados para a obtenção de dados censitários e realização de inquéritos sobre as atividades econômicas da população nas regiões agrícolas menos desenvolvidas da América Latina

B) Formação profissional demográfica na América Latina — presidente, prof Carlos Dieulefait, da Universidade do Litoral (Argentina) Tipos de ensino demográfico nas universidades e outras instituições Necessidade de melhorar e ampliar os serviços e programas de formação profissional

Dia 15 — A) Investigações demográficas na América Latina — presidente, prof Carlos Dieulefait Investigações demográficas que se realizam nas universidades e outras organizações oficiais Necessidade de melhorar e orientar esses programas de investigação Dificuldades e problemas

B) Cooperação inter-regional e internacional em matéria de formação profissional e investigação demográfica — presidente, Sr Bourgeois-Pichat Cooperação mediante intercâmbio de pessoal docente e de investigação, de estudantes, de material de ensino e de resultados de investigações Necessidade e possibilidade de coordenar programas nacionais de investigação e formação profissional Programas de investigação, dos órgãos internacionais, sobre a população dos países da América Latina Projeto de um centro regional de investigação e formação profissional demográficas

Dia 16 — Sessão extraordinária sobre o desenvolvimento de comunidades, presidida pelo prof David Glass, com o mesmo programa da reunião realizada anteriormente

No Seminário o Presidente do IBGE — Quando se realizava, no dia 15, uma reunião do Seminário, para discussão de temas relacionados com as pesquisas demográficas nos países da América Latina, sob a presidência do prof Carlos Dieulefait, o auditório foi surpreendido com a presença do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que acompanhou grande parte dos trabalhos

O prof Dieulefait fez uma breve saudação ao Presidente do IBGE, manifestando o estímulo que representava, para os pesquisadores reunidos, e interesse constantemente revelado pelo eminente visitante Agradecendo a saudação, o Embaixador Macedo Soares acentuou a satisfação com que via realizar-se em nosso país tão importante reunião e formulou votos pelo completo êxito de seus trabalhos

Sessão de encerramento — No dia 16, às 13,30h, no auditório do Ministério da Fazenda, realizou-se a sessão de encerramento. Inicialmente, falou o prof Giorgio Mortara, que fez uma síntese dos trabalhos gerais do Seminário. Em seguida, os presidentes das sessões sumarizaram os resultados das reuniões em que atuaram.

O Sr Bourgeois-Pichat fez um relatório preliminar do Seminário. Em nome dos delegados estrangeiros, falou a Sra Clotilde Bula, da Argentina, e, finalmente, apresentando as despedidas, em nome do IBGE, usou da palavra o Sr Waldeemar Lopes, Secretário-Geral do CNE.



Sr. Bourgeois-Pichat, co-diretor do Seminário

PARTICIPANTES — Participaram do Trabalho do Seminário as seguintes pessoas:

Diretor, Giorgio Mortara; co-diretor, Jean Bourgeois-Pichat

Presidentes de Sessões: Thales de Azevedo, da Universidade do Salvador; Henri Léon Buquet, da Universidade de Dijon (França); Carlos Dieulefait, da Universidade do Litoral (Argentina); David Glass, da London School of Economics; Jorge Kingston, da Universidade do Brasil; João Lira Madeira, da ENCE; José Marull, da Universidade de Montevideo; José Medina Echavarría, da CEPAL; A G Miranda Netto, da ENCE; Zygmunt Slawinski, da CEPAL; Joseph Stykos, da St Lawrence University (Estados Unidos); Vasílios Valaoras, do Serviço de População da ONU

Delegações oficiais: Clotilde Bula e Dino Soldati, Argentina; Moisés Angel Ponce de Leon, Bolívia; Alceu Carvalho, Lincoln de Freitas Filho e Manuel Diégues Júnior, Brasil; George W Roberts, Índias Ocidentais Britânicas; Albino Bocaz Saavedra, Felipe Quezada Riquelme e Juan Crocco Ferrari, Chile; Jaime Vergara Uribe, Colômbia; Rodrigo Bolaños Sanchez, Costa Rica; Marco A Bustamante, Equador; Maurice Lubin, Haiti; Archie McNair e Donald Owen Mills, Jamaica; Julio Duran Ochoa, México; Adolfo Lola Blen, Nicarágua; Ana Casis, Carlos Quintero e Otilia de Tejera, Panamá; José A Encinas del Pando e P Erasmo Roca, Peru; Salomón Ernesto Martínez Alemán, Salvador; H J Steer, Trinidad; Jorge Rodrigues, Ilhas Virgíneas

Representantes de Organizações internacionais: André Aboughanem, Organização Internacional do Trabalho; Kenneth Courtney, Organização Mundial de Saúde; Arthur Hehl

Neiva, Comitê Internacional para Migração Européia; Germano Jardim, Instituto Internacional de Estatística; Bruno Luzzato, Banco Internacional de Reconstrução e Formato

Convidados do Conselho Internacional de Ciências Sociais: Elvio Baldinelli, Argentina; Hans Adolfo Bruch Torrelío, Bolívia; Ewald Hasche Sanchez, Chile; Rafael Aponte Cerón, Colômbia; Bernal Jimenez, Costa Rica; Manuel Vega Ibarra, México; Raul Mendoza, Paraguai; Pedro Gutierrez Calle, Peru; Ada A Colón, Porto Rico; F B Rampersad, Trinidad; Edison Altuna, Uruguai

Observadores: Frenando Ávilas, L A Costa Pinto, J Hilman, Tom Gabine, Andrew

Pearse, Gastão Quartim Pinto de Moura, Hiroshi Saito, Josildesth da Silva Gomes, Haroldo Mateo Venâncio, Vinícius Wagner, Stanislaw Waseberger e Kaoro Onaga, do Brasil; Norma Baluga e Carlos Sclavo Marini, do Uruguai; Gonzalo Cungeiro, da Argentina; James Dukts e Morton Meyer, dos Estados Unidos; Masao Fujimoto e Seichi Izumi, do Japão; Humberto Ponce Ratto e Raul Vargas, do Peru; Armando Ruben Puente, da Espanha

TRABALHOS apresentados — Vinte e três trabalhos — entre estudos e comunicações — foram apresentados ao Seminário Latino-Americano sobre Estudos Demográficos. É a seguinte a relação desses trabalhos:

“As estatísticas e as investigações demográficas e o planejamento do desenvolvimento econômico”, de P M Hauser; “Métodos de ensino das técnicas de análise demográfica”, de A J Jaffre; “Medidas internacionais para o preparo de demógrafos”, da ONU; “Êxitos e objetivos dos planos atuais e recentes de imigração na América Latina, com especial referência aos fatores econômicos”, de George Hill; “Problemas e métodos no estudo da demografia centro-americana”, de G A Beltran; “Aspectos da natalidade no Brasil”, de A Carvalho; “A mortalidade no Brasil”, de M V da Rocha; “Admissão e preparo de pessoal para investigação, ensino e produção de estatísticas demográficas na América Latina”, de O Cabello; “O inquérito por amostras, seus problemas e aplicações”, de Joseph Stykos; “Tendências demográficas recentes em Cuba, Haiti e Ilhas Britânicas do Caribe”, de G W Roberts; “Demografia e domicílio”, de J L Crane; “Composição por idade da população e as disponibilidades de mão-de-obra, com es-



Sr. Adolfo Lola Blen, diretor de estatística da Nicarágua.

pecial referência à América Latina", da ONU; "Desenvolvimento do ensino e sua relação com as tendências demográficas", da UNESCO; "Método de estudo das migrações internas", de Donald Bogue; "Crescimento da população e programas de saúde pública nos países latino-americanos", de Ruth Puffer; "A população das Repúblicas Latino-Americanas", da ONU; "Problemas de utilização da mão-de-obra na indústria latino-americana", da Organização Mundial do Trabalho; "Análise e

medida da fecundidade das populações pouco desenvolvidas", de L. Henry; "Programa do Censo Mundial de 1960 — seus objetivos e alcances", da ONU; "Criação de um Centro Regional para pesquisas e treinamento demográficos", da ONU; "Estudos de população necessários ao desenvolvimento econômico e social", da CEPAL, e "As tábuas de sobrevivência e suas aplicações na demografia", de Giorgio Mortara.

NA PRESIDÊNCIA DO IBGE O EMBAIXADOR MACEDO SOARES

POR decreto de 17 de novembro de 1955, o Presidente da República, Sr Nereu Ramos, concedeu exoneração ao Sr Elmano Cardim do cargo de Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e nomeou para substituí-lo, em caráter interino, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores

A cerimônia de transmissão do cargo realizou-se às 15 horas do dia 25 de novembro, no auditório do Conselho Nacional de Estatística, perante numerosa assistência, composta de altas autoridades e pessoas gradas

A mesa tiveram assento além dos Srs José Carlos de Macedo Soares e Elmano Cardim os Srs Heitor Bracet, Almirante Ribeiro Espindola, Rubens Pôrto, Florêncio de Abreu e Moacir Malheiros Fernandes Silva, antigos presidentes do Instituto

Foram prestadas, nessa ocasião, significativas homenagens ao antigo titular, Sr Elmano Cardim, que recebeu, das mãos dos Srs Achilles Scorzelli Júnior e coronel Jacinto Dulcardo Moreira Lobato, Resoluções da Junta Executiva Central do CNE e do Diretório Central do CNG, respectivamente, as quais consignam expressivos agradecimentos ao ex-presidente do IBGE pelos serviços prestados ao sistema estatístico-geográfico brasileiro

DISCURSO do Sr Elmano Cardim — Ao transmitir o cargo ao seu sucessor, o Sr Elmano Cardim fez uma exposição sobre os principais empreendimentos e iniciativas de sua administração à frente do IBGE. Foi o seguinte o seu discurso:

“Ao deixar a presidência desta Casa, não poderia experimentar satisfação maior do que a de restitui-la às mãos de V. Excia., em circunstâncias semelhantes às aquelas em que V. Excia., depois de haver atuado decididamente para dar-lhe vida, passou a presidi-la durante 14 anos fecundos, em que ela se consolidou e conquistou a admiração e o reconhecimento do País. Então, como hoje, exercia V. Excia. o alto posto de Chanceler do Brasil

Foi durante sua brilhante administração, assinalada pelo alto devotamento cívico, a serenidade e a competência que V. Excia. pôe no desempenho dos seus encargos, que me habituei, como todos os brasileiros, a ver no IBGE uma grande instituição, de meritórios serviços ao País e aquecida por uma filosofia de trabalho, um sadio idealismo, um amor à obra comum que resultaram, evidentemente, do espírito predominante nos primeiros anos e mais se fortaleceram em momentos difíceis

Assim, honrado com o convite do meu eminente amigo Presidente Café Filho e com a cativante insistência dos nunes tutelares desta Casa, não me furtel a prestar a colaboração de curto prazo que o Governo me solicitava, assumindo a presidência do IBGE. Para segurança de acerto e rendimento da minha administração, Sr. Ministro e Presidente, não precisei fazer mais do que entregar os postos de maior responsabilidade, na ala da estatística e na da geografia, aos homens inspirados na orientação elevada e no modelo patriótico de V. Excia. O “ibgeano” não precisa de acicate para bem cumprir o seu dever, nem mesmo de outro estímulo, além da solidariedade de seu chefe

Normalmente me caberia, neste momento, relatar, ainda que em breves traços, o que realizaram, neste período de pouco mais de um ano, as duas alas do IBGE, sob a direção superior dos Conselhos de Estatística e de Geografia, compostos de técnicos e administradores que se tornaram credores da minha gratidão e do maior apreço pela cooperação que me dispensaram e o zelo e competência demonstrados no cumprimento de suas atribuições

Creio, entretanto, que o dispensará de bom grado V. Excia. e, quanto a mim, não me assalta o temor ou a vaidade dos que procuram acentuar seus feitos para impedir que o sucessor chame a si o mérito das realizações úteis. Nenhuma recompensa maior, em vez disso, poderia desejar do que a sua aprovação ao que empreenderam meus colaboradores, seus discípulos, e nada me seria mais grato do que ver incorporadas à nova gestão de V. Excia. as iniciativas postas em marcha no exercício expirante

Bastarão simples e rápidas referências a alguns problemas e tarefas e aos esforços empregados para solucioná-los ou para melhor cumpri-las, e logo V. Excia. estará plenamente a par da situação que, nos planos administrativo e técnico, irá encontrar

Corresponde às Secretarias-Gerais dos dois Conselhos, uma das quais, a de Estatística, com serviços instalados e em funcionamento na quase totalidade dos 2400 municípios do País, uma situação jurídica que a lei de criação do Instituto procurou preservar, assegurando-lhes a indispensável autonomia. Entretanto, do acertado entendimento de que o IBGE constitui uma autarquia, tem resultado confundi-la com as autarquias federais comuns, quando ente autônomo é que ele é, não sujeitável a leis gerais destinadas a disciplinar as atividades dos órgãos integrantes de qualquer das três órbitas de governo. Por força de convênios, está destinado a reger-se pela disposição de vontade dos diferentes governos — o federal, os estaduais e os municipais —, associados para a uniformização e o aperfeiçoamento da estatística e da geografia em todo o País

Assim, têm ocorrido algumas dificuldades, oriundas de oscilação na interpretação de textos legais, no que concerne nos quadros fun-

cionais do Instituto, necessidade de uma estruturação plástica, adaptável às peculiaridades do sistema

O elenco de resoluções de ambos os Conselhos dá idéia dos embaraços verificados e de ajustamentos conseguidos, sobretudo na parte de pessoal

Desejo salientar que onde esses ajustamentos eram de maior vulto, no Conselho Nacional de Estatística, foram realizados atendendo-se a justas reivindicações de servidores, com a reestruturação dos quadros das Inspetorias e Agências Municipais e a revisão do enquadramento dos funcionários da Secretaria-Geral. Em todas essas repartições o pessoal é recrutado pelo sistema de mérito, que prevalece, igualmente, para as promoções semestrais, cuja rotina restabeleci. Grato me foi, também, ver assinalada minha administração pelo preenchimento de uma lacuna que não era mais lícito admitir-se, ao aproximar-se já o Instituto dos vinte anos de existência: a instituição do sistema de aposentadoria para os funcionários de ambos os Conselhos

Dentre outras medidas executadas ou empreendidas, e que me dispensarei de referir, mencionarei, apenas, também rapidamente, o plano de aquisição de sedes próprias para Inspetorias Regionais em várias Unidades Federadas; a reforma das instalações de alguns órgãos da Secretaria-Geral; os estudos realizados para a ampliação do núcleo residencial do Serviço Gráfico; e, sobretudo, o apreciável reforço de equipamento desse Serviço, em proveito da alta eficiência que vem apresentando

A rede de Inspetorias Regionais e Agências Municipais de Estatística realizou considerável progresso nos trabalhos de coleta, em todo o País, de maneira a poder encaminhar aos órgãos apuradores, ainda no primeiro semestre deste ano, devidamente preenchidos, 97% dos formulários da Campanha Estatística relativa ao ano anterior. Assinalou-se, desse modo, em 1955, verdadeiro recorde de brevidade, na execução dos levantamentos a cargo do Instituto

Na apresentação dos resultados dos Inquéritos Econômicos, antes realizados apenas nas capitais, foi eliminado um retardamento da ordem de 18 meses, apesar de sua execução ter passado a abranger 138 municípios. Já se acham elaborados os dados referentes a julho último, prevendo-se que a defasagem será ainda menor no próximo mês

Quanto à apuração da estatística de exportação do Distrito Federal por vias internas, deu-se continuidade à aplicação do método da amostragem, conseguindo-se satisfatória atualização, pois já está sendo ultimada a apuração relativa a setembro findo

Mesmo na elaboração dos dados consignados no Registro Industrial, inquérito que tem funcionado através de lamentáveis vicissitudes, pela primeira vez foi possível divulgar dados referentes à "produção industrial brasileira", com base nos boletins de 1952. Espera-se fazer o mesmo com relação a 1953, para o que se acelera, no momento, a apuração de cinco restantes, Unidades da Federação

Todos esses êxitos foram devidos à intensificação da cooperação prestada pela Secretaria-Geral aos órgãos regionais e federais, assim como à já mencionada atividade da rede de coleta estimulada por chefes dedicados e capazes, e pelas medidas administrativas tomadas em favor dos servidores em geral

Tanto quanto o aperfeiçoamento da coleta e da elaboração dos dados estatísticos, sua divulgação mereceu decidido interesse. Além das publicações periódicas, a "Revista Brasileira de Estatística", a "Revista Brasileira dos Municípios" e o "Boletim Estatístico", mantidos em dia, o "Anuário Brasileiro de Estatística", referente a 1955, está em fase final de impressão. Dêle já se antecipou o lançamento de um resumo em inglês, ilustrado com fotografias. Acham-se em preparo edições em outros idiomas. A nova série de monografias municipais, com ilustrações, tem merecido gerais aplausos

Volumes destinados à divulgação do quadro territorial e administrativo do País, legislação do CNE e estudos especiais: comunicados distribuídos à imprensa; contribuições técnicas para conferências internacionais testemunharam, igualmente, a atividade desenvolvida nesse setor

Obedeceram todas as repartições integrantes do sistema a novos dispositivos e instruções da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística, em sua reunião de julho, verificada em ambiente de cordialidade e fecundo entendimento. Sucedeu esse encontro, aliás, às memoráveis conferências internacionais realizadas em nosso país, que se tornou, em meados do ano corrente, o centro da estatística mundial

A 3ª Sessão da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais; a III Conferência Interamericana de Estatística; a 29ª Sessão do tradicional Instituto Internacional de Estatística, além de outras reuniões especializadas, trouxeram ao Brasil dirigentes estatísticos e cientistas de renome e deram oportunidade a uma reafirmação de prestígio e singular relevo ao IBGE e aos técnicos brasileiros

Dessa projeção do Instituto no plano internacional é também testemunho a realização, no mês próximo, nesta capital, do Seminário Latino-Americano sobre Estudos Demográficos, nos termos do acordo celebrado entre o IBGE e a Organização das Nações Unidas

Para o realce da estatística brasileira nos meios científicos do País e do exterior muito vem contribuindo o aperfeiçoamento de seu quadro técnico, que nos cursos regulares da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, quer em cursos especiais realizados no estrangeiro, e, de modo especial, a atuação do Laboratório de Estatística, ao qual se deve crescente acervo de estudos sobre a realidade demográfica, econômica e social do País, revelada pelos números

No setor dos trabalhos finais do Recenseamento Geral de 1950, cujo encerramento fora inicialmente previsto para 31 de dezembro de 1953, mas que ainda se prolongavam, em ritmo pouco satisfatório, em igual data de 1954, tivemos que empreender o máximo esforço

Balanceda a situação encontrada e organizado um plano de intensificação das tarefas restantes, estabeleceu-se a conclusão das apurações censitárias para outubro do ano próximo. Entretanto, a verificação do andamento dos trabalhos até agora permite antecipar de muito essa data final

Em dez meses, elevou-se de 6 para 24 o número de Unidades da Federação cujo Censo Demográfico foi concluído; no Censo Agrícola, de 2 para 16; no Censo Industrial, de 1 para 11; no Censo dos Serviços, de 1 para 25; e no Censo Comercial, de 1 para 11

A divulgação vem se processando no mesmo ritmo acelerado, para isso se tendo conseguido quintuplicar a produção no setor de preparo de originais. Em janeiro próximo deve estar ultimada a elaboração dos volumes da Série Nacional do plano de publicação dos resultados censitários

Posso afirmar, sem desejo de crítica nem intenção de menosprezo ao que encontramos em execução, haveremos conseguido realizar, em dez meses, no setor censitário, um trabalho que honra a capacidade do técnico designado para essa missão, assim como recomenda ao nosso reconhecimento a dedicação de seus colaboradores

No Conselho Nacional de Geografia, cujas atividades possuem tantas afinidades com as de V. Excia., no domínio das letras históricas, V. Excia. verá concluir-se, no início do próximo ano, o preparo das folhas da Carta do Brasil na escala de 1 por 500 mil, fase a que se seguirá a redução para a escala ao milionésimo

Por outro lado, aprimorando o grau de preparo e eficiência das suas turmas de campo,

melhorando o sistema de levantamentos pelo emprego mais detalhado da fotogrametria e com auxílio de instrumentos mais adequados, coloca-se o Conselho em condições de passar à produção intensiva das folhas da carta de 1 para 250 mil, de informações mais pormenorizadas do que as outras e adotada como carta fundamental de comunicações e manobras militares

e mais não fez o CNG, nesse particular, deve-se isto às severas limitações impostas pelo encarecimento dos serviços e utilidades, apenas aliviadas, na parte de equipamento, graças à cooperação do Interamerican Geodetic Survey

Continua também o Conselho a suprir o País de mapas, tendo lançado, este ano, cerca de 75 000 exemplares, na escala de 1 por 5 milhões, impressos a cores, além de outros da área da Hiléia Amazônica e do Planalto Central

Mediante convênio com o Ministério da Educação e Cultura, está elaborando, para entrega ainda dentro do vigente período presidencial da República, um Atlas Escolar. Deve referir ainda, nesse particular, a elaboração de uma carta da vegetação original e atual do Brasil e a conclusão da série de mapas da população das Unidades Federadas, de acordo com os Censos de 1940 e 1950

Não se descuidando das bases em que o próprio sistema deve buscar sua seiva, segundo o princípio da cooperação interadministrativa de que o IBGE é o maior expoente, selão o pioneiro, procurou o Conselho incentivar as atividades geográficas dos órgãos regionais, aprofundando as medidas de estímulo e cooperação estabelecidas anteriormente

No campo da divulgação geográfica, assegurou-se a continuidade da publicação dos órgãos trimestral e bimestral do CNG — "Revista Brasileira de Geografia" e "Boletim Geográfico". Dois livros de estudos geográficos, sobre o Território do Acre e o Estado de São Paulo, foram publicados. No período a que me reporto, apareceu também o primeiro "Anuário Geográfico do Brasil", feliz iniciativa da administração a que me coube suceder

Está o CNG, neste momento, com um honroso encargo que bastaria para absorver-lhe os meios de ação, qual seja o dos preparativos do 18º Congresso Internacional de Geografia, a realizar-se em agosto do ano próximo. Cumpra-lhe, com efeito, assegurar toda a cooperação à Comissão Organizadora desse Congresso, cuja presidência cabe ao presidente do IBGE. A organização das excursões, que constituem o próprio conteúdo da grande assembleia geográfica mundial, está requerendo os melhores esforços, a começar pela elaboração de livros-guias, que, pela riqueza das informações e a autoridade de seus autores, entre os quais especialistas estranhos aos quadros do Conselho, representarão uma importante contribuição ao conhecimento geográfico das regiões a serem percorridas pelos congressistas

A projeção da ala de geografia do Instituto no exterior já é notável, como se vê da cooperação existente entre ela e o Instituto Pan-americano de Geografia e História. O Conselho fez-se representar, por uma delegação, à VI Assembleia Geral do Instituto Pan-americano, realizada em julho-agosto do corrente ano na cidade do México, juntamente com as Reuniões de Consulta sobre Geografia, História e Cartografia. O prestígio da Geografia brasileira no Continente foi mais uma vez evidenciado, pela eleição do Secretário-Geral do Conselho para Presidente da Comissão de Geografia do mesmo Instituto.

Senhor Presidente,

Tendo aqui entrado, para o desempenho do cargo que recebi, sem o discurso de praxe, por nada me ser dado no momento prometer, perdoe-me Vossa Excelência haver-me alongado, ao sair, em considerações, que não importam em ufania própria, mas no reconhe-

cimento apenas de que a obra do IBGE, por V. Excia. iniciada, sempre se aprimora e se engrandece se a servem aqueles que, identificados com a sua finalidade, aqui se congregam no mesmo espírito de construção e no mesmo sentimento de amor.

Por isso, desejo reiterar, nesta oportunidade, o testemunho da minha admiração e do meu reconhecimento aos ilustres patrióticos que me honraram com o seu apoio e sua cooperação nos colégios dirigentes do IBGE, aos dedicados, leais e competentes Secretários-Gerais dos dois Conselhos, Dr. Waldemar Lopes, da Estatística, e Dr. Fábio de Macedo Soares Guimarães, da Geografia, cuja escolha, em hora de feliz inspiração, me permitiu desempenhar a honrosa missão a mim conferida pelo benemérito governo do Eminente Presidente Café Filho, e por fim a todo o funcionalismo, verdadeira elite profissional que aqui encontrei

Sem jamais poder desinteressar-me dos destinos desta entidade, como antes mesmo de presidir-lhe tive ocasião de demonstrar, sinto-me feliz em vê-la poupada e engrandecida com a volta às mãos de V. Excia., no momento em que o regime constitucional é varido por uma tormenta inquietadora

V. Excia. constitua, nesta emergência, uma garantia e uma proteção para os ideais ibgeanos. E os meus votos são para que aqui V. Excia. venha novamente animá-los e robustecê-los, não apenas numa breve transitoriedade, porém por muitos anos, com a sempre renovada força do seu saber e do seu civismo "

DISCURSO do Embaixador Macedo Soares — Em seguida, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares pronunciou o seguinte discurso de posse:

"Ao assumir, neste momento, a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por força da honrosa incumbência com que me distinguiu o Senhor Presidente da República, Senador Nereu Ramos, desejo confessar que experimento grata emoção. É que retorno, depois de alguns anos de ausência, à direção de uma Casa que é, de certomodo, minha Casa também — a Casa do Brasil, cuja história está ligada à própria história de minha vida pública

Guardo bem nítida a lembrança dos primórdios desta grande instituição, desde quando era apenas um ideal em marcha a implantação de um regime eficiente de coordenação e aperfeiçoamento das atividades geográficas e estatísticas brasileiras

Os trabalhos que nesse campo se levavam a efeito, àquela época, traziam a marca da descontinuidade, não possibilitando base segura para os estudos necessários à boa ordem administrativa e ao progresso do País. Os fatos evidenciavam a conveniência de adotar-se um sistema diferente do que até então prevalecia e que se caracterizava pela desarticulação dos serviços de estatística e de geografia, cada qual realizando suas tarefas sem o mínimo entrosamento, com dispersão de esforços e gastos, em prejuízo do interesse público

A fórmula da cooperação interadministrativa, que o IBGE consubstancia, constituiu uma audaciosa inovação nos quadros da ação governamental. E justamente por ser uma fórmula original exigiu, de início, um longo trabalho de persuasão e esclarecimento, destinado a conquistar o apoio e a simpatia de todos os que a ela se opunham, por desconhecimento as suas magníficas virtualidades

Contudo, os obstáculos que se apresentaram à ação do IBGE foram admiravelmente vencidos, graças ao ímpeto idealista e à inquebrantável pertinácia dos pioneiros, dentre os quais quero ressaltar o nome de Mário Augusto Teixeira de Freitas, a cujo patriotismo e espírito apostolar devem ser rendidas todas as homenagens. A medida que se iam evidenciando as vantagens do sistema instituído, atra-

vés, sobretudo, de iniciativa e realizações do maior alcance e importância, no campo da estatística e da geografia, mais se consolidava o prestígio do Instituto, quer nos círculos administrativos, quer perante as forças da opinião

Gostaria de referir, neste passo, uma curiosa coincidência histórica. Em 1936, o então Presidente Getúlio Vargas se dispôs a instalar o Instituto Nacional de Estatística, que ele próprio criara, dois anos antes, atendendo às razões expostas no estudo que lhe fora encaminhado pelo Ministro Juarez Távora. Já haviam os Diretores dos Serviços especializados dos Ministérios conseguido, sob minha presidência, a unificação das estatísticas nacionais, de que resultou o "Brasil — 1935"

Convidou-me, então, o Presidente Getúlio Vargas para dirigir o Instituto. Fiz-lhe ver que não estava devidamente habilitado para cumprir a missão. Por três vezes ele insistiu, recebendo sempre a mesma recusa.

Com surpresa li nos jornais o decreto que me nomeava Presidente interino do novo órgão. Recusei-me durante meses a tomar posse do cargo, até que o Presidente Vargas, mandando esvaziar algumas salas do segundo andar do Palácio do Catete, m'as ofereceu para nelas instalar o Instituto.

Foi o próprio Presidente Vargas que, com indistigável satisfação, fez os convites para a cerimônia de minha posse. E diante do Ministério, convocado especialmente para o ato, e dos mais graduados elementos do funcionalismo público, pronunciou ele, ao dar-me posse, aquelas palavras que se tornaram oraculares: "Tenho tal interesse pelo Instituto Nacional de Estatística que lhes dei a minha Casa e o meu Ministro."

Dezenove anos depois, vejo-me novamente convocado, quando nas funções de titular da pasta das Relações Exteriores, para dirigir internamente o IBGE. Não há dúvida de que a história às vezes se repete.

Cresce de intensidade o regosijo íntimo com que volto à presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística pelo fato de recebê-lo agora das mãos do eminente brasileiro e meu prezadíssimo amigo, Acadêmico Elmano Cardim, a quem esta Casa deve — posso afirmá-lo sem sombra de dúvida — os mais relevantes serviços. Graças às suas altas qualidades de homem público, Elmano Cardim, dando notável demonstração de equilíbrio, senso de valores e firmeza de ação, reintegrou definitivamente o IBGE na sua trilha tradicional, sob o signo da paz e do trabalho, assegurando aos que aqui labutam condições de tranqüilidade e confiança cujos efeitos se refletem, de forma nitida, no elevado nível de eficiência alcançado pelo sistema estatístico-geográfico nos últimos tempos. O nome de Elmano Cardim está vinculado, além do mais, a uma série de empreendimentos administrativos e realizações de sentido técnico e cultural, à altura do conceito de que goza no País o IBGE e da sua projeção internacional.

Senhor Elmano Cardim: Afastando-se deste "Lar feliz", V. Excia. deixa emocionada e saudosa a família ibgeana.

Considero motivo de profundo júbilo cívico o verificar que se transformou em realidade indestrutível o sonho de Teixeira de Freitas. Nas duas alas do IBGE uns se esforçam para oferecer às atuais e às futuras gerações os mapas necessários aos seus estudos, enquanto outros coletam, coordenam e analisam os números que retratam os fenômenos básicos da vida brasileira. O fecundo Labor que aqui se desenvolve caracteriza-se pelo espírito de cooperação e pelo ânimo construtivo, sem o que o esforço do homem perde o alcance e às vezes se torna vão.

Estou certo de que não me faltará, nesta conjuntura, como não me faltou em nenhuma outra, a valiosa cooperação dos órgãos executivos e deliberativos do Instituto e de seu admirável funcionalismo, cuja dedicação exemplar eu bem conheço.

O IBGE tem sabido manter-se fiel a seu destino. Servi-lo, em qualquer pósto e em qualquer circunstância, é uma honra e um alto privilégio, porque é, antes de tudo, servir ao Brasil."

DISCURSO do Sr. Achilles Scorzelli Júnior — Fazendo entrega, ao Sr. Elmano Cardim, da Resolução n.º 486 da Junta Executiva Central do CNE, o Sr. Achilles Scorzelli Júnior, diretor do Serviço de Estatística da Saúde, do Ministério da Saúde, pronunciou o discurso seguinte:

"Não foi, certamente, para vos apresentar meras expressões de pesar que a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística me designou para interpretar seus sentimentos neste ato, que, efetivamente, assinala o término de vossa gestão à frente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Porque, na realidade, não cabe, numa ocasião como esta, o domínio de manifestações simplesmente afetivas, dado que a elas se sobrepõe a impressão objetiva decorrente da inspeção dos resultados de uma administração que se encerra.

O que, principalmente, cumpre é o exame dos atos de uma chefia, para que se possa daí recolher os ensinamentos que visem a aprimorar o exercício da autoridade.

E é com este espírito que, satisfeitos, assinalamos a eficiência de vossa direção, que enriquece a história do IBGE, com a demonstração, aqui efetuada, de vossas qualidades de humanidade, ponderação, descortínio e cordialidade.

Indubitavelmente, as virtudes de uma administração dependem, de certo modo, de saber o chefe, adequadamente, integrar-se no sistema que dirige, sentindo-lhe a natureza e a evolução, para proveitosamente nortear-lhe os rumos e obter os melhores resultados.

Dêste modo, soubestes ser um membro da Junta Executiva Central, participando de sua consciência e atuação, e lhe permitindo, assim, cumprir, do melhor modo, a parte que lhe compete atender.

Baseando vossa administração em homens capazes e experimentados, que fostes buscar no seio mesmo do Conselho Nacional de Estatística, soubestes unir a uma profícua maneira de conduzir o órgão colegiado os elementos indispensáveis a que fosse assegurado o êxito dos empreendimentos objetivados.

Pudestes, destarte marcar vossa passagem pela Presidência do IBGE com fatos primorosos, como sejam, entre outros, a realização de mais uma Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, não obstante o grandioso esforço e sucesso representado pelas Conferências Interamericana e Internacional de Estatística, efetuadas sob o patrocínio desta Casa, a reestruturação dos diversos quadros de pessoal, o desenvolvimento acelerado da apuração e publicação do Censo de 1950.

Não poderíamos escarpelar toda vossa atuação, até desvendar-lhe os detalhes, sem ai evidenciarmos a participação que tivemos, por vossa superior compreensão e deliberada decisão.

Nesta liberalidade a argúcia reside, com efeito, uma das peculiares e marcantes facetas de vossa personalidade como Presidente do IBGE.

Desculpai-me, entretanto, que a análise e o encômio, que faço de vossa administração, não tenham sido bordados com tropos e imagens condizentes com vossas qualidades de destacado cultor de nossas letras.

Revestem-se, porém, em sua simplicidade, do propósito, não sei se por mim expresso com a desejada felicidade, de vos trazer o reconhecimento da Junta Executiva Central por vossa esclarecida e eficaz direção.

Sr Dr Elmano Cardim!

Na realidade, não vos retirais integralmente desta Casa, que guardará, segundo suas nobres tradições, a lembrança de vosso comando

Nem vos podeis afastar do IBGE, que, por sua grandiosidade, se projetará por toda vossa vida, como sombra benfazeja, que sempre refrescará vossa memória, trazendo-vos a grata recordação de bem ter servido ao Brasil

Temos a honra e felicidade de ser testemunhas de terdes passado ao Presidente que ressurgiu nesta Casa, a que deu, em época passada, o brilho de sua inteligência e as virtudes de sua operosidade, reluzente o bastão de seu comando

Ao ensejo de transmitirdes o cargo a vosso sucessor, recebei, pois, as devidas e sinceras homenagens de vossos companheiros da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, que aprovou a seguinte Resolução:

RESOLUÇÃO N° 486, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1955

Presta homenagem ao Sr Elmano Cardim, ex-Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e manifesta-lhe o reconhecimento do Conselho

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que o Sr Elmano Cardim, embora haja exercido a Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em fase difícil da vida política e administrativa do País, soube assegurar à entidade o clima de ordem, tranquilidade e trabalho indispensável a sua perfeita integração nos princípios e normas de sua tradição;

considerando que, no período de pouco mais de um ano, que tanto durou a gestão do Sr Elmano Cardim, venceu o Conselho Nacional de Estatística uma das etapas mais fecundas de sua existência, prestigiados os órgãos de cúpula, Assembléia Geral e Junta Executiva Central, pelo acatamento à sua autonomia e pelo respeito ao seu campo de competência, e apoiada a Secretaria-Geral, em sua atuação, encorajada em suas realizações e estimulada em suas iniciativas pela autoridade moral e pela firme visão orientadora do Presidente, na solução dos problemas administrativos;

considerando haver o Sr Elmano Cardim honrado o cargo de Presidente do Instituto e do Conselho, pela dignidade, equilíbrio e austeridade com que o exerceu, pelo zelo com que defendeu a instituição de influências estranhas aos interesses do serviço público e pela proficiência com que representou a entidade em suas relações com os órgãos governamentais e com as organizações internacionais a que está vinculada;

considerando que as realizações do Conselho Nacional de Estatística, de outubro de 1954 até esta data, se devem, reconhecidamente, à orientação esclarecida e ao decidido apoio do Presidente Elmano Cardim e constituem serviços inestimáveis que, com patriotismo e desinteresse, prestou ao sistema estatístico brasileiro

RESOLVE:

Art 1° — O Conselho Nacional de Estatística, num preito de justiça ao Sr Elmano Cardim, pela forma como exerceu o cargo de Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Conselho, rende-lhe a homenagem de sua admiração, ao mesmo tempo em que lhe manifesta o seu reconhecimento pelos serviços que prestou à Estatística brasileira

Art. 2° — O Conselho assinala, de modo particular, entre as realizações e iniciativas levadas a efeito na administração Elmano Cardim:

a) aquisição de sedes para Inspetorias Regionais de Estatística, segundo plano ora em execução;

b) reestruturação das Inspetorias e das Agências Municipais de Estatística;

c) implantação do sistema de promoções, nos quadros de pessoal do Conselho;

d) instituição do regime de aposentadoria para os servidores da Secretaria-Geral, inclusive Inspetorias e Agências;

e) revisão dos enquadramentos de pessoal decorrentes da Resolução JEC-404;

f) concessão de abono especial aos servidores das Inspetorias e Agências;

g) reorganização do Serviço Nacional de Recenseamento, com o objetivo de abreviar a conclusão dos trabalhos do Censo de 1950, prevista, em decorrência das medidas tomadas, para fins de janeiro de 1956;

h) ampliação do equipamento do Serviço Gráfico do Instituto, com a aquisição de novas máquinas;

i) realização, no Brasil, com brilhante êxito, da III Conferência Interamericana de Estatística, XXIX Sessão do Instituto Internacional de Estatística, III Sessão da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais e I Sessão da Comissão de Educação Estatística;

j) convênio com a Organização das Nações Unidas para a realização, no Rio de Janeiro, do Seminário Latino-Americano sobre Estudos Demográficos;

k) aceleração da coleta estatística em geral, bem assim atualização dos levantamentos de responsabilidade da Secretaria-Geral do Conselho e revisão dos respectivos planos;

l) instalação de Agências de Estatística em 220 novos municípios;

m) reorganização dos serviços de transporte e oficinas da Secretaria-Geral do Conselho;

n) reforma das instalações da Biblioteca e da Tesouraria da mesma Secretaria-Geral;

o) desenvolvimento do plano de difusão das estatísticas brasileiras, em repositórios numéricos e em análises e comentários, e lançamento da nova série de monografias municipais

Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 1955, ano 20° do Instituto"

DISCURSO do coronel Moreira Lobato — Fazendo entrega, ao Sr Elmano Cardim, da Resolução n° 511, do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, que expressa homenagem e reconhecimento ao ex-presidente do IBGE pelos serviços prestados à geografia brasileira, o coronel Jacinto Dulcardo Moreira Lobato proferiu o seguinte discurso:

"O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia me incumbiu de fazer entrega a V. Excia da Resolução cuja leitura tenho a honra de proceder neste momento:

RESOLUÇÃO N° 511, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1955

Expressa homenagem e agradecimento ao Senhor Doutor Elmano Gomes Cardim

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso de suas atribuições,

considerando o inesperado afastamento do Senhor Doutor Elmano Gomes Cardim da presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

considerando que Sua Excelência, embora tenha exercido a Presidência por pouco mais de um ano, faz-se credor da homenagem e admiração do Conselho pela maneira

com que se integrou na causa e nos problemas ibgeanos,

RESOLVE:

Artigo único — O Conselho Nacional de Geografia presta calorosa homenagem ao Senhor Doutor Elmano Gomes Cardim, por ocasião de seu afastamento da presidência do Instituto e expressa o mais sincero reconhecimento a tão eminente homem público pela sua atuação serena e firme, ao conduzir os destinos desta Instituição e por ter honrado e dignificado o cargo que lhe foi confiado

Rio de Janeiro, em 22 de novembro de 1955, Ano XX do Instituto

Devo declarar especialmente a V. Excia., que o cumprimento desta missão me é de certo modo penoso, porque não deixa de ser este ato que aqui nos reúne, uma cena de despedida. E como toda separação, todo afastamento é uma violência a sentimentos afetivos, não me posso furtar ao sentimento de mágoa que a todos nos confrange ao apêto de mão da partida.

Dr. Elmano Cardim, V. Excia. há de permitir-nos, ao lhe manifestarmos nesta simples porém significativa cerimônia, o respeito e a amizade que lhe dedicamos, expressar-lhe ainda a profunda convicção de que tivemos sob a Presidência de V. Excia., a atuação serena e criteriosa, firme e discreta, justa e clarividente, de um notável chefe. No decorrer desse tempo que se alongou por pouco mais de um ano, todos logo aprendemos a reconhecer e prezar em V. Excia. as suas insígnias qualidades quer de caráter, quer de inteligência, seu espírito de homem público sempre voltado para os altos assuntos da Pátria, a grandeza de seu boníssimo coração, norteando impecável proceder. Ao apartar-se de nós, deixa-nos o edificante exemplo de sua retidão como administrador, a dignidade de homem público que consolidou sua formação espiritual libada na fonte pura do mais puro patriotismo e esse traço tão caracteristicamente seu: o encanto da afabilidade, o gesto simples a traír uma fina sensibilidade. E leva como atributo seu a admiração sincera, a estima e a amizade verdadeira de cada um e de todos quantos aqui labutam, testemunho persuasivo do que podem os méritos próprios grangear e consolidar, quando ao serviço da cultura, da experiência, da dignidade e do justo procedimento.

Queira V. Excia. pois, aceitar esta singela homenagem que por justiça, lhe é devida, e que na proporção, muito aquém está dos dotes admiráveis da sua personalidade.

E a V. Excia., Sr. Ministro José Carlos de Macedo Soares, o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, bem como a Secretaria-Geral desejam apresentar os votos de "Boas Vindas", fazendo-me intérprete não somente de tais votos, senão ainda das referências que especialmente tem a intenção de pôr em destaque, nesta ocasião em que V. Excia. novamente é investido nas elevadas funções de Presidente deste Instituto.

É circunstância muito relevante para esta Casa ter a honra e a satisfação de ver à testa dos seus destinos o mesmo estadista que teve o mérito de ser o seu fundador.

V. Excia., Sr. Ministro Macedo Soares, volve à direção da mesma instituição cuja existência é o fruto de seu labor, de sua dedicação ao serviço público, de seu constante empenho pelas cousas da pátria e nela vem encontrar os seus conhecidos e dedicados amigos, para quem a presença de V. Excia. é uma segurança e é um prêmio. Segurança, quanto à continuidade da obra que V. Excia. iniciou e pela qual nunca deixou de se interessar. Prêmio porque, ao sofrer esta Casa grande abalo com o afastamento da eminente personalidade que lhe dirigia os rumos, só o reingresso de seu fundador, só a presença de V. Excia., leal amigo do que se afasta, poderia mitigar a tristeza que a todos penetrou.

V. Excia. que vem descrevendo brilhante e vitoriosa trajetória nesta vida, deixando após si o traço luminoso de suas realizações e de suas conquistas; pela terceira vez Ministro de Estado, Presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Presidente da Academia Brasileira de Letras e pela segunda vez Presidente deste Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é bem a mira de mais acertada escolha. Os superiores dotes do seu largo espírito e a serenidade de sua exemplar conduta em todas as oportunidades, o senso das responsabilidades de homem público e estadista são os ornamentos do insigne patriota que Vossa Excelência é, os florões da grinalda que lhe envolve a fronte de imortal e cujas representações materiais se estampam nos bordados do fardão com que se revestem os eleitos da Academia. E V. Excia. é um deles.

Assim, com a segura garantia de tantos méritos, esta casa só pode estar tranqüila pela volta de V. Excia.

Congratulemo-nos todos e receba V. Excia., estes votos de boa vinda como os augúrios de fecunda e benéfica administração à frente deste Instituto."

CONCURSO GIORGIO MORTARA

A SOCIEDADE Brasileira de Estatística instituiu o "Concurso Giorgio Mortara", em homenagem ao eminente estatístico que tantos serviços tem prestado à estatística brasileira, na qualidade de Assessor do Conselho Nacional de Estatística e diretor do Laboratório de Estatística.

O Concurso destina-se a premiar trabalhos originais, inéditos, fundamentados em levantamentos efetuados pelo Sistema Estatístico Brasileiro.

Somente poderão concorrer ao concurso os servidores dos Órgãos Regionais do Sistema Estatístico, inclusive os das Inspetorias Regionais de Estatística Municipal.

Os prêmios a serem conferidos serão os seguintes, oferecidos pela Secretaria-Geral do CNE e pela SBE:

- 1º prêmio, no valor de Cr\$ 10 000,00
- 2º prêmio, no valor de Cr\$ 7 000,00
- 3º prêmio, no valor de Cr\$ 5 000,00
- 4º prêmio, no valor de Cr\$ 3 000,00

Os trabalhos devem ser datilografados em três vias e espaço dois, ocupando apenas uma das faces do papel de formato ofício. O número de páginas datilografadas não deve ser inferior a vinte, nem exceder a cem, todas numeradas e rubricadas pelo autor, que assinará a última.

Os trabalhos serão capeados por fôlha de papel de formato duplo ofício. Na capa da frente, serão consignadas pelo autor as seguintes indicações:

Concurso Giorgio Mortara

Trabalho apresentado por:
Funcionário do:

Os trabalhos devem ser encaminhados, entre 5 e 30 de abril de 1956, aos Inspectores Regionais de Estatística Municipal, que darão recibo a cada concorrente.

Os Inspectores encaminharão à Sociedade Brasileira de Estatística, como encomenda aérea, a relação dos concorrentes (nome e cargo) e as três vias dos trabalhos apresentados. Na 1ª via o Inspetor indicará o cargo ou função exercida pelo autor e o órgão em que o mesmo tem exercício.

Recebidos esses elementos, o Presidente da SBE os encaminhará à Comissão Julgadora, escolhida pela Diretoria, para classificar aqueles que devem receber os prêmios.

Se a Comissão Julgadora assim o entender, podem deixar de ser concedidos um, mais de um ou todos os prêmios.

A decisão da Comissão Julgadora, depois de homologada pela Diretoria da SBE, não poderá ser revista, sob qualquer pretexto.

Somente serão divulgados os nomes dos concorrentes que vierem a ser premiados ou que fizerem jus, a critério da Comissão Julgadora, a "menção honrosa".

Os trabalhos que forem premiados ou obtiverem "menção honrosa" poderão ser divulgados pela sociedade na *REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA* ou como publicações especiais.

No julgamento será levado em conta:

a) a utilidade prática do trabalho, os aspectos nele abrangidos e a contribuição pessoal do autor;

b) a clareza, a simplicidade e a precisão da exposição, bem como a correção da linguagem;

c) a originalidade e a objetividade com que o tema fôr desenvolvido.

A coordenação dos trabalhos do concurso ficará a cargo do 1º Secretário da SBE.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Sociedade, que poderá submetê-los à Diretoria da entidade.

ATIVIDADES DA JEC

★ 7 de outubro, sessão ordinária — O sr Alberto Martins comunicou ter tido êxito a missão de dois técnicos do IBGE no Paraná, no sentido de promover a melhoria dos trabalhos da estatística educacional.

O Secretário-Geral fez, entre outras, as seguintes comunicações: a) foram ratificados, por 114 municípios, os Convênios Nacionais de Estatística Municipal; b) o II Congresso Fluminense de Esperanto aprovou um voto de homenagem ao IBGE pela obra que vem levando a efeito; c) a IR de Minas vinha colaborando na apuração das eleições presidenciais; d) o Prefeito Municipal de Diamantina (Minas) instituiu um concurso escolar, com base na monografia recentemente publicada pelo Conselho, sobre aquele município; e) a Assembléia Legislativa de Alagoas aprovou um voto de congratulações com o CNE pela divulgação regular de monografias municipais.

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) homologou Resolução da JERE de Goiás, referente à distribuição de auxílio do CNE; b) aprovou votos de congratulações com o "Jornal do Comércio", do Rio, pela passagem, no dia 1º, do 129º aniversário de sua fundação; com o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, pela passagem, no dia 6, do seu aniversário natalício; com o Sr. Valdemar Cavalcanti, diretor de Documentação e Divulgação, por lhe ter sido conferido o Prêmio Prefeitura Municipal de São Paulo; com o Sr. Artur Ferreira, Inspetor Regional na Bahia, pela eficiência demonstrada no exercício dessa função.

Publicações distribuídas: *Boletim Estatístico*, julho/setembro; *Montes Claros*, monografia municipal; *Exportação do Distrito Federal por vias internas* (2º trimestre de 1955).

★ 14 de outubro, sessão extraordinária — O Sr. Afonso Almiro fez entrega à Junta de um estudo sobre o projeto de consolidação das normas de apresentação tabular da estatística brasileira.

A Casa tomou conhecimento do pedido de filiação ao sistema estatístico nacional formulado pelo Instituto Joaquim Nabuco, do Ministério da Educação e Cultura. O respectivo processo foi entregue a um relator especial, para emitir parecer.

A Junta tomou, entre outras, as seguintes deliberações: a) autorizou a concessão de auxílio especial para a realização do Natal dos filhos dos funcionários do IBGE; b) aprovou prestação de contas do DEE do Espírito Santo, referente a auxílio especial para um curso de estatística; c) indeferiu requerimento de firma construtora, relativamente a aumento do orçamento de obras realizadas na garagem do IBGE; d) aprovou votos de congratulações com a FAO, pela passagem do 10º aniversário de sua fundação; com a Prefeitura Municipal de Salvador, pelas providências tomadas para o próximo Congresso Nacional de Turismo. Sobre este assunto, o Secretário-Geral comunicou que o CNE estava colaborando com aquela Prefeitura e deveria distribuir, na época do Congresso, a monografia municipal de Salvador.

Publicações distribuídas: *Londrina*, monografia municipal; *Problemas de Base do Brasil*, 4ª edição; *Estudo geográfico do Território do Acre*; *A Bacia do Rio Doce*; *Revista Brasileira de Geografia*, julho/setembro de 1954; *Notas sobre a evolução da ocupação humana da Baixada Fluminense*; *Produção de milho e suínos no Brasil meridional*; *Boletim Geográfico*, números de julho/agosto e setembro/outubro de 1954

★ 21 de outubro, sessão ordinária — O Secretário-Geral fez, entre outras, as seguintes comunicações: a) o Prefeito de Salvador agradeceu ao CNE a colaboração prestada na reorganização do serviço municipal de estatística; b) fôra instituído pela Sociedade Brasileira de Estatística o Concurso Giorgio Mortara, entre funcionários dos órgãos regionais do sistema estatístico; c) a Secretaria-Geral concluiu estudos para a criação de um Centro de Treinamento e Aplicação da Amostragem nas Estatísticas Agrícolas, em Pernambuco, havendo elaborado projeto de Resolução para exame da Junta

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou a prestação de contas da Secretaria-Geral, relativa ao primeiro semestre de 1955; b) baixou as Resoluções números 483 e 484, abrindo créditos especiais; c) aprovou a prestação de contas do DEE de Alagoas, relativa ao auxílio concedido em 1954; d) concedeu isenção do selo de estatística ao Museu de Arte Moderna, de São Paulo, para a exibição de filmes documentários e para a Temporada Lirica do corrente ano, também em São Paulo; e) designou comissão especial para dar parecer sobre o projeto de Resolução referente a alterações no quadro de pessoal do Conselho; f) aprovou os seguintes votos: de congratulações — com o Ministério da Aeronáutica, pela Semana da Asa; com o CNG, pela publicação do primeiro *Anuário Brasileiro de Geografia*; com o Sr. Luís Dodsworth Martins, pela sua eleição para as funções de presidente do Conselho Nacional de Economia; de agradecimento — aos Srs. José Maria Whitaker e Francisco Sá Filho, ex-Ministro da Fazenda e ex-Diretor-Geral de Administração da Fazenda, respectivamente, pela cooperação prestada ao sistema estatístico nacional; de pesar — pelo falecimento dos Srs. Carlos Dávila, Secretário-Geral da OEA, Luiz Palmier, membro do Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio, e Padre João Batista Lema, pioneiro da estatística do culto católico

Na parte da sessão dedicada a assuntos censitários, o Sr. Waldemar Lopes fez à Casa mais as seguintes comunicações: a) a apuração do Censo de 1950, pelo SNR, deverá ser concluída em janeiro de 1956; b) estava sendo preparado pela Secretaria-Geral um anteprojeto de Resolução relativo à organização dos censos decenais no País; para emitir parecer sobre esse anteprojeto, foi designado pela Junta, como Relator Especial, o Sr. Rubens Pôrto

Publicações distribuídas: *Resultados do Censo Demográfico de Santa Catarina*; *Fla-*

grantes Brasileiros, n.º 1; *Penedo e Batalha*, monografias municipais; *Produção Industrial de Sergipe* — 1953; *A indústria e o comércio atacadista*, abril, 1955; *Comércio Exterior do Brasil*, 1953/4; *Mensário Estatístico*, n.º 51; *Informações Estatísticas*, n.º 2, do INIC; *Indústria Brasileira de Cal*; *Números índices das quantidades e dos preços do produtor de 15 produtos da indústria extrativa mineral nos anos de 1939 a 1953*, do Laboratório de Estatística; *Boletim Informativo da CAPES*, julho de 1955

★ 28 de outubro, sessão extraordinária — O Sr. Afonso Almira, em nome dos Conselheiros presentes, manifestou o regozijo da Casa pelo transcurso, a 25 do mesmo mês, do primeiro aniversário da administração do Sr. Waldemar Lopes na Secretaria-Geral

O Sr. Waldemar Lopes, depois de agradecer a manifestação da Junta, prestou informações sobre as providências para o levantamento do mausoléu do prof. Carneiro Felpe

O Sr. Alberto Martins comunicou à Casa os bons resultados dos entendimentos realizados para o aperfeiçoamento das estatísticas educacionais na Bahia

Foram tomadas pela Casa as seguintes deliberações: a) aprovou votos de congratulações com os Srs. Renato Americano e Moacir Santa Luzia Gonçalves pelo preparo de uma bibliografia estatístico-geográfica brasileira de 1936 a 1950, e com a ONU, pela passagem de mais um aniversário de sua fundação, a 24 de outubro; b) aprovou, em primeira discussão, o projeto de Resolução que altera dispositivos do Anexo à Resolução JEC-479; c) decidiu que o Instituto Joaquim Nabuco se acha automaticamente integrado no sistema do IBGE; d) aprovou as contas do Serviço Gráfico do IBGE, referentes ao primeiro semestre de 1955; e) recomendou à Secretaria-Geral estudar a possibilidade de incluir, nos levantamentos sobre as profissões liberais, um item relativo aos advogados

Publicações distribuídas: *Brazil Up To Date*, pequeno anuário estatístico em inglês, ilustrado com fotografias; *Revista Brasileira de Estatística*, n.º 63; *Revista Brasileira dos Municípios*, n.º 31; *Resultados do Censo Demográfico do Espírito Santo*; *Produção Industrial Brasileira*, 1952; *Território do Amapá e Ponta Grossa*, monografias; *Movimento Marítimo e Fluvial do Brasil*, 1953/54

★ 4 de novembro, sessão ordinária — Estêve presente à sessão o Sr. Armando Rabelo, Coordenador do SNR, que fez minuciosa exposição sobre o andamento dos trabalhos finais de apuração do Recenseamento de 1950

O Sr. Alberto Martins teceu considerações sobre a prestação de informações e o levantamento de estatísticas de interesse local pelos Agentes Municipais, assunto sobre o qual também se manifestou o Secretário-Geral

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou votos de pesar pelo falecimento do General Canrobert Pereira da Costa, e de pronto restabelecimento ao Sr. João Café Filho,

Presidente da República; b) autorizou a Secretaria-Geral a realizar entendimentos para a compra de sede para a IR de Santa Catarina; c) aprovou as prestações de contas dos DEE do Pará e do Amazonas, relativas ao auxílio de 1954; d) aprovou destaque de verba concedida ao SGE do Rio Branco, para realização de curso elementar de estatística; e) baixou a Resolução n° 485, que altera o Anexo da Resolução n° 479

Publicações distribuídas: *Salvador*, monografia municipal; *Inquéritos Econômicos*, maio de 1955; *Produção Industrial da Paraíba*, 1955; *Boletim Estatístico do SEPT*, julho de 1955; *Censo Demográfico de Alagoas*

★ 11 de novembro, sessão extraordinária — O capitão-de-fragata Paulo de Oliveira comunicou que, por ato do Ministro, fora substituído na Junta como representante da Marinha; agradeceu a colaboração recebida dos colegas em várias ocasiões e apresentou suas despedidas

O Sr. Waldemar Lopes fez, entre outras, as seguintes comunicações: a) despertara o maior interesse no III Congresso Nacional de Turismo, realizado recentemente na Bahia, a monografia sobre Salvador; b) o estatístico argentino Adolfo Santone, antigo bolsista do Instituto na ENCE, enviara-lhe cópia de um relatório apresentado às autoridades argentinas, sobre o sistema estatístico brasileiro; c) seria reforçada a verba de auxílio aos órgãos regionais de estatística

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou voto de congratulações com o "Diário de Pernambuco", pelo 130° aniversário de sua fundação; b) recomendou diligências relacionadas com a aquisição de sede para serviços da Secretaria-Geral

Publicações distribuídas: *Divisão Territorial do Brasil em 1/VII/55*; *Resultados do Censo Demográfico da Bahia*, do SNR; *Carolina*, monografia municipal; *A indústria e o comércio atacadista*, junho de 1955; *Produção Industrial*, 1953 — Pará; *A alfabetização das crianças no Piauí e Números índices das quantidades e dos preços de produtor dos principais produtos de origem animal no anos de 1940 a 1953*, do Laboratório de Estatística; *A voz do planalto paulista*, do prof Sampaio Ferraz; *Resoluções do Diretório Central do CNG*, 1954

★ 18 de novembro, sessão ordinária — A Junta tomou conhecimento do ato do Presidente da República, concedendo exoneração ao Sr. Elmano Cardim das funções de presidente do IBGE e nomeando para substituí-lo o Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares. O Sr. Waldemar Lopes focalizou detalhadamente os principais aspectos da administração do Sr. Elmano Cardim

Em seguida, e por unanimidade, a Junta aprovou uma Resolução, que tomou o n° 486, consignando o seu reconhecimento ao ex-Presidente pelos relevantes serviços prestados à causa da estatística brasileira

A Casa tomou mais as seguintes deliberações: a) aprovou o plano de normas contábeis e orçamentárias do Conselho; b) aprovou parecer referente ao anteprojeto de lei, em andamento no Congresso Nacional, sobre o SNR; c) autorizou a aquisição de novas instalações para parte da Secretaria-Geral

Publicações distribuídas: *Aracati*, monografia municipal; *Resultados dos censos industrial, comercial e dos serviços*, no Estado de São Paulo; *Produção Industrial Brasileira*, 1952; *Produção Industrial*, 1953 (São Paulo); *Produção Agrícola do Brasil*, 1951/53

★ 25 de novembro, sessão extraordinária — O Secretário-Geral fez, entre outras, as seguintes comunicações: a) estava marcada para as 15 horas do mesmo dia a cerimônia de posse do Embaixador José Carlos de Macedo Soares na presidência do IBGE; b) seria realizado no Rio, de 5 a 16 de dezembro, um Seminário Latino-Americano sobre Estudos Demográficos; c) o prefeito de Salvador baixara decreto dando regimento à estatística municipal

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) baixou a Resolução n° 487, que abre crédito suplementar no Orçamento do CNE; b) autorizou a aquisição de novas máquinas para o Serviço Gráfico; c) homologou as Resoluções n° 82, da JERE de São Paulo, e n° 159, da JERE da Paraíba; d) deu provimento a recursos interpostos por firmas comerciais, relativamente a multas impostas por infração ao disposto na legislação concernente aos Inquéritos Econômicos; e) aprovou votos de congratulações com a Secretaria-Geral do Estado da Bahia, pelas providências tomadas para a regularização das estatísticas educacionais, e com o Sr. Tulo Hostílio Montenegro, pela sua posse no cargo de Secretário-Geral do IASI; f) negou provimento a um recurso interposto pelo funcionário Mário Leopoldino Sampaio

Foram distribuídas as seguintes publicações: *Chapecó* (Santa Catarina), monografia municipal; *Inquéritos Econômicos*, julho de 1955; cópias mimeográficas de trabalhos destinados ao Seminário Latino-Americano sobre Estudos Demográficos

★ 2 de dezembro, sessão ordinária — O Brigadeiro Castro Lima transmitiu à Casa um convite para a cerimônia de encerramento do curso da Escola Superior de Guerra

O Ministro Carlos Alberto Gonçalves referiu-se à boa impressão que lhe ficara de uma visita ao Serviço Gráfico

O Sr. Alberto Martins comunicou que encaminhara ao Serviço Gráfico dois novos trabalhos com os resultados de inquéritos referentes ao ensino médio e superior, em 1955.

O Sr. Waldemar Lopes fez as seguintes comunicações: a) encerrara-se a 30 de novembro o prazo de entrega de originais para o concurso "O que é o IBGE", e a Comissão Julgadora, a ser designada pelo Presidente, emitiria parecer ainda no mês corrente; b) fora rigorosamente cumprido o calendário de trabalhos do SNR para novembro

A Junta tomou as seguintes deliberações:

a) homologou a Resolução n.º 97 da JERE de Mato Grosso; b) aprovou prestação de Contas do DEE do Ceará, relativa a auxílio de 1954; c) concedeu isenção do selo de estatística ao Centro Católico de Assis (São Paulo); e) cancelou a suspensão de 30 dias, imposta em administração anterior ao servidor do Conselho Luiz Cláudio de Castro e Costa; d) indeferiu requerimento de Alceu Wightman de Carvalho, solicitando equiparação de vencimentos; e) aprovou votos de congratulações com os Srs Waldemar Lopes e Fábio de Macedo Soares Guimarães, por haverem sido confirmados nos cargos que ocupam; com D Dulce Meurer, pelo esforço realizado no sentido do desenvolvimento das atividades do SEP; com o Sr Wilson Getúlio, servidor do CNE, pela contribuição que vem dando à difusão dos objetivos do IBGE; e com a escritora Florence Bernard pelo artigo que recentemente publicara sobre a personalidade do Sr. M A Teixeira de Freitas, fundador do IBGE

Publicações distribuídas: *Resultados do Censo Demográfico do Estado da Paraíba; Resoluções da Assembléia-Geral do CNE — 1955; Ceará-Mirim; Exportação do Distrito Federal por vias internas*, 3.º trimestre de 1955; *A indústria e o comércio atacadista*, agosto — 1955; *Mensário Estatístico* n.º 52 (SEEF); *Estatística da produção de artefatos de barro; Produção agrícola 1950/54; Produção de Carne 1940/54, e Gado abatido nos matadouros municipais e estabelecimentos industriais particulares*, 1940/54; *Boletim Estatístico* n.º 3, do SEPT

★ 9 de dezembro, sessão extraordinária — O Sr Afonso Almiro comunicou ter dirigido uma carta a um órgão de imprensa, a respeito de crítica infundada sobre divergências na apuração dos meios de pagamento, carta essa que seria divulgada no "Boletim da Secretaria-Geral". O mesmo Conselheiro sugeriu fosse reiterado o pedido de pronunciamento da Fundação Getúlio Vargas sobre o projeto de lei das guias de exportação

O Sr Rubens Pôrto comunicou à Casa que o Conselho Nacional de Pesquisas contribua com dez mil cruzeiros para o mausoléu do prof Carneiro Felipe

O Sr Waldemar Lopes fez as seguintes comunicações: a) estavam sendo tomadas providências para aproveitamento do pessoal especializado do SNR, cujas tarefas estão em via de conclusão; b) tinham sido realizados entendimentos com o SEEC para o estágio, ali, de um professor boliviano interessado no estudo da estatística educacional brasileira; c) estavam sendo preparadas súmulas mimeografadas do relatório sobre as Contas do Conselho, no primeiro semestre do ano; d) o Presidente do IBGE designara para formar a comissão julgadora do concurso "O que é o IBGE" os Srs Moacir Malheiros Fernandes Silva, Virgílio Corrêa Filho e Lauro Sodré Viveiros de Castro. Finalmente, o Sr Waldemar Lopes fez entrega, à Comissão Especial, da prestação de con-

tas da Secretaria-Geral, relativa ao terceiro trimestre de 1955

A Junta deliberou: a) telegrafar ao Governador de Minas Gerais, declarando seu apoio ao pensamento da Junta Regional, contrário a projeto de lei em trânsito na Assembléia Legislativa, por força do qual a chefia dos Serviços de Estatística do Estado passaria a ser exercida exclusivamente pelo pessoal do quadro estadual e os serviços especializados de estatísticas, existentes nas Secretarias, deixariam de ser diretamente subordinados aos Secretários de Estado; b) recomendar fossem tomadas providências para assegurar o comparecimento do Sr Armando Rabelo à reunião do Comitê do Censo das Américas de 1960, a realizar-se em janeiro próximo em Washington; c) aprovar as Resoluções ns 488 a 490; d) aprovar votos de congratulações com a Armada, pelas comemorações da Semana da Marinha; com o Sr Antônio Carlos de Lima Fontainha, diretor do DGE da PDF, pela publicação das *Estatísticas do Distrito Federal*, com dados atualizados, e com o Agente Municipal de Palmares (Pernambuco) pela iniciativa da distribuição de folhinhas de propaganda da estatística

Publicações distribuídas: *Picos*, monografia municipal; *Estatísticas do Distrito Federal; Brasil — 1955; Produção de couros e peles; Produção de banha, composto e toucinho*

★ 16 de dezembro, sessão ordinária — Como convidado especial, compareceu o Almirante Ribeiro Espíndola, antigo presidente do IBGE, que comunicou à Casa o teor de uma carta do diretor do Instituto de Geografia da Universidade de Strasburgo, louvando publicações do Conselho e declarando que a estatística brasileira se mantinha na vanguarda, em matéria de organização

O Sr. Afonso Almiro deu conhecimento à Junta dos termos de um artigo do Sr. Garibaldi Dantas, a respeito de dados divulgados pelo SEEF

O Secretário-Geral leu carta do Sr Elmano Cardim, antigo presidente do IBGE, agradecendo à Junta manifestações de apreço e amizade de que fôra alvo, e comunicou que seria realizada às 13,30 h daquele dia a sessão de encerramento do Seminário Latino-Americano sobre Estudos Demográficos

O Sr Waldemar Lopes fez distribuir exemplares do *Anuário Estatístico do Brasil — 1955*, ressaltando o esforço de atualização das estatísticas brasileiras e referindo as inovações introduzidas no Anuário.

A Junta tomou as seguintes deliberações:

a) autorizou a Secretaria-Geral a colaborar com o SEDMP na apuração dos resultados do Registro Civil de 1954; b) baixou a Resolução n.º 491; c) transformou em diligência um processo de pedido de isenção do selo de estatística; d) aprovou voto de congratulações com os DEE do Rio de Janeiro e da Paraíba, com o SGE do Amapá e com o sr Achilles Scorzelli

Júnior, pela publicação, respectivamente, das *Tábuas Itinerárias do Rio de Janeiro, Seleção de Informações, Anuário Estatístico de 1955 e Mortalidade no Distrito Federal (1924/1953)*.

Publicações distribuídas: *Resultados do Censo Agrícola do Estado de Minas Gerais; São Miguel do Tapuio* (Piauí); *Inquéritos Econômicos*, setembro de 1955; *Óleos e gorduras vegetais e subprodutos; Boletim Estatístico* n.º 8, do SEPT

★ 23 de dezembro, sessão extraordinária — O Sr Antonio Teixeira de Freitas, Secretário-Geral interino, depois de agradecer aos Srs Conselheiros a cooperação prestada à Secretaria-Geral durante o ano de 1955, fez as seguintes comunicações: a) estava sendo realizada naquele momento a festa de Natal dos filhos dos funcionários do IBGE, por iniciativa do Clube dos Ibeanos e sob os auspícios do Conselho; b) a Comissão Julgadora do Concurso "O que é o IBGE" atribuiu os prêmios a trabalhos apresentados, sob pseudônimo, pelos Srs Manuel Diégues Júnior e Valdecir Lopes, ambos servidores do Conselho; c) fora eleito para representante dos Órgãos Filhados junto ao CNE, para o exercício de 1956, o delegado do Instituto do Açúcar e do Alcool.

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou a escala dos relatores de 1956; b) aprovou a prestação de contas do SGE do Guaporé, relativa a auxílio de 1955; c) concedeu isenção do selo de estatística para a realização de um espetáculo pela Associação dos Ex-Combatentes; d) aprovou a proposta orçamentária do Serviço Gráfico do IBGE para 1956; e) indeferiu dois pedidos de isenção da taxa de estatística

Publicações distribuídas: *Manaus*, monografia municipal; *Energia Elétrica do Brasil*, do SNR; *Mensário Estatístico* n.º 59, do SEEF.

★ 28 de dezembro, sessão extraordinária — A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou voto de congratulações com o Sr Elmano Cardim, ex-presidente do IBGE, pela passagem de seu aniversário natalício; b) aprovou voto de agradecimento ao prefeito de Carira, Sergipe, pelas providências tomadas para a instalação adequada da Agência Municipal de Estatística; c) aprovou voto de pesar pelo falecimento do Sr Alfredo Pinto, antigo membro do Diretório Regional de Geografia de Sergipe; d) baixou as Resoluções de ns 492 a 497

★ 30 de dezembro, sessão extraordinária — O Embaixador José Carlos de Macedo Soares, ao abrir a sessão, manifestou o seu regozijo por assumir, após tantos anos de ausência, a direção dos trabalhos da Junta, onde vinha reencontrar velhos amigos e companheiros. Em nome da Casa, o Sr Achilles Scorzelli Júnior pronunciou breves palavras de saudação ao Presidente

O Sr Jorge Kingston apresentou despedidas por haver-se esgotado o prazo de seu mandato como representante dos órgãos filhados. Vários Conselheiros se fizeram ouvir, exprimindo o pesar com que iam afastar-se da Junta, em virtude de dispositivos regimentais, o Sr. Jorge Kingston.

A Junta aprovou um voto de congratulações com o Itamaraty e, em particular, com o Conselheiro Carlos Alberto Gonçalves pelo lançamento do "Brasil-1955"

Publicações distribuídas: *Abaetetuba*, monografia municipal, e *Estatística Imigratória de 1952*, do SEPT

“ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — 1955”

Foi pôsto em circulação, no dia 15 de dezembro, o volume do "Anuário Estatístico do Brasil", correspondente ao ano de 1955, já oferecendo uma série de informes estatísticos referentes a este mesmo ano. O capítulo sobre comércio exterior, por exemplo, consigna o movimento de exportação e importação do primeiro semestre, confrontando-o com o de idêntico período em 1954, em dólares e cruzeiros, e segundo as várias classes de mercadorias. O mesmo confronto é feito com o movimento de importação e exportação segundo os portos e as Unidades da Federação, pela quantidade e valor em cruzeiros. O movimento comercial com o exterior é, ainda, objeto de um retrospecto comparativo que remonta ao ano de 1821, sendo registradas, em detalhe, as exportações relativas a café, algodão, peles e couros, cacau, fumo, borracha, açúcar e mate.

Os dados da produção industrial referente a cimento "portland" e indústrias metalúrgicas já se reportam ao primeiro semestre de 1955. Ainda no capítulo dedicado à situação econômica, são divulgadas tabelas sobre empréstimos e capitais estrangeiros, especificados pelo ramo de aplicação e o país de origem. Foram reproduzidos, na íntegra, os resultados do inquérito especial sobre autoviação, realizado em 1950 como parte do VI Recenseamento Geral do Brasil.

O capítulo sobre a situação demográfica foi enriquecido com estimativas sobre taxas de natalidade, taxas médias anuais de mortalidade, além de dados sobre vida média e tábuas de sobrevivência.

O "Anuário" dedica ainda extensos capítulos à situação física, situação social (melhoramentos urbanos, assistência médico-sanitária,

associações de caridade, asilos e recolhimentos, previdência e assistência social, trabalho), situação cultural (educação, registros profissionais, belas-artes, diversões públicas, imprensa periódica, difusão bibliográfica, congressos e outros certames culturais, aspectos culturais da cinematografia, cultos, congregações e associações religiosas), situação administrativa e política (pessoal no serviço público civil fe-

deral e na administração municipal, divisão territorial, finanças públicas, segurança pública, repressão, justiça e representação política)

Ao volume foi anexado um mapa do Brasil, na escala de 1 x 5 000 000, elaborado pelo Conselho Nacional de Geografia

O "Anuário" está sendo vendido ao preço de Cr\$ 150,00 o exemplar

CONCURSO BULHÕES CARVALHO

A SOCIEDADE Brasileira de Estatística tomou conhecimento dos trabalhos apresentados pelos concorrentes ao "Concurso Bulhões Carvalho — 1955". Segundo as instruções reguladoras do concurso, o prazo para a entrega dos originais se encerraria no dia 30 de setembro, somente podendo concorrer os associados da SBE. Além disso, cada um dos dois prêmios instituídos seria atribuído ao trabalho que obtivesse melhor classificação em cada uma das seguintes seções:

Secção A — Ensaio sobre tema escolhido no campo da estatística econômica ou financeira, fundamentado em levantamentos realizados pelo sistema estatístico brasileiro

Secção B — Ensaio sobre tema escolhido no campo da estatística demográfica, social

ou cultural, fundamentado em levantamentos realizados pelo sistema estatístico brasileiro

Como todos os trabalhos apresentados concorrem à Secção A, a Diretoria da SBE, de acordo com o regulamento, escolheu apenas uma Comissão Julgadora, integrada pelos consócios João Lira Madeira (Relator), Afonso Almiro e Lauro Sodré Viveiros de Castro

Concorrem os seguintes trabalhos:

— "Desenvolvimento da produção industrial em Minas Gerais — 1939/1953", de Industrial; e

— "Índices do movimento econômico", de Economicus; e

— "O ouro na indústria extrativa mineral", de Dom Camilo

PEQUENAS NOTÍCIAS

A COMISSÃO Executiva do Instituto Interamericano de Estatística elegeu o Sr. Tulo Hostilio Montenegro para o cargo de Secretário-Geral do IASI, em substituição ao Sr. Francisco de Abrisqueta, que solicitara exoneração. O técnico brasileiro, que assumiu imediatamente o cargo, foi diretor do SNR e ocupava o posto de diretor do Centro de Ensino de Estatística Econômica e Financeira, do Chile. Foi, ainda, Secretário-Geral das Reuniões Internacionais de Estatística que se realizaram no Brasil, em junho de 1955.

O Instituto Interamericano de Estatística, órgão especializado da OEA, adquiriu mais autonomia ao ser firmado, recentemente, um acordo pelo qual se converteu em escritório independente dentro da União Pan-Americana, que constitui a secretaria da OEA. Desde 1950, o IASI está sob a jurisdição administrativa do Departamento de Assuntos Econômicos da União.

★ A ESCOLA de Salubridade da Universidade do Chile fará realizar, de março a dezembro de 1956, um curso de estatísticas vitais e sanitárias. Os interessados em obter bolsas poderão solicitar informações ao escritório da ONU ou da Organização Mundial de Saúde.

★ Os municípios de Alagoinha e Pirpirituba (Paraíba) ratificaram o Convênio Nacional de Estatística Municipal.

★ Em cerimônia que contou com a presença do governador Miguel Calmon e secretários de Estado, presidente do Tribunal Regional Eleitoral e outras autoridades, foi inaugurada em dezembro a nova sede do DEE do Estado do Rio de Janeiro. Na mesma ocasião, foram entregues os certificados aos alunos que concluíram o curso de estatística promovido pelo Departamento.

★ Em virtude de entendimentos mantidos entre a Secretaria de Educação do Estado da Bahia e o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, foram colocados à disposição do governo baiano os profs. João Carlos de Almeida e Amália Ricci de Almeida, para organizar o Serviço de Estatística Educacional daquela Secretaria.

★ Está em trânsito pelo Congresso um projeto de lei que autoriza a abertura de crédito para a reedição, pelo CNG, em espanhol, inglês e francês, da obra *Tipos e Aspectos do Brasil*.



★ A DIRETORIA Nacional do Serviço Estatístico da Argentina organizou um Centro de Capacitação Técnica para Funcionários Estatísticos, na Faculdade de Ciências Econômicas de Buenos Aires. Dois cursos regulares já foram ali ministrados: amostragem aplicada à população e inquéritos familiares sobre o nível de vida.

★ A Comissão Julgadora do Concurso "O que é o IBGE", designada pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto, e composta dos srs Moacir Malheiros Fernandes Silva, Virgílio Corrêa Filho e Lauro Sodré Viveiros de Castro, depois de cuidadoso exame dos trabalhos apresentados, decidiu atribuir o prêmio de dez mil cruzeiros ao sr Manuel Diêgues Júnior, e o de cinco mil, ao

ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO DA ENCE — Em solenidade realizada às 16 horas do dia 20 de dezembro, a Escola Nacional de Ciências Estatísticas encerrou o ano letivo de 1955, fazendo a entrega de certificados aos alunos que concluíram o curso de nível intermediário. Foi paraninfo da turma o prof. A. Tenório de Albuquerque. Em nome dos alunos brasileiros falou o capitão Denny Eiras Batista, e em nome dos bolsistas estrangeiros, o prof. José Saul Rosa, de El Salvador. Encerrando a solenidade, à qual compareceram figuras do corpo diplomático, parlamentares e altas autoridades, discursou o prof. Lourival Câmara, diretor da ENCE. No clichê, a Mesa que presidiu aos trabalhos.

sr Valdecir Lopes, ambos do Conselho Nacional de Estatística.

Os pseudônimos usados pelos dois concorrentes foram, respectivamente, "João de Paçuçara" e "Dom Casmurro".

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

ANO XVI, N.^{os} 61 a 64 — 1955

ÍNDICE GERAL

ATRAVÉS DA IMPRENSA

- A concentração da propriedade rural* — “O Estado de São Paulo” — N° 63, pág 309
- A Escola Nacional de Ciências Estatísticas* — Adolfo Santone — N° 61, pág 52
- A margem dos recenseamentos* — Júlio Uchoa — N° 63, pág 308
- Aspectos das artes, revelados pela estatística* — Mário Barata — N° 63, pág 309
- Estatística do ensino superior* — “Diário de Notícias” — N° 62, pág 176
- Incremento demográfico* — “Correio da Manhã” — N° 62, pág 177
- Migrações interiores* — Brasília Machado Neto — N° 61, pág 54
- O ensino da estatística no Brasil* — Lourival Câmara — N° 61, pág 53
- Primeira faculdade de estatística na América Latina* — Adolfo Santone — N° 62, pág 177
- Problemas da estatística* — N° 64, pág 377
- Remendando lacunas das estatísticas britânicas* — Richard Denman — N° 64, pág 377

BIBLIOGRAFIA

- Borges, T Pompeu Accioly: *Migrações Internas no Brasil* — Redação — N° 64, pág 376
- Camargo, José Francisco de: *Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos* — Redação — N° 62, pág 173
- Carneiro, Rosalvo Guimarães: *Gênese e projeção do Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia* — Redação — N° 63, pág 307
- Castro, Lauro Sodré Viveiros de — *Pontos de Estatística*, 6^a ed — Redação — N° 63, pág 306
- Comissão Mista Brasil-Estados Unidos: *Relatório Geral, Projetos e Estudos Diversos* — Redação — N° 62, pág 173
- Comissão Nacional de Política Agrária: *Os problemas da terra no Brasil e na América Latina* — Redação — N° 62, pág 174
- Conselho Nacional de Estatística: *São Paulo, Censo Demográfico*, 1955; *Minas Gerais, Censo Demográfico*, 1955 — Redação — N° 62, pág 173
- Conselho Nacional de Estatística: *Cadastro Industrial, São Paulo em 1952; Cadastro Industrial, Rio Grande do Sul em 1952* — Redação — N° 62, pág 174.
- Cruz, José: *Assistência médico-sanitária e médico social em Seigipe* — Redação — N° 62, pág 174

- Departamento Estadual de Estatística do Espírito Santo: *Café, produção e exportação*, 1947/52 — Redação — N° 62, pág 175.
- Departamento Estadual de Estatística do Espírito Santo: *Alguns aspectos da produção animal, vegetal e mineral*, 1950/52 — Redação — N° 62, pág 175
- Departamento Estadual de Estatística do Pará: *Pará estatístico n° 5*, 1954 — Redação — N° 62, pág 175
- Departamento Estadual de Estatística do Paraná: *Cadastro industrial do Estado* — Redação — N° 63, pág 306
- Departamento Estadual de Estatística do Rio de Janeiro: *Meios de hospedagem* — Redação — N° 62, pág 174
- Departamento Estadual de Estatística: *Tâbuas Itinerárias do Estado do Rio de Janeiro*, 1953/1954 — Redação — N° 64, pág 376
- Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal: *Anuário Estatístico do Distrito Federal*, 1949/53 — Redação — N° 63, pág 307
- Instituto Nacional de Estatística: *Inquérito ao custo de vida na cidade do Pôrto*, 1950/51 — Redação — N° 63, pág 306
- Menezes, Hildebrando: *Evolução da economia paraibana*, 1950/53 — Redação — N° 62, pág 174
- Rodrigues, Milton da Silva: *Vocabulário estatístico inglês-português* — Redação — N° 63, pág 306
- Rondon, Frederico: *O Instituto de Colonização Nacional e a política brasileira de valorização rural* — Redação — N° 62, pág 174
- Perez, Laureano Prado: *Clasificación Ocupacional de Cuba* — Redação — N° 63, pág 307
- Serviço de Estatística Econômica e Financeira: *Movimento marítimo e fluvial do Brasil*, 1952/3 — Redação — N° 63, pág 306
- Serviço de Geografia e Estatística do Território do Amapá: *Anuário Estatístico do Amapá 1955* — Redação — N° 64, pág 376
- Serviço Nacional de Recenseamento: *Autoviação* — Redação — N° 63, pág 306.

COLABORAÇÃO

- A amostragem nas estatísticas agrícolas* — P V Sukhatme — N° 61, pág 15.
- A amostragem na previsão da produção de café no Estado do Paraná* — Salomão Schattan — N° 62, pág 105
- A fecundidade masculina em São Paulo* — Alceu Vicente Carvalho — N° 63, pág 275

- Aspectos culturais da evolução e das características do Brasil* — Giorgio Mortara — N° 62, pág 81
- Estimativas de máxima verossimilhança com determinação não independentes e acumuladas* — Edilberto Amaral — N° 62, pág 91
- Evolução da população norte-americana* — Rémy Freire — N° 61, pág 1
- Influências da mortalidade e do número dos nascimentos sobre a composição proporcional por idade de uma população* — Giorgio Mortara — N° 64, pág 325
- Nota sobre o cálculo das migrações interiores baseado nos censos* — Giorgio Mortara — N° 61, pág 9
- O comprimento do período como característica estatística do estilo* — Tulo Hostillo Montenegro — N° 63, pág 193
- O papel da estatística na administração hospitalar* — Halbert L. Dunn — N° 64, pág 333
- Recenseamento, um levantamento sociológico* — K. Rangachari — N° 61, pág 19

DE ONTEM E DE HOJE

- Estatísticas morais e aplicação do cálculo de probabilidade a este ramo da estatística* — Aarão Reis — N° 61, pág 28
- Os censos do século XVIII* — Thales de Azevedo — N° 64, pág 339
- Recenseamentos antigos* — Sérgio Milliet — N° 62, pág 144

ESTUDOS E SUGESTÕES

- Apuração mecânica* — Valdecir Freire Lopes — N° 64, pág 351

INFORMAÇÕES GERAIS

- A educação no mundo* — Redação — N° 61, pág 64
- Brasil: 50% de analfabetos* — Redação — N° 62, pág 151
- Conferência Mundial de População* — Giorgio Mortara — N° 61, pág 61
- Desenvolvimento da população brasileira* — Redação — N° 62, pág 152
- Estatística demográfica e demografia nas Reuniões Internacionais de Estatística* — G. M. — N° 64, pág 347
- Estudos de estatística regional no Brasil* — Laboratório de Estatística — N° 63, pág 303
- População do Brasil* — Redação — N° 61, pág 63
- População da Itália* — Redação — N° 61, pág 63
- Recenseamento da Oceânia Francesa* — Redação — N° 62, pág 151

LEGISLAÇÃO

- A estatística na Aeronáutica: Dec n° 36 523 de 3-12-54* — Aprova o Regulamento da Estatística da Aeronáutica — N° 61, pág 56
- Resoluções da Junta Executiva Central: Resolução n° 473, de 21-1-55* (Torna extensiva

aos extranumerários do Conselho a gratificação adicional por tempo de serviço) — N° 61, pág 59; Resolução n° 474, de 21-1-55 (Abre crédito especial de . . . Cr\$ 32 000,00 no orçamento da Secretaria-Geral do CNE) — N° 61, pág 59; Resolução n° 475, de 4-3-55 (Dispõe sobre pagamento de "abono familiar" ao pessoal do Serviço Gráfico do Instituto) — N° 61, pág 60; Resolução n° 476, de 13-5-55 (Abre crédito especial de Cr\$ 13 000 000,00 no orçamento geral do CNE — Anexo 2A — Secretaria-Geral, e dá outras providências) — N° 62, pág 155; Resolução n° 477, de 20-5-55 (Abre crédito especial de . . . Cr\$ 102 855,00 no orçamento geral do CNE, Anexo 2A, Secretaria-Geral) — N° 62, pág 156; Resolução n° 478, de 27-5-55 (Dá Regimento às Inspetorias Regionais de Estatística Municipal) — N° 62, pág 156; Resolução n° 479, de 27-5-55 (Dispõe sobre os quadros de pessoal das Inspetorias Regionais e Agências Municipais de Estatística) — N° 62, pág 160; Resolução n° 480, de 3-6-55 (Abre crédito suplementar de Cr\$ 583 320,00 no orçamento geral do CNE) — N° 62, pág 164; Resolução n° 481, de 26-8-55 (Abre crédito suplementar no orçamento do CNE para o exercício de 1955) — N° 63, pág 311; Resolução n° 482, de 2-9-55 (Dispõe sobre as funções gratificadas no Quadro I do pessoal da Secretaria-Geral do Conselho e dá outras providências) — N° 63, pág 311; Resolução n° 483, de 21-10-55 (Abre crédito especial de Cr\$ 32 250,00 no orçamento do CNE) — N° 64, pág 361; Resolução n° 484, de 21-10-55 (Abre crédito especial de Cr\$ 165 427,00 no orçamento do CNE) — N° 64, pág 361; Resolução n° 485, de 4-11-55 (Altera dispositivos do Anexo à Resolução JEC-479, de 27 de maio de 1955) — N° 64, pág 361; Resolução n° 486, de 18-11-55 (Presta homenagem ao Sr. Elmano Cardim, ex-Presidente do IBGE, e manifesta-lhe o reconhecimento do Conselho) — N° 64, pág 362; Resolução n° 487, de 25-11-55 (Abre crédito suplementar no orçamento do CNE para o exercício de 1955) — N° 64, pág 363; Resolução n° 488, de 9-12-55 (Modifica o disposto no art. 86 do anexo à Resolução JEC-430, de 11 de dezembro de 1953 e dá outras providências) — N° 64, pág 363; Resolução n° 489, de 9-12-55 (Concede abono especial aos servidores dos quadros I, II e III da Secretaria-Geral do Conselho e dá outras providências) — N° 64, pág. 363; Resolução n° 490, de 9-12-55 (Dispõe sobre a legislação necessária à realização dos recenseamentos gerais) — N° 64, pág 364; Resolução n° 491, de 16-12-55 (Concede auxílios especiais, no corrente exercício, a órgãos do sistema estatístico regional) — N° 64, pág 368; Resolução n° 492, de 28-12-55 (Aprova o Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística do IBGE para o exercício financeiro de 1956) — N° 64, pág 368; Resolução n° 493, de 28-12-55 (Aprova o orçamento do Serviço Gráfico do

IBGE para o exercício financeiro de 1956) — N.º 64, pág. 371; Resolução n.º 494, de 28-12-55 (Dispõe sobre a concessão de bolsas instituídas pela ENCE) — N.º 64, pág. 372; Resolução n.º 495, de 28-12-55 (Consolidada disposições sobre o emprêgo do auxílio financeiro concedido pelo Conselho aos órgãos do seu sistema regional) — N.º 64, pág. 373; Resolução n.º 496, de 28-12-55 (Dispõe sobre a distribuição do auxílio financeiro concedido aos órgãos regionais no exercício de 1956) — N.º 64, pág. 375; Resolução n.º 497, de 28-12-55 (Amplia o Plano de Inversões dos Recursos Disponíveis e dá outras providências) — N.º 64, pág. 375; Resolução censitária n.º 46, de 28-1-55 (Dispõe sobre os cargos de chefes de subdivisão do SNR) — N.º 61, pág. 60; Resolução censitária n.º 47, de 4-3-55 (Dispõe sobre a conclusão dos encargos do SNR) — N.º 61, pág. 60; Resolução censitária n.º 48, de 29-4-55 (Abre crédito especial de Cr\$ 5 789,30 para pagamento de despesas de exercícios anteriores) — N.º 62, pág. 155; Resolução censitária n.º 49, de 29-4-55 (Dispõe sobre as férias do pessoal do SNR) — N.º 62, pág. 155; Resolução censitária n.º 50, de 26-8-55 (Abre crédito especial no orçamento do CNE para 1955) — N.º 63, pág. 311; Resolução censitária n.º 51, de 26-8-55 (Abre crédito suplementar no orçamento do CNE para 1955) — N.º 63, pág. 311; Resolução censitária n.º 52, de 21-10-55 (Abre crédito especial de Cr\$ 900,00 para pagamento de despesas de exercícios anteriores) — N.º 64, pág. 361; Resolução censitária n.º 53, de 21-10-55 (Abre crédito suplementar no orçamento do CNE) — N.º 64, pág. 361

NECROLÓGICOS

D Hipátia Damasceno Ferreira — Redação — N.º 63, pág. 323
 Prof. José Veríssimo da Costa Pereira — Redação — N.º 63, pág. 323

NOÇÕES DE METODOLOGIA

Amostragem e inferência estatística — João Lira Madeira — N.º 61, pág. 25
 Interpretação gráfica das tábuas de morbidade, de redução e de série — Gastão Quartin Pinto de Moura — N.º 64, pág. 357

REPORTAGEM

Décima-quinta Assembléia-Geral do CNE — Redação — N.º 63, pág. 291
 Reuniões Internacionais de Estatística — Redação — N.º 62, pág. 125
 Seminário Latino-Americano Sobre Estudos Demográficos — Redação — N.º 64, pág. 379

RESENHA

A formação do estatístico brasileiro — Redação — N.º 61, pág. 65

A futura Capital federal — Redação — N.º 63, pág. 315

"Anuário Estatístico do Brasil — 1955" — Redação — N.º 64, pág. 397

Atividades da JEC — Redação — N.º 61, pág. 72; N.º 62, pág. 186; N.º 63, pág. 316; N.º 64, pág. 393

Concurso "Bulhões Carvalho" — Redação — N.º 62, pág. 185; N.º 64, pág. 398

Concurso Giorgio Mortara — N.º 64, pág. 392

Concurso "Teixeira de Freitas" — Redação — N.º 63, pág. 320

Conferências Internacionais de Estatística — Redação — N.º 61, pág. 77

Congresso Internacional de Geografia — Redação — N.º 61, pág. 63

Criação do Serviço de Estatística dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas — Redação — N.º 62, pág. 181

Curso de estatística para religiosos — Redação — N.º 62, pág. 185

Décimo nono aniversário do IBGE — Redação — N.º 62, pág. 183

Instituto Joaquim Nabuco — Redação — N.º 63, pág. 321

Levantamento das estimativas da Renda Nacional — Redação — N.º 61, pág. 76

Na Presidência do IBGE o Emb. J. C. de Macedo Soares — N.º 64, pág. 387

O IBGE na mensagem presidencial — Redação — N.º 62, pág. 179

"O que é o IBGE" — Redação — N.º 62, pág. 184

Oitava Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho — Redação — N.º 62, pág. 182

Pequenas notícias — Redação — N.º 61, pág. 78; N.º 62, pág. 189; N.º 63, pág. 322; N.º 64, pág. 398

Quadragésimo Congresso Universal de Esperanto — Redação — N.º 63, pág. 321

Seminários Estatísticos — Redação — N.º 63, pág. 314

Seminário Latino-Americano sobre Estudos Demográficos — Redação — N.º 63, pág. 313

Simpósio Internacional de Biometria — Redação — N.º 63, pág. 322

Terceiro Congresso Brasileiro de Organização Científica — Redação — N.º 63, pág. 321

VULTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA

Aarão Reis — Redação — N.º 61, pág. 50

ÍNDICE DE AUTORES

AMARAL, Edilberto: Estimativas de máxima verossimilhança com determinação não independentes e acumuladas — N.º 62, pág. 91

AZEVEDO, Thales de Azevedo: Os censos do século XVIII — N.º 64, pág. 339

BARATA, Mário: Aspectos das artes, revelados pela estatística — N.º 63, pág. 308.

- CARVALHO, Alceu: *A fecundidade masculina em São Paulo (segundo a idade e o ramo de atividade, na Capital e no interior do Estado)* — N° 63, pág 275
- CÂMARA, Lourival: *O ensino da estatística no Brasil* — N° 61, pág 53
- DENMAN, Richard: *Remendando lacunas das estatísticas britânicas* — N° 64, pág 377
- DUNN, Halbert L : *O papel da estatística na administração hospitalar* — N° 64, pág 333
- FREIRE, Rémy: *Evolução da população norte-americana* — N° 61, pág 1
- LOPES, Valdecir Fieire: *Apuração mecânica* — N° 64, pág 351
- MACHADO NETO, Brasília: *Migrações interiores* — N° 61, pág 54
- MADEIRA, João Lira: *Amostragem e inferência estatística* — N° 61, pág 25
- MILLIET, Sérgio: *Recenseamentos antigos* — N° 62, pág 144
- MONTENEGRO, Tulo Hostílio — *O comprimento do período como característica estatística do estilo* — N° 63, pág 193
- MORTARA, Giorgio: *Aspectos culturais da evolução e das características do Brasil* — N° 62, pág 81 *Conferência Mundial de População* — N° 61, pág 61 *Estatística demográfica e demografia nas Reuniões Internacionais de Estatística* — N° 64, pág 347 *Influências da mortalidade e do número dos nascimentos sobre a composição proporcional por idade de uma população* — N° 64, pág 325 *Nota sobre o cálculo das migrações interiores baseado nos Censos* — N° 61, pág. 9
- MOURA, Gastão Quartim Pinto de: *Interpretação gráfica das tábuas de morbilidade, de redução e de série* — N° 64, pág 357
- RANGACHARI, K : *Recenseamento, um levantamento sociológico* — N° 61, pág 19
- REIS, Aarão: *Estatísticas morais e aplicação do cálculo de probabilidade a este ramo da estatística* — N° 61, pág 28
- SANTONE, Adolfo: *A Escola Nacional de Ciências Estatísticas* — N° 61, pág 52 *Primeira faculdade de estatística na América Latina* — N° 62, pág 177
- SCHATTAN, Salomão: *A amostragem na previsão da produção de café no Estado do Paraná* — N° 62, pág 105
- SUKHATME, P V : *A amostragem nas estatísticas agrícolas* — N° 61, pág 15
- UCHOA, Júlio: *A margem dos recenseamentos* — N° 63, pág 308.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

PREZIDENTE:
JOSE CARLOS DE MASEDO SOARES

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto n.º 24.609, de 6 de julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim: *implantar e promover a organização e a execução das ordens administrativas da organização política da República e de iniciativas particulares; promover e fazer executar, em ordem hierárquica, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do País, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistemático do território brasileiro. Dentro de seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretrizes, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambientes favoráveis às iniciativas necessárias, reordenando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três esferas de Governo e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade.*

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos, — e um de organização periódica — o dos Serviços Consultórios.

I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATISTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto n.º 24.609, de 6 de julho de 1934, consta de:

1. Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria-Geral do Conselho;

2. "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", que são: a Assembleia-Geral, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos Presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); a Junta Executiva Central, composta do Presidente do Instituto, dos Diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera "ad referendum" da Assembleia-Geral); as Juntas Executivas Regionais, no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J.E.C. (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena).

3. "ÓRGÃOS OPINATIVOS", subdivididos em Comissões Técnicas, isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas etc.) e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, e Corpo de Consultores-Técnicos, composto de 36 membros eleitos pela Assembleia-Geral.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", isto é, as seis Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura), Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda) e Serviço de Estatística da Saúde (Ministério da Saúde); e órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos.

2. "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística, e no Distrito Federal e no Território do

Acre — Departamentos de Geografia e Estatística, mais os órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais.

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", isto é, as Agências Municipais de Estatística, existentes em todos os Municípios, subordinadas administrativamente à Secretaria-Geral do C. N. E., através da respectiva Inspeção Regional das Agências Municipais e, tecnicamente, ao Departamento Estadual de Estatística.

II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto n.º 1.627, de 24 de março de 1937, consta de:

1. Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria-Geral do Conselho.

2. "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", ou sejam a Assembleia-Geral, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); o Diretório Central, composto do Presidente do Instituto, do Secretário-Geral do C. N. G., de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições do ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do Governo Municipal da Capital da República e de um representante do C. N. E. (reúne-se ordinariamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os Diretórios Regionais, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D. C. (reúne-se ordinariamente uma vez por mês).

3. "ÓRGÃOS OPINATIVOS", isto é, Comissões Técnicas, tantas quantas necessárias, e Corpo de Consultores-Técnicos, subdividido em Consultoria Nacional, articulada com o D. C., e 21 Consultorias Regionais, articuladas com os respectivos D. R.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", com um órgão executivo central, — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica — e órgãos cooperadores — Serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada).

2. "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados.

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", os Diretórios Municipais, Corpos de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas.

Sede do INSTITUTO: Av. Franklin Roosevelt, 138
RIO DE JANEIRO

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

QUADRO EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Repartições Centrais em 31-XII-1955)

ORGANIZAÇÃO FEDERAL:

Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política — Ministério da Justiça e Negócios Interiores
Diretor — *RUBENS D'ALMADA HORTA PORTO*

Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda
Diretor — *AFONSO ALMIRO RIBEIRO DA COSTA JÚNIOR*

Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura
Diretor — *DULCE DE MATTOS MEURER*

Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
Diretor — *WALTER AUGUSTO DO NASCIMENTO*

Serviço de Estatística da Educação e Cultura — Ministério da Educação e Cultura
Diretor — *ALBERTO MARTINS*

Serviço Estatística da Saúde — Ministério da Saúde
Diretor — *ACHILLES SCÖRZELLI JÚNIOR*

ORGANIZAÇÃO REGIONAL:

Território do Acre	— Departamento de Geografia e Estatística	Diretor — <i>Raul Arantes Meira</i>
Território do Amapá	— Serviço de Geografia e Estatística	Diretor — <i>Heitor de Azevedo Picanço</i>
Território do Guaporé	— Serviço de Geografia e Estatística	Diretor — <i>Cirilo Arruda</i>
Território do Rio Branco	— Serviço de Geografia e Estatística	Diretor — <i>José Estevo Ferreira Guimarães Jr.</i>
Amazonas	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Maria dos Remédios V. de Oliveira</i>
Pará	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Orion Klautau</i>
Maranhão	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Mário Fleza Ribeiro</i>
Piauí	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>José Lopes dos Santos</i>
Ceará	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Tomás Gomes da Silva</i>
Rio Grande do Norte	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Antônio Alves de Oliveira</i>
Paraíba	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Hildebrando Meneses</i>
Pernambuco	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Paulo Acidli Pimental</i>
Alagoas	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>José de Carvalho Veras</i>
Sergipe	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Rui Elói dos Santos</i>
Bahia	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Felipe Nery do Espírito Santo</i>
Minas Gerais	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Romeu Jacob</i>
Espírito Santo	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Antônio Lugon</i>
Rio de Janeiro	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Aldemar Alegria</i>
Distrito Federal	— Departamento de Geografia e Estatística	Diretor — <i>Flávio Faria</i>
São Paulo	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Celeste Ângela de Souza Andrade</i>
Paraná	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Aldicea Vieira Arcoverde</i>
Santa Catarina	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Roberto Lacerda</i>
Rio Grande do Sul	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Adalberto Tostes</i>
Goiás	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Geraldo Campos</i>
Mato Grosso	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Herminda Pituluga de Moura</i>

Nota — Colaboram com essas repartições aproximadamente 2 300 Agências Municipais de Estatística, além de numerosos órgãos de estatística especializada, da União, dos Estados e dos Municípios.